

**REVISTA
DO INSTITUTO
HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO
DO RIO GRANDE
DO NORTE**



R. IHGRGN

Vols. LXXI - LXXII

Anos: 1979 - 1980

Natal-RN

S U M Á R I O

Apresentação	9
01 — Ferreiro Torto, o Solar dos Antunes e Guaporé <i>Minervino W. de Siqueira</i>	11
02 — Des. Antônio Soares de Araújo — Centenário do Nascimento <i>João Vicente da Costa</i>	15
03 — Lembrando Canudos <i>M. Rodrigues de Melo</i>	23
04 — O Instituto Histórico e Seus 78 Anos <i>Nilo Pereira</i>	33
05 — Titulares da Nobiliarquia — Barão e Visconde de Mossoró <i>Raimundo Nonato</i>	35
06 — Afonso Bezerra e o Seu Tempo <i>Nilo Pereira</i>	39
07 — Monsenhor José de Calazans Pinheiro — 1866-1966 <i>Túlio Bezerra de Melo</i>	49
08 — Francisco Fernandes Sobral <i>Nilo Pereira</i>	53
09 — Palavras de Agradecimento <i>José Bezerra Gomes</i>	55
10 — Brasil em Forma de Poema <i>Theophilo de Andrade</i>	61
11 — Câmara Cascudo <i>Mons. Primo Vieira</i>	65
12 — Nilo Pereira — Cartas de Emoção e de Humor <i>Verissimo de Melo</i>	69

13 —	Auta de Souza — Poesia em Tempo de Ternura	87
	<i>Henrique L. Alves</i>	
14 —	Ribeiro Dantas	95
	<i>Ruy Rodrigo Brasileiro de Azambuja</i>	
15 —	Mensagem do Mestre Cascudo ao Instituto Histórico — . .	99
	<i>Luis da Câmara Cascudo</i>	
16 —	Congresso Político de Caraúbas — Fatos de Uma Época-II	101
	<i>Christiano Gurgel</i>	
17 —	Os Títulos Eclesiásticos	103
	<i>Mons. Severino Bezerra</i>	
18 —	A Aeronáutica no Período 1900-1910	105
	<i>N. F. Lavenère Wanderley</i>	
19 —	Os Santuários da Rua das Pedras	113
	<i>Manoel Onofre Jr.</i>	
20 —	Há 50 Anos, Com os Maristas em Natal	115
	<i>Tarcísio Medeiros</i>	
21 —	Pesquisa, Fato Histórico e Documento	121
	<i>João Wilson Mendes Melo</i>	
22 —	Considerações Sobre “O Ideário da Revolução de 30”	127
	<i>João Batista Pinheiro Cabral</i>	
23 —	O Exemplo do Instituto	135
	<i>Vicente Serejo</i>	
24 —	A História da Imprensa	137
	<i>Vicente Serejo</i>	
25 —	Os Heróis Potiguares da Campanha de Canudos	139
	<i>Júlio Rosado</i>	
26 —	Relatório da Presidência	141
27 —	Necrológicos	145

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

Fundado em 29 de março de 1902

DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES

(de 29-03-1979 a 29-03-1981)

Presidente: Dr. Enélio Lima Petrovich

1.º Vice-Presidente: Dr. Aldo Fernandes Raposo de Melo

2.º Vice-Presidente: Escritor Manoel Rodrigues de Melo

1.º Secretário: Dr. Mariano Coelho

2.º Secretário: Escritor Minervino Wanderley de Siqueira

Secretário-Adjunto: Dr. Hélio Dantas

Orador: Historiador Luís da Câmara Cascudo

Vice-Orador: Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros *

Tesoureiro: Dr. Manoel Varela de Albuquerque

Tesoureiro-Adjunto: Dr. Boanerges Januário Soares de Araújo

Diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo: Escritor João Carlos de Vasconcelos

Diretor-Adjunto: Dr. Hélio Mamede de Freitas Galvão

COMISSÃO DE FAZENDA E ORÇAMENTO

Dr. José Tavares da Silva

Prof. Vicente de Almeida

Des. João Vicente da Costa

COMISSÃO DE ESTATUTO E REDAÇÃO DA REVISTA

Drs. Luís da Câmara Cascudo

Tarcísio da Natividade Medeiros

Boanerges Januário Soares de Araújo

* Com o falecimento do Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros, em 12-12-79, foi eleito, em 29-03-80, o Dr. Alvamar Furtado de Mendonça,

APRESENTAÇÃO

Eis a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Refere-se aos anos de 1979-1980 — Volumes LXXI e LXXII.

Desde logo, queremos ressaltar que mais esta publicação se deve ao CONSELHO FEDERAL DE CULTURA, através de auxílio financeiro, atendendo aos nossos apelos. Estamos, pois, na medida do possível, divulgando e promovendo a pesquisa, pela maior valorização da Cultura.

Aqui, escrevem ilustres confrades e colaboradores, evidenciando fatos, acontecimentos e pessoas da Historiografia norte-rio-grandense. São trabalhos valiosos, estudos eruditos, que engrandecem sobremaneira o próprio Estado, no plano da inteligência e da tradição.

Fica também, neste ensejo, a homenagem aos consócios que, para repetir Camões, já "foram libertados pela lei da morte", durante 1979-1980.

Assim, o nosso preito de saudade, pelo falecimento dos historiadores e confrades: Paulo Pinheiro de Viveiros, Thadeu Villar de Lemos, Walter Wanderley, Manoel Jácome de Lima, João Alfredo de Siqueira Cortez, Manoel de Moura Rabelo e João Alves de Melo.

A Comissão de Estatuto e Redação da Revista, manifestamos a nossa palavra de agradecimento, por mais esta edição.

Queira Deus, logo no princípio de 1982, possamos publicar outro número desta Revista, referente ao corrente ano.

De novo, tarefa executada. Obviamente, com certo sacrifício, mas com as recompensas espirituais da missão cumprida.

Enfim, confortam-nos receber a crítica e o aplauso, para, sempre, com persistência e, sem dúvida, até paciência beneditina, continuarmos percorrendo os caminhos, às vezes tão difíceis, da História, que se caracteriza, como símbolo máximo, pela sua perenidade.

Natal (RN), 29 de março de 1981.

(79.º aniversário de fundação do I H.G.R.G.N.)

Enélio Lima Petrovich
— Presidente —

FERREIRO TORTO, O SOLAR DOS ANTUNES E GUAPORÉ

Minervino W. de Siqueira
(Sócio Efetivo)

Havia me transferido de Natal para o Recife, no dia 18 de maio de 1979 corrente, com família, bagagem e emoções, acrescidas estas de prévias saudades da minha cidade, do meu Tirol, do meu Reis Magos.

Dias depois, já no final de junho p. passado, voltei ali para “acertar contas”, algumas das quais não financeiras, mas de caráter cultural e social.

E visitei Macaíba e Ceará-Mirim. Em ambas as cidades havia eu trabalhado e residido por mais de 30 anos, antes de fixar residência na bela e salutar Capital do Rio Grande do Norte, a cidade presépio do grande Mestre Luís da Câmara Cascudo. E cidade, também, de Enélio Petrovich, Onofre Lopes, Rodrigues de Melo, Veríssimo de Melo, João Carlos de Vasconcelos, Luís Rabelo, Gumercindo, Jaime. E cidade dos meus movimentos trovadorescos:

Natal, o Mestre Cascudo,
com amor, cultura e bondade,
falando, explicando tudo
da fundação da cidade.

Cidade do meu sonho, onde envelheci, mas tendo sempre o cuidado de “contar para traz”, renovado pela poesia e pelo amor.

Fiz a minha despedida a Macaíba, a terra de Auta de Sousa, Augusto Severo e outros de grandes passados, e que me honrara com um título de cidadão, numa noite comovente para mim, com discursos do Presidente da Câmara de Vereadores, Prefeito Municipal e o então Deputado Estadual Eugênio Netto. Estive primeiramente, em Ferreiro Torto, velho Engenho histórico, que em 1618 já não produzia açúcar, pois as suas terras não eram bastante férteis para o produto. Torna-se verdadeiramente histórico pela medonha repressão, em 1720, aos ferozes e terríveis índios Paiacus.

A restauração deveu-se ao Governador Dr. Tarcísio Maia, graças a capacidade e resistência de Valério Mesquita, o autor de brilhante plaqueta O TEMPO E A SUA DIMENSÃO, que considero um bom livro, de estilo moderno e laivos de filosofia. O Engenho é hoje um importante solar de grande valor turístico. É que Valério foi um Prefeito macaibense de renovação incontestável. É um político tipo Aluísio Alves, recebedor de pedradas, como toda árvore que dá frutos.

O solar do Ferreiro Torto encanta pelo seu acesso, pelo seu restaurante tipo europeu, salões e biblioteca ainda pequena mas bem estruturada. Fui bem recebido por duas recepcionistas, agradáveis moças, ambas cursando o Serviço Social — Sandra Silva e Eliane Costa. Lá almocei uma bela peixada, dessas que a gente fica a lembrar, de água na boca.

Dois dias depois, visitei Ceará-Mirim, a cidade que desejei retratar, aos 29 anos de idade, num soneto, cujos tercetos dizem:

Ceará-Mirim das tardes de aquarelas
De Ave-Marias plácidas, singelas,
suavizando a vida dos mortais..
De um lado o sol se pondo, o céu pintando!...
Ao Norte o coqueiral vai se banhando
na praia verde dos canaviais.

Comecei pelo Solar dos Antunes, caprichosamente restaurado, também em tempo recente. Foi construído em 1888 pelo Tenente Coronel da Guarda Nacional José Antunes de Oliveira, senhor do Engenho Oiteiro. O solar é exemplo típico da residência urbana das classes abastadas do ciclo açucareiro. Ali teve a sua infância o poeta Juvenal Antunes, nascido em 1883, filho do proprietário. Falecendo o Coronel, fica a viúva D. Joana Soares Antunes de Oliveira como senhora. Esta, em 1947 deixa-o de herança ao bacharel e poeta Juvenal Antunes Neto, que o vendeu ao sobrinho Rui Antunes Pereira, por dez contos de réis, doando-o para o filho Rui Pereira Jr. que por sua vez o presenteou à Prefeitura do Ceará-Mirim. (notas históricas).

Após palestrar um pouco com o Prefeito Edgar Varela, em seu gabinete, rumei ao Cartório do meu velho amigo Antônio Potengi e, ali, recordamos, com saudade, o tempo do nosso "Grêmio Dramático de Ceará-Mirim", que teve cinco anos de vida, tendo sido fundado e dirigido pelo autor destas linhas, com a ajuda dele, José Campos, Concita Ferreira, Abraão Dantas Barreto, Raimundo Cavalcanti, Reinaldo Iglesias, Assunção Campos, Rubens Massud, Cruzinha Ribeiro, Ivanilde Campos, Maria Lúcia, Dulce Bandeira, Izabel Silva, Wellington Dantas, Diva Wanderley, Lourenço Corrêa e Geraldo Ferreira.

Tenho a intenção de escrever pelo menos uma plaqueta sobre esse movimento de puro amadorismo teatral que fiz eclodir na cidade açucareira do Rio Grande do Norte, uma vez que, sobre a vida teatral

de Ceará-Mirim, houve quem, há poucos anos, falasse no movimento, mas que, talvez por falta de dados corretos, o meu nome deixou de ser devidamente citado. Mas vale a pena, por isso mesmo, transcrever aqui a bellissima crônica do nosso brilhante DANILO, de saudosa memória, datada de 26 de julho de 1941:

AMADORISMO NO INTERIOR

“O Grêmio Dramático de Ceará-Mirim marcou a data da sua fundação, realizada a 6 do corrente, com um espetáculo no Cine-Teatro Ideal. Foi uma noite auspiciosa para os círculos sociais da velha e respeitosa cidade. O Grêmio encenou “Os Transviados” de Gurgel do Amaral. O desempenho, disseram-me pessoas que assistiram, correu otimamente. Início bastante animador para um grêmio que começa a viver.

Ceará-Mirim necessitava da eclosão de um movimento artístico. Cidade grande, com um passado de tradições honrosas, tem naturalmente anseios de evoluir e as tem, talvez, com mais razões do que qualquer outra do interior. Dê-lhe agora essa possibilidade Minervino Wanderley, que pertenceu ao Grêmio Dramático de Natal e está na cidade açucareira com a semente do amadorismo teatral em plena floração. Ao seu lado, com entusiasmo, trabalham Antônio Potengi, Reinaldo Iglés'as, Assunção Campos, José Campos, Concita Ferreira, Raimundo Cavalcanti e outros”.

Mas agora vamos prosseguir no meu passeio na terra dos verdes canaviais.

Despedi-me de Antônio Potengi e tomei um táxi que me levou ao Guaporé, a menina dos olhos do nosso prezado Dr. Nilo Pereira, com as suas recordações, com o seu elogíavel amor à terra que lhe serviu de berço. O solar do Guaporé é mais um sonho lindo do presente, lembrando uma realidade longínqua de um brilhante e faustoso passado. Guaporé, por fóra, é de uma beleza comovedora. É como se fosse uma portentosa igreja sem santo, um retumbante oásis sem deserto, um símbolo, com alguém, invisível, murmurando, placidamente: — FOI AQUI!

Eu esperava ver retratos dos seus ancestrais. Indaguei do Guarda da casa pelos retratos do Barão do Ceará-Mirim Manoel Varela do Nascimento, do seu genro Vicente Inácio Pereira, da Baronesa Isabel Augusta Varela Pereira, ou do neto, o escritor renomado, exímio e elegante orador Nilo Pereira, meu amigo e confrade. Nada. Apenas encontrei uma biblioteca em formação e um livro para assinaturas das visitas. Assinei.

Lembrei-me, então, do meu saudoso amigo o velho Riquete Pereira. Ele não fitava o Vale para não ver o Guaporé do seu passado, de moço rico, que ia três vezes por dia à cidade, cada vez num diferente cavalo, a roupa combinando com a cor do mesmo, conforme a crônica que encontrei ali. . . Riquete Pereira, o charadista "Riper", que me mandava apuradas charadas e ficava danado quando eu devolvia, pelo mesmo portador o papelzinho com a decifração nas costas do mesmo. Riquete, o grande ledor do livro "A Cidade e as Serras" de Eça de Queirós, que conhecia quase de cor.

Estava terminada a minha visita. Tomei o táxi e voltei ao Ceará-Mirim, a cidade dos meus bons tempos de moço. A visita foi muito agradável para o meu coração.

Considerava-a muito importante para a continuação, aqui em Recife, da minha amizade a Nilo Pereira, hoje, com incontestável merecimento, O BARÃO DO GUAPORÉ.

DES. ANTÔNIO SOARES DE ARAÚJO

CENTENARIO DO NASCIMENTO

João Vicente da Costa
(Sócio Benemérito)

MAGISTRATUM LEGEM ESSE LOQUENTEM e HONESTE VIVERE — são legendas imortais, marcantes da personalidade de Juiz Potiguar, a refletir-se ainda no Poeta, Historiador e Cidadão insigne — o Desembargador Antônio Soares de Araújo, natural do Açu, antigo Município de Princeza, em 21-7-1879, e falecido a 24-6-1973, Natal-RN.

Publicando, no período 1958/59, de nossa direção, a Revista do Tribunal de Justiça, 447 págs, reservadas as 61 iniciais à comemoração nacional centenária do grande Jurista — Filósofo Dr. Clóvis Beviláqua, conseguimos inserir, após as palavras de abertura do volume, pelo soneto do aluno Antônio Soares, da Turma de 1902, da Faculdade de Direito-PE, dedicado a “O MESTRE”, 4-10-1959: “Neste de glórias memorável dia,/Rendamos de homenagem nosso preito/ A um conquistado da Filosofia/E sábio entre os cultores do Direito./Vulto notável, da Ciência eleito,/Nenhuma glória, entanto, o seduzia./Tinha o Dever por ideal perfeito,/Estranho às ambições e à fantasia./Mestre querido, nobre e afetuoso,/No lar, era um exemplo edificante,/Um modelo de pai, de ótimo espôso/Na cátedra, modesto quanto culto,/Dava a si mesmo o título de “estudante”,/Quem já alcançara o de Jurisconsulto. (Seguem-se, além do CREDO JURIDICO-POLÍTICO, do JCST CLÓVIS, trabalhos a seu respeito, de João Vicente, homenagem da Revista em torno do autor do Código Civil e da elaboração deste; de Floriano Cavalcanti, Conferência em Sessão Solene do Tribunal de Justiça, sobre “Clóvis Beviláqua e a sua Concepção Jurídico — Filosófica”; de R. Nonato, escritor, explanação geral; de Luis da Câmara Cascudo, Mestre Cascudo, sobre sua convivência íntima e literária com o “Mestre Clóvis”).

Mais adiante, na mesma Revista, que, aliás, mereceu voto de louvor unânime em sessão plenária, está inserta a Tese "JUSTIÇA NACIONAL-Federalização da Justiça e Imunidade Tributária," págs. 63-84, publicada também in "Arquivo Judiciário", Rio, Dir. Ministro Edgard Costa, vitoriosa no Congresso de Magistrados de Belo Horizonte, 1955, da qual consta pronunciamento do Des. Antônio Soares, em apelação de ação vencedora dos Juizes isentos de classificação de entrâncias. Assim, à pág. 71, está no seu esclarecido voto: "O preceito constitucional da irredutibilidade de vencimentos não deve ser interpretado só no sentido da proibição de reduzir a remuneração de um ou de alguns Juizes, mas também no sentido equivalente de não permitir a fixação de vencimentos desiguais para Juizes que a Lei Judiciária considerou de uma só categoria".

Bacharel dos primórdios do século XX, integrou-se desde logo na doutrina inerente às funções do grau, nos moldes do juramento ético de Hipócrates, *in jure patrocinando, justitia exequendo et bonis moribus praecipendis*. Dessarte, com estágio, por um triênio, na Promotória Pública de São José de Mipibu, já em Outubro de 1906 era nomeado Juiz de Direito da Comarca do Apodi, e em Fevereiro de 1907 da de Martins, na vaga pela remoção do Dr. Hemetério Fernandes para Mossoró, depois de quase dez anos de Judicatura.

A Comarca de Martins — Geografia Física, Económica, Social —

"Plantada como uma almenara no cimo da serra"... , sendo a delicia de suas frutas, clima e ares fundamentos de minha saúde menina"... e, nos versos de Olavo Bilac. "Última a receber o adeus do dia, — Primeira a ter a benção das estrelas!... ("admirável página literária do escritor Luiz da Câmara Cascudo, transcrita no livro SERRA DO MARTINS, de R. Nonato, 1978, "O Professor Onofre". — a Cidade de Martins acolhia com a máxima satisfação, o novo Juiz, Dr. Antônio Soares de Araújo, em breve a afirmar e confirmar os seus altos dotes jurisdic'ionais. Estavamos então na *urbs* serrana, e até antes, 1906, ainda não adolescente, fomos convocados pelo Dr. Hemetério para cooperar no serviço de extração de cópias de atas eleitorais, em 3 ou 4 vias, que, autenticadas, seriam remetidas a juntas ou órgãos na Capital.

MARTINS, designada Vila da Maioridade, à criação da Comarca em 1841, elevada a Cidade da Imperatriz em 1847, aliás a 3a. Comarca do RN, em ordem cronológica (1a. da Capitania, 1818, a 2a. de Princeza, Açú, 1835, 4a. a de São José de Mipibu, 1855, 5a. a do Príncipe, Caicó, 1858, 6a. a de Mossoró, 1861), embora a 480 kls. da Capital e a 745 ms. de altitude, contando 72 kls. do Apodi, vencível o trajeto, em viagem animal, comoda, de 3 turnos, de um dia para outro, teve sempre aura bemiazeja em sua evolução social. A tradição judiciária, se tal se pode qualificar, vem da passagem ou estada, com algum despacho administrativo, na povoação, distrito de Portalegre, Municipio de 1761 a ligar-se com a Freguezia de Pau dos Ferros e suas Capelas, de 1756,

do Dr. João Severiano Maciel da Costa, vinte anos mais tarde 1.º signatário da Constituição Imperial, vulto dos mais ilustres do 1.º Império, Marquês de Queluz. Aquela definição de Mestre Cascudo diz toda atração da Serra de Martins, considerada a **Suíça do Nordeste**, do ponto de vista meteorológico, de sua salubridade, ora realçada no aspecto turístico pelos serviços de asfalto e hospedagem efetuados no Governo Tarcísio Maia. Isso ressaltámos na plaquette "Vocação de Jurista-Contenário do Des. Hemetério Fernandes", ed. 1970.

Um dos Juizes que se seguiram ao instalador da Comarca — Dr. Pinagé, vindo da Capital, foi o Dr. Gonzaga-Conselheiro, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Luiz Gonzaga de Brito Guerra, na magistratura inicial mais de um quinquênio, removido para a 2a. entrância — Açú, desta saindo promovido a Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em Ouro Preto, instalando-o e seu Presidente um decênio.

Na qualidade de Juiz de Direito das Comarcas de Pau dos Ferros e São Miguel, nesta por dois anos e meio, inclusive ao tempo da invasão dos chamados revoltosos, Fev. 1926, e na de Martins, substituímos por vezes os Drs. Silvério de Souza e Pelópidas Fernandes, constando mesmo de nosso livro — PELA JUSTIÇA, ed. Rio, 1929, prefaciado pelo Jurisconsulto Clóvis Beviláqua, com cartas do Ministro Bento de Faria e outros Juristas, mais de vinte decisões referentes à jurisdição eventual, além de sessões de Juri e Julgamentos Singulares em Martins e Portalegre. A Comarca de Martins, abrangente do distrito municipal de Alexandria, a 60 kls., e seus Termos salientava o influxo patriótico do Dr. Antônio Soares, que nomeado em comissão Chefe de Polícia do Estado (1909 — 2.º Gov. Alberto Maranhão), não deixava de dar-lhe a assistência necessária.

Com efeito, tendo a Lei de Reforma do Ensino Primário do Estado (de 22 — Nov. 1907) suprimido todas as escolas existentes, relegados os respectivos professores à disponibilidade, a criação e instalação, 21-24 — 4-1909, do Grupo Escolar "Almino Afonso" foram produto de esforço e coadjuvação do ilustre magistrado junto ao Governo e ao Presidente da Intendência, Cel. Joaquim Gomes de Amorim (Jm. Clemente, avô de Expedito de Azevedo Amorim, ex-Pres. da Federação das Indústrias, atual Min. do Tr. Sup. do Trabalho). Na autorizada expressão do Dr. Nestor Lima, dita lei foi "um golpe de suma audácia, recebido com reservas por uns e sob severas críticas de outros", ("Um século de Ensino Primário", 1827/1927, livro do Dr. Nestor Lima). Prevista embora a criação de Grupo Escolar nas sedes de Comarcas e uma escola mixta nos demais Municípios, o fato é que as populações em geral ficaram de chofre privadas das escolas, o que despertou mal-estar por toda a parte. Em Martins, onde funcionavam as escolas públicas do Prof. Adrião Melo e Profa. D. Ester de Brito Pinto, há alguns anos, muito frequentadas, e com o maior proveito, em suas próprias residências, houve necessidade de adaptar o prédio da Inten-

dência e do Forum, à época um dos melhores do Estado, e só, em 1922, no Centenário da Independência, se inaugurou o edifício escolar. (João Vicente, in "Martins, sua terra, sua gente", do Acadêmico M. Onofre Júnior, 1966". O Grupo começou a receber a direção técnico-pedagógica, em 1911, com a presença do Professor Luiz Soares, que depois organizaria o Ensino e o Escotismo no Instituto "Frei Miguelinho" do Natal.

* * *

Espírito moldado nos princípios evangélicos, mantendo a linha de isenção de ânimo, não se deixou envolver nas malhas do partidarismo absorvente o Dr. Antônio Soares, a esse tempo defrontando no Estado, pelo *hinterland*, as transformações de novas diretivas inspiradas pelo Governo Alberto Maranhão (2º período 1908/1913, pois no 1º, de 1900-1904, tudo defluía da ação direta do chefe republicano Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão). É o que se vê dos argumentos expostos e desenvolvidos em "UMA HISTÓRIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, 1972, RN, do Dr. LUIS DA CÂMARA CASCUDO, págs. 30, 31, 33, 36, inclusive Ata da Sessão Extraordinária em 29 de Março de 1913 com Declaração de Voto, fundamentada, e mais protestos, lidos em sessão pelo Deputado Manoel Agostinho Rodrigues Baracho, de Santana do Matos, de rompimento político, e contrário ao empréstimo externo autorizado pelo Congresso Legislativo (de cinco mil contos de réis, tendo em 1909 o Estado uma receita de um mil trezentos e setenta um contos). O empréstimo, feito na França, teria a sua amortização iniciada no Governo Ferreira Chaves, de 1—1—1914 a 1—1—1920 (Mensagens governamentais), não concordando a bancada federal em demarche extra para nova obrigação permissiva de cobertura. O Governador Alberto Maranhão meio aristocrata, meio democrata, possuindo cultura hipertrofiava-se no poder. E se melhorara algo na Capital, mais errôneas e danosas outras aplicações.

"A teoria do poder absoluto, por vezes ilimitado, tem ainda o seu processamento pelos séculos XVI a XVIII. Nesse tempo, as instituições inglesas tomam vulto na direção do governo representativo, conquistando as liberdades civis e políticas. Reformam-se aí princípios do século XIII—Magna Carta, o de só prevalecer o lançamento fiscal, consentido, e o de insubsistir a detenção do homem livre, sem julgamento e texto legal. Mais de três séculos após, promulgava-se o **Act Of Habeas Corpus**, votado em 1679, e que o Brasil transplantava para as suas instituições jurídicas pelo Código de Processo Criminal do Império, 1832, espécie de *writ*,—**De liberis exhibendis**, instrumento no Direito Romano do direito de locomoção. (Rev. RUMOS, João Vicente, Ed. Univ. 1959).

* * *

Todo o Norte e Nordeste brasileiro agitava-se com o movimento de derrocada do poderio oligárquico. O próprio Deputado Alberto Ma-

ranhão, em discurso na Câmara Federal, sessão de 13—12—1917, à pág. 485, do livro “Na Câmara e na Imprensa”, alude a esse tempo quando “chefe do partido dominante.” “A oposição existia então em número apreciável...pois bem, de muitos Municípios”.. onde ela era mais forte e mais arregimentada, o que notei foi a adesão sincera e espontânea” ao nosso candidato Ferreira Chaves..., “que já tinha sido o imediato de Pedro Velho na organização republicana. E à pág. 7, no discurso sobre o Orçamento da Fazenda, na sessão de 14—12—1914, dizendo que o Governo Ferreira Chaves acaba de reduzir de 50% o imposto de saída do sal, bem como de 20% o sal velho das salinas destinado às xarqueadas, para ir ao encontro das necessidades do Rio Grande do Sul”, fala sobre o seu projeto de propor a alienação de algumas propriedades do Estado, e se o próprio Governo da República quizesse aproveitar-se da providência, posso garantir que dentro de 20 anos, nem um título da dívida pública existiria no exterior”... “retirando o projeto, porque advertido pela maioria da Câmara de ser a sua apresentação imprudente e improdutiva...”

Quanto ao ambiente municipal, nada mais preciso que o livro recente do Dr. Raimundo Nonato — “SERRA DO MARTINS”, págs. 36—41, sobre o Major Vicente Lopes da Costa Júnior em múltipla-cooperação social; o Coronel Demétrio Lemos, ofertas e serviços valiosíssimos ao Grupo Escolar Almino Afonso, inclusive BANDEIRA NACIONAL, biblioteca importante, nova Pia Batismal à Igreja Matriz, sinos, e melhoramentos em Capelas, construção da Rodovia 13 de maio leste, na Serra, etc, conforme publicação Rev. Inst., Hist., 1967 o Contra-Almirante Júlio Souto Mayor, um exemplo de força de vontade jovem da terra e tantas outras apreciações.

É de ressaltar, aqui o trabalho, o estudo desenvolvido pelo distinto Poeta do Oeste, autor de hinos expressivos, Cosme Lemos, funcionário federal aposentado, ex-Prefeito e Deputado Estadual, sobre “uma figura principal” o Cel. Joaquim Clemente — **Joaquim Gomes de Amorim**, então Presidente da Intendência, caráter íntegro, em perfeita sintonia com o Dr. Antônio Soares (págs. 151-155 do cit. “SERRA DO MARTINS.”

O Município de Martins está implícito naquela indicação do ex-governador-deputado federal, acompanhando Cosme os fatos nas formaturas escolares e depois sendo telegrafista, como nós, acadêmico de direito-iniciante, na saudação, em nome da sociedade, na recepção descrita, à entrada da cidade (telegrama n’A República, Março, 1913, de Martins, via Apodi), e, anos após, com jurisdição na Comarca, presente ao sitio Lagoa Nova referido, com o Escrivão-Oficial, para ato judicial, a requerimento do Cel. Joaquim Gomes de Amorim. As págs. 190-193 do “SERRA DO MARTINS”, vem relato de incidentes pessoais, da área urbana ao sertão, que determinaram a mobilização parcelada de 111 praças e oficiais, procedentes em grande maioria de destacamentos vizinhos, sem as consequências catastróficas planejadas, em vista da

atitude sempre serena do Dr. Antônio Soares, alvo da cortesia de todos e realizando aí uma das fases áureas de sua Judicatura. Nova Cruz e outras localidades teriam envolvimento dessa natureza. Injustificável, no entanto, a orientação governamental, transmitida em carta direta, infringente da organização deixada pelo chefe-irmão, e dos princípios vitoriosos de direito público. *L'administration de la justice est, pour Montesquieu, une manifestation de la souveraineté nationale distincte du pouvoir législatif et du pouvoir exécutif, et doit constituer un troisième pouvoir indépendant des deux autres.* De modo especial, preceituava a Constituição Brasileira, institutiva do Regime Republicano Federativo, com a sábia Revisão (1925/26), vigente, de permeio sucessivas reconstitucionalizações da Democracia Social Cristã, como entendia Ruy Barbosa, na Emenda 1-69 à Constituição da República Federativa do Brasil (67). Aliás, em nosso PELA JUSTIÇA cit. pág. 283, registramos a observação do Ministro do S.T.F. — João Mendes: “O Poder Judiciário é sempre uma delegação da soberania nacional, quer na jurisdição federal, quer na jurisdição estadual. É em nome da Nação, e não do Estado, onde exerce a sua jurisdição, que o Juiz estadual dá a sua sentença...”

(E à pág. 337, idem: “A forma federativa não exige a dualidade paralela da justiça federal e das justiças dos Estados, máxime sendo mantido o princípio da unidade do direito privado-Des. Meira e Sá, da emenda aprovada pelo Congresso Jurídico Americano, Rio, 1900, in Relatório ao T. Just. RN.)

..... Historiquement, la justice rendue à chacun a été le premier besoin des sociétés humaines. Le pouvoir judiciaire, sous une forme embryonnaire, est le plus ancien de tous... La théorie de Montesquieu me paraît donc parfaitement exacte. Ce n'est pas par erreuri que les deux premières Constitutions des grands États modernes l'adoptèrent et l'appliquèrent, celle des États Unis (1787) et la Constitution française de 1791 (Esmein — Elems. de Droit Const. Fr. et Comparé.

O “Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, 1.º vol. e “Lira de Poti”, por si, exprimem o valor cívico e literário, a grandeza épica das atividades intelectuais do Des. Antônio Soares. Ainda estudante no Natal, ou Recife, ensaísta, jornalista, pesquisador do Instituto Histórico, Presidente das instituições Literárias e Judiciárias, sempre se houve com todo aplauso. Como numa síntese da HISTÓRIA DO CRISTIANISMO eleva-se no grandioso poema —

CRISTO (Vivit, Regnat, Imperat).

Pregado à cruz, olhar sereno, absorto
Num dia escuro, tal como os de inverno
Julgavam, para sempre, o Cristo morto
E o CRISTO VIVE, saobre a cruz, eterno!

Depois de haver baixado ao cáos do inferno,
E dado aos homens paternal conforto,
CRISTO REINA, bondoso e sempiterno,
Da salvação mostrando-lhes o porto!

Blasfema contra Ele, em tom irado,
A multidão dos ímpios, envolvida
Pelo horrendo dilúvio do pecado!

Mas, no meio do horror que dilacera
A alma, pelas trevas aturdida,
Diz o anjo da Fé que **CRISTO IMPERA!**

LEMBRANDO CANUDOS

M. Rodrigues de Melo
(Sócio Efetivo)

Antônio Vicente Mendes Maciel era um pequeno bodegueiro no interior do Ceará, que, depois de se ver envolvido em chocante drama de família, deixou tudo e saiu a fazer penitência pelas caatingas do nordeste, arrebanhando adeptos que lhe obedeciam cega e incondicionalmente.

Nesse longo percurso de muitos anos, ia construindo açudes, cemitérios, igrejas, servindo-se para isso do seu prestígio junto aos mandões do interior e não raro das autoridades locais.

Depois de andar por seca e meca, pregando o seu cristianismo primitivo, fazendo penitência, aliciando crentes, realizando obras sociais e se atritando, por vezes, com autoridades municipais, foi, por fim, localizar-se em Canudos, no interior da Bahia, onde assentou as bases do seu Cabido sui-gêneris.

Ali, longe do Mar e da Cidade Grande, era o lugar ideal para falar ao seu povo, pregar a palavra de Deus, viver a vida simples e modesta dos campônios, pensando no Céu, sem utilizar as tintas do progresso e da civilização.

Canudos era, assim, uma espécie de Estado Místico ou Teocrático, encartado no Estado Universal da Igreja e no Estado Civil Brasileiro, que não admitia intromissão de nenhum dos dois dentro do seu território.

Quando o Arcebispado da Bahia enviou a Canudos a Missão Religiosa que deveria falar ao povo sobre a inconveniência daquela posição incômoda em face da lei da Igreja e do Estado, recebeu daquele hereiarca e dos seus sequazes a mais formal oposição. E a Missão, não obstante todas as tentativas de conciliação, voltou a Salvador sem conseguir os seus objetivos.

Para não ir muito além dos limites desta palestra, basta dizer que a luta de Canudos se divide em tantas fases quantas são as expedições que ali foram.

A primeira, sob o comando do Tenente Manoel da Silva Pires Ferreira, em 7 de novembro de 1896, composta de 3 oficiais e 104 praças de pret.

A segunda, sob o comando do Major Febrônio de Brito, em 25 de novembro de 1896, composta de 8 oficiais de linha e 100 praças de pret, além de 3 oficiais e 100 praças da força estadual baiana. Esta expedição levava 14 oficiais combatentes, 3 médicos, duzentas e tantas praças da pequena divisão de artilharia, 2 Krupps 7/2 e 2 metralhadoras Nordenfeldt, reunindo ao todo 543 praças.

A terceira, sob o comando do Coronel Moreira César, em 3 de fevereiro de 1897, composta de 1.500 praças.

E, finalmente, a quarta, sob o comando do General Artur de Andrade Guimarães, comandante do 2.º Distrito, General Artur Oscar e Marechal Carlos Machado Bittencourt, Ministro da Guerra, que foi pessoalmente supervisionar a última fase da luta em Canudos.

A resistência inconcebível de Canudos, favorecida pela posição topográfica, pelo fanatismo dos seus combatentes e pela posição geográfica do seu reduto, levantou dúvidas nos meios oficiais, sobre a origem daquela resistência, partida de gente tão simples, sem tática de guerra, sem elementos materiais para enfrentar uma força organizada e bem armada. Os homens de governo, os militares, os políticos, a imprensa e o povo, ninguém entendia bem aquele "mistério". Dominada a guerra do Sul e mais tarde a revolta da Armada, naquele período de transição da Monarquia para a República, procurou-se confundir a reação dos sertanejos, no interior da Bahia, com aqueles dois movimentos da história política do País. Nada mais falso. A peregrinação do Conselheiro vinha dos tempos da Monarquia. Não tinha conotações políticas. Era um doente mental que merecia antes ser tratado em manicômio do que levado às grades da cadeia. Mas a imprensa não entendeu assim. Denunciou-o como instrumento da restauração monárquica. Enquanto Canudos resistia ao fogo das batalhas, no Rio de Janeiro, jornais monárquicos eram quebrados e queimados, sendo mortos os seus diretores. Foi nessa altura dos acontecimentos, que os governos dos Estados, solidários com o Presidente da República, sugeriram a remessa dos Batalhões aquartelados nas suas circunscrições para o teatro da luta.

Entre esses Batalhões, figurava o 34.º do Rio Grande do Norte.

Constituído em Natal, em 1891, e composto em sua maioria por gente da terra potiguar, o 34.º tomou parte ativa na Guerra de Canudos, em 1897.

Comandava a Guarnição e o 34.º no Rio Grande do Norte, o Coronel Eugênio de Melo, que passou o comando ao Major Antônio Inácio de Albuquerque Xavier, no dia 13 de março de 1897.

Este, assumindo o Comando, na mesma data, fez publicar um aviso, abrindo o voluntariado para a expedição de Canudos.

Eis o aviso:

“Antônio Inácio de Albuquerque Xavier, Major Comandante da Guarnição e do 34.º Batalhão de Infantaria, faz público que por telegrama do Comando do Distrito, de hoje datado, foi autorizado a aceitar voluntários que queiram servir somente durante a expedição de Canudos, dando-se-lhe baixa após a sua terminação, caso não queiram continuar a servir no Exército pelo que convida a todos os cidadãos que desejarem alistar-se apresentarem-se no quartel do 34.º Batalhão de Infantaria a qualquer hora do dia ou da noite. Quartel em Natal, 13 de março de 1897. Antônio Inácio de Albuquerque Xavier”. Este documento foi publicado n’A República de 14 de março de 1897.

Aberto o voluntariado, iniciaram-se os trabalhos de preparação para a expedição de Canudos.

No dia 29 de março de 1897, numa segunda-feira, dava-se o embarque do 34.º, no vapor *Una*. A República, na sua edição de 30 de março de 1897, registra o acontecimento com detalhes. O comércio, as repartições públicas, solidários, cerraram suas portas. Durante todo o dia 29 houve movimentação desusada na cidade. A 1 hora da tarde, o Batalhão estava formado na frente do seu quartel. Logo em seguida, chegava acompanhado do Senador Pedro Velho e numerosa comitiva civil e militar, o governador do Estado, Dr. Joaquim Ferreira Chaves, sendo recebido com as honras de estilo. Organizado o préstito, sob aclamações da assistência, dando vivas à República, ao Exército Nacional e ao 34.º Batalhão, desfilou o cortejo, na seguinte ordem: na frente, precedido pela banda de música da Fábrica de Tecidos, desfilava gracioso grupo de gentis senhorinhas, conduzindo, uma delas, o estandarte do Batalhão “Silva Jardim”; em seguida, marchava a Companhia de Aprendizes Marinheiros e os Batalhões Infantis do Ateneu e das Escolas Primárias; logo depois, o Governador do Estado, acompanhado do que havia de mais distinto no mundo oficial, na política, nas letras, nas artes, nas indústrias, no comércio, em todos os ramos de atividade; interminável seria, dizia o jornal, mencionar todos os que ali se achavam em perfeita sintonia com os sentimentos de solidariedade e patriotismo do povo norte-riograndense; logo em seguida, desfilava o 34.º, no garbo da sua farda, na altivez da sua marcha cadenciada, acompanhado de uma multidão que não seria exagero calcular em 5.000 pessoas de todas as classes e condições. Pelas ruas, calçadas, portas e janelas, descrevia o jornal, aglomerava-se o povo, formando um espetáculo deslumbrante e consolador. E, na praça da Alfândega, onde se achava postado o Batalhão de Segurança, era impossível o trânsito a qualquer pessoa. Ao passar o cortejo na frente da residência do Dr. Pedro Velho, um grupo de senhoras atirava uma verdadeira chuva de flores naturais sobre os expedicionários. Das varandas do Escritório da Fábrica de Tecidos, cujo edifício se achava vistosamente decorado, vendo-se sobre os muros duzentos operários empunhando pequenas bandeiras e dando estrepitosos vivas à República e ao 34.º Batalhão de Infantaria, falaram o Coronel Jovino Barreto e o Dr. Eloy de

Sousa: o primeiro, afirmando aos bravos que partiam que, qualquer que fosse a sorte que os aguardasse, poderiam contar nos seus irmãos que ficavam o amparo abenegado e decidido às suas famílias; o segundo, em vibrantes apóstrofes, acentuou a gloriosa missão dos que, com o coração estuante de ardoroso entusiasmo, juravam vencer pela República, cuja bandeira, confiada ao heroísmo varonil do Exército, haviam de trazer triunfante e impoluta. Chegado o préstito à praça da Alfândega e feita, ao som do Hino Nacional, executado por três bandas de música, as continências devidas ao Batalhão, postou-se este em colunas cerradas. Era incontável a multidão que enchia a praça, o cais, os trapiches e as ruas convisinhas. Então, ali, em tribuna adremente preparada, e a cujos flancos se postara em alas o grupo de senhoras que acompanhara o cortejo, fez-se ouvir, em brilhante oração e em nome do povo, o Dr. Tomás Gomes. Nesse discurso, vigoroso nos conceitos e opulento na forma, o talentoso tribuno trouxe, durante alguns minutos, presa e emocionada a atenção da massa popular, levantando, ao concluir, patrióticos vivas à Pátria, ao Presidente da República, ao Exército Nacional e ao 34.º Batalhão de Infantaria. Seguiram-se com a palavra: Ezequiel Wanderley, que recitou inspirada poesia de sua lavra; Ferreira Itajubá, que proferiu brilhante discurso; e Segundo Wanderley, que declamou primorosa produção de sua lavra, que assim começava:

Soldados, chegou a hora
De triunfar ou morrer;
Se é grande o vosso perigo,
Maior é o vosso dever:
Bravos, leais brasileiros
Correi às armas ligeiros,
P'ra libertar a nação,
Que à sombra do fanatismo
Oculata-se o banditismo
Pregando a restauração.

Estrondosa salva de palmas abafou as ultimas palavras do laureado poeta de Estrelas Cadentes. Falou, em seguida, o governador Joaquim Ferreira Chaves, que em belíssimas frases de inspiração patriótica, saudou o Batalhão 34.º, a Pátria e a República, sendo entusiasmamente aplaudido.

Por fim, o Major Xavier, Comandante do 34.º, dirigiu a palavra aos seus comandados, apontando-lhes o caminho do dever e agradecendo em nome do Batalhão, as manifestações do povo natalense.

Findas as manifestações, efetuou-se o embarque do Batalhão, na melhor ordem, continuando as praças em vibrantes aclamações, ora a Floriano Peixoto, ora a Moreira César, ora ao Rio Grande do Norte, ora à República, ora ao Dr. Prudente de Moraes, ora ao Dr. Ferreira Chaves, ora ao Dr. Pedro Velho.

Ao passar o *Una* diante da Fortaleza dos Reis Magos, foi o vapor saudado pelo Telégrafo Óptico.

Nenhuma sombra de dúvida ou de receio empanava o brilho estampado na face dos soldados. Iam todos dominados por tão sincero sentimento de júbilo e confiança que se algum ente querido lhes apparecia lacrimoso à despedida, bradavam altivos e resolutos:

— Viva a República!

O 34.º Batalhão de Infantaria embarcou com 225 inferiores e soldados, sendo a sua officialidade composta das seguintes pessoas: Comandante, Major Antônio Inácio de Albuquerque Xavier; Fiscal, Capitão Francisco de Paula Moreira; Ajudante, Tenente José da Costa Vilar Filho; Quartel-Mestre-Interino, Alferes Francisco Normínio de Sousa; Secretário, Alferes João Lins de Carvalho. **1a. Companhia:** Comandante, Alferes Honorino de Almeida; Subalternos, Alferes Joaquim Pedrosa de Oliveira, Policrônio Santiago, João Cavalcanti de Albuquerque, Eleusipo da Silva Cecílio, Pedro Cavalcanti de Albuquerque e Ezequiel Estanislau de Medeiros; **2a. Companhia:** Comandante, Capitão Pedro de Barros Falcão; Subalternos, Alferes João Augusto César da Silva, Alexandre Carlos de Vasconcelos, Faustino Freire da Costa, Brás Eliseu de Medeiros, Francisco Fernandes Lima, Manoel do Nascimento Monteiro e José de Magalhães Fontoura Filho; **3a. Companhia:** Comandante, Alferes Joaquim Teotônio de Medeiros; Subalternos, Alferes Antônio Ferreira de Brito Filho, Miguel Hipólito de Melo, Nestor da Silva Brito, João Batista do Rêgo Monteiro, João Amando Vieira de Lemos e Hermenegildo Pessoa de Melo; **4a. Companhia:** Comandante, Capitão João Gomes da Silva Leite; Subalternos, Alferes Joaquim Calistrato Leitão de Almeida, Eurico Caldas, Floriano Brito, Joaquim Carriho, Miguel Dantas; Sargento Ajudante, Luiz Gonzaga de Figueiredo; Sargento Quartel-Mestre, Antônio Augusto de Paiva.

O Batalhão deixou, em Natal, um contingente de 35 praças, sob o comando do Tenente Cícero Monteiro, ficando, também, como aenciadador de voluntários, o Tenente Herminio Coelho. O material bélico ficou sob a guarda do Alferes Quartel-Mestre Francisco Monteiro.

Deixaram de seguir, por motivo de doença, o Tenente Francisco Barros e os Alferes Dácio Albuquerque e Fausto Paiva.

A República, de 7/4/97, noticiava: "Segundo telegramas e cartas do Recife, se incorporaram ao 34.º, no Recife, muitos voluntários, para a guerra de Canudos".

Um correspondente do Recife, sob as iniciais J. L., em carta de 4/4/97, dizia: "Chegou o Batalhão 34.º que, embora reduzido a 230 praças, causou impressão agradável pelo asseio e disciplina que o seu Comandante esforça-se em manter. Demorar-se-á alguns dias ainda nesta cidade, onde já se acham o 35.º, do Piauí, e o 40.º, do Pará, até que chegue o transporte de guerra que os deve conduzir à Bahia". A República, 13/4/97.

A República, considerado o maior veículo de comunicação, ao

longo de muitos anos, registrava minuciosamente os acontecimentos da guerra, transcrevendo cartas, telegramas, notícias de jornais e revistas, a fim de bem informar os seus leitores.

Dos jornais do Recife, de 6/4/97, transcrevia: "A excelente banda de música do Clube Mathias Lima foi ontem ao quartel do Hospício cumprimentar o 34.º Batalhão de Infantaria que se acha aqui em trânsito para Canudos. Os briosos oficiais desse corpo receberam com muito agrado a atenciosa visita, agradecendo ao Clube a subida prova de simpatia com que teve a gentileza de distingui-los. No pátio do quartel tocou a música do 34.º algumas peças. Percorreu também diversas ruas da cidade, apresentando-se galhardamente. Deixou nos habitantes desta capital ótima impressão o passeio militar do bravo Batalhão. A República, 14/4/97.

Os jornais do Recife, de 15/4/97, diziam: "Ontem, às 5 horas da tarde, formaram brigada no Largo do Hospício, os briosos 34.º, 35.º e 40.º batalhões de infantaria, sob o comando do Coronel Serra Martins, percorrendo diversas ruas da cidade, em brilhante passeio militar. As referidas forças desfilarão garbosamente, deixando de sua galhardia a melhor impressão em todos os espíritos". (A República, 22/4/97).

No dia 15/4/97, os jornais do Recife noticiavam: "Embarca, hoje, para o estado de Sergipe, o bravo Coronel Julião Augusto de Serra Martins, comandante da briosa brigada que vai operar a leste de Canudos. Acompanham-no os seus briosos camaradas do 34.º, 35.º e 40.º Batalhões, parcela preciosa do Exército Nacional". (A República, 22/4/97).

Na mesma data, (15/4/97) os jornais do Recife diziam: "Realisa-se hoje, às 6 horas da manhã, o embarque do 34.º, 35.º e 40.º Batalhão de Infantaria, que seguem para Sergipe a bordo dos vapores "Una" e "Itanema", em cumprimento das ordens ultimamente recebidas.

Segundo a organização das forças expedicionárias, feita pelo intemerato republicano General Artur Oscar, os mencionados batalhões formam a 2a. brigada da 2a. divisão, achando-se incumbido de seu comando o valente Coronel Julião Augusto de Serra Martins.

Devem estacionar as briosas e aguerridas forças, a que nos referimos, em Geremoabo, localidade situada a leste de Canudos, para o desenvolvimento do plano de distribuição dos elementos de ataque em torno do reduto conselheirista.

Confiada a sua direção a militar de reconhecida bravura e competência, a 2a. brigada da 2a. divisão das forças expedicionárias vai colocar-se intrepidamente no posto que lhe foi designado, engrossando as colunas que marcham à sombra gloriosa da bandeira republicana, em defesa das instituições vigentes, nos sertões da Bahia". (A República, 22/4/97).

O noticiário da imprensa do Recife não coincide totalmente com as informações do Comando em operação na Campanha de Canudos. Enquanto os jornais falavam na 2a. brigada da 2a. divisão, o Comando registrava: "5 de abril de 1897 — Constituída a 5a. Brigada. Coman-

dante, Coronel Julião Augusto de Serra Martins, formada ainda na Capital da Bahia. Tropa: 34.º, 35.º e 40.º Batalhões de Infantaria. Dia 27 de junho de 1897 — É realizada a marcha de flanco pela 5a. Brigada, vanguardeira pelos flancos e retarguarda fortemente hostilizada. Depois da junção das duas colunas, a 5a. Brigada deslocou-se para a retarguarda, rompendo caminho a vivo fogo, conseguiu estabelecer contacto, 5'/2 da tarde, recupera maior parte da munição tomada pelos insurretos, e retornou à Favela, duas horas da madrugada. Setembro de 1897 — Na situação das forças que faziam o cerco de Canudos, no fim da jornada de setembro, assinala-se: Expedição de Siqueira de Menezes, está constituída pelo 9.º, 22.º e 34.º Batalhão de Infantaria. 5—10—1897 — Dia final da Campanha, registra-se: o 9.º e o 34.º BI estavam colocados por traz da Igreja. 5—10—1897 — Depois da Batalha: Parte de Comando da 5a. Brigada: junto envio-vos as partes de comando dos corpos, deixo de falar sobre eles porque, como já vos disse, marchei com o 34.º e o 40.º BI. Perdeu esta muitas praças. E o 34.º BI foi o que sofreu maior número de baixas”.

Realmente, o /34.º foi duramente sacrificado na luta. A República, de, publica a relação dos mortos, na seguinte ordem: **1a. Companhia:** Joaquim Ferreira de Castro, Manoel Geminiano de Sousa, Francisco Cipriano Gomes da Silva, Gerônimo Fernandes Lima, Balbino Cabral de Sousa, João Isidoro, Tobias Barbosa do Espírito Santo, Antônio Augusto Tavares Galvão, José Maximiniano, Luís José Joaquim e Euclides Celestino Baracho. **2a. Companhia:** Felinto Gomes da Silva, José Arcanjo de Oliveira, José Manoel da Silva, Francisco Baracho, João Telino de Figueiredo, Joaquim Alves Feitosa, Joaquim Emílio, José Pereira de Freitas, José Francisco de Sousa, Afonso Costa, Francisco Pereira do Vale. **3a. Companhia:** João Fagundes da Silva, Antônio Augusto Simonetti Barbalho, João Batista de Oliveira, Galdino José da Cruz, Hortêncio Marcelino da Silva, José Henrique de A. Guarida, Domingos Jorge da Silva, Manoel Francisco do Nascimento. **4a. Companhia:** José Rafael de Moura, Joaquim Antônio dos Santos, Argemiro Bezerra Jácome, João José da Costa, Paulino José de Maria, Antônio Francisco da Silva, Justiniano José da Fonseca, Anselmo Mariano, Manoel Acendino de Lima, Celso Avelino da Costa Rego e Manoel Antônio Camilo.

Terminada a luta, preparavam-se as forças para voltar aos seus pontos de origem. Um profundo sentimento de solidariedade correu a nação inteira. Em toda parte organizaram-se comissões de festejos. No Rio Grande do Norte, organizaram-se várias comissões, supervisionadas por uma Comissão Central. Esta era composta do Capitão Tenente Lobato de Castro, Angelo Roselli e Capitão Gomes de Castro. Abriram-se subscrições para recepção do 34.º, construção de um monumento, confecção de uma nova bandeira e socorro às viúvas, orfãos

e mutilados. A Comissão Central ao receber notícia da vitória das forças legais, telegrafou ao General Artur Oscar, nos seguintes termos:

Natal, 10 de novembro de 1897.

GENERAL ARTUR OSCAR — Recife.

“No meio das manifestações positivas de apreço e reconhecimento republicanos, merecidamente consagrados vossos heroicos comandados do 34.º Batalhão, nessa luta monstruosa preparada aniquilamento benemérito Exercito Nacional, vimos, General em Chefe, como comissão festejos, tributar afetuoso testemunho eterna gratidão cívica ao eminente defensor e protetor militar Pátria Republicana. Viva a República!

Capitão Tenente Lobato de Castro

Angelo Roselli

Capitão Gomes de Castro”

O General Artur Oscar respondeu nos seguintes termos: “Recife, 11 de outubro de 1897.

Capitão Lobato de Castro, Angelo Roselli e Capitão Gomes de Castro, Natal. Muito obrigado. Tudo pela República querida. Viva a República.

General Artur Oscar.”

Terminada a luta nos sertões da Bahia, precisaria de tempo para recompor as forças em campanha, enterrar os mortos, curar os feridos, tratar dos mutilados, a fim de fazer voltar o exercito expedicionário às suas bases de origem. Esse trabalho, como é natural, levou dias e semanas, sem deixar de merecer precaução, no sentido de assegurar definitivamente a manutenção da ordem restabelecida, para evitar qualquer reincidência do inimigo. Essa demora não deixava de preocupar as populações do litoral ansiosas para rever os seus patriotas que haviam contribuído com o seu sangue e com a sua bravura para o restabelecimento da ordem social e política da nação. Foi assim que as Comissões de festejos ao mesmo tempo que telegrafavam ao Comando em chefe das forças expedicionárias, felicitando-o pela vitória das armas republicanas, pediam e rogavam que fizesse voltar com presteza os batalhões de suas circunscrições. A Comissão Central de Natal, foi uma das primeiras a fazer esse apelo ao General Artur Oscar., sendo gentilmente atendida.

O Batalhão 34.º, que daqui partira sob os aplausos comoventes

da população enfurecida, no dia 29 de março de 1897, voltava ao seu Estado, nos braços do povo, depois de haver derramado o seu sangue em defesa da Pátria e da República, proclamada exatamente havia oito anos.

No dia 10 de dezembro de 1897, depois de participar dos trágicos acontecimentos que trouxeram a nação estarrecida por período de quase um ano, voltava o 34.º à sua terra, com a consciência do dever cumprido, nas ásperas refregas que o fanatismo implantara no coração da pátria estremeçada.

Dizer do regozijo que invadiu a alma povo, não será preciso. Os jornais do tempo, A República, Diário do Natal, as revistas literárias, como Oasis e A Tribuna, os periódicos como Iris e outros mais, ao mesmo tempo que verberavam a seita do fanatismo, teciam hosiannas e louvores aos heroicos combatentes da guerra de Canudos.

A Cidade do Natal, que possui na sua história militar, páginas como a de Pero Mendes de Gouveia, enfrentando os holandeses, no Forte dos Reis Magos, atitudes como a de André Albuquerque, na revolução de 1817, não poderia renegar o seu passado, nos entreveros da guerra de Canudos, quando periclitava de modo extemporâneo e inconcebível a unidade nacional.

E' de estranhar que os historiadores oficiais e officiosos do Rio Grande do Norte tenham feito vista grossa sobre a Guerra de Canudos e conseqüentemente sobre a história do 34.º Batalhão de Infantaria.

Essa dívida de gratidão e de justiça foi saldada hoje, 81 anos depois, com o gesto nobre e patriótico, da Polícia Militar do Estado e do Instituto Histórico, a primeira mandando restaurar o Monumento aos sacrificados de Canudos, e o segundo promovendo esta solenidade, em homenagem aos bravos combatentes do 34.º Batalhão de Infantaria.

Já que estamos resgatando uma dívida de justiça e gratidão, senhores e senhoras, não devemos permitir que deslembrem os nomes do Capitão Tenente Lobato de Castro, Ângelo Roselli e Capitão Gomes de Castro, membros da Comissão Central, que idealisaram e promoveram a construção do Monumento hoje reinaugurado no Cemitério do Alecrim. Sobretudo o nome deste último, Capitão Gomes de Castro, Engenheiro Militar, erudito, discípulo de Augusto Comte., presente em todos os detalhes que emolduram e enaltecem aquela obra de arte.

Que não se esqueça de louvar e aplaudir a sensibilidade e o interesse do escritor Raimundo Nonato, autor da idéia da restauração

do Monumento, bem como a humildade e a grandeza do Coronel Eider Nogueira Mendes, Comandante da Polícia Militar do Estado, aceitando e executando, sem constrangimento, a indicação do seu antigo professor em Mossoró. Louvores sejam igualmente entoados aos auxiliares do Coronel Eider Mendes, especialmente ao Capitão Cláudio Ferreira da Silva, encarregado da restauração do Monumento, no Cemitério do Alecrim, bem como ao 1.º Tenente Carlos Abel Teixeira de Sousa, encarregado da pesquisa dos documentos nos arquivos da cidade.

(Conferência proferida no I.H.G.R.G.N., em 29-03-78).

O INSTITUTO HISTÓRICO E SEUS 78 ANOS

Nilo Pereira
(Sócio Correspondente)

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — a mais antiga instituição cultural do Estado — completou ontem setenta e oito anos de vida. Por essa já velha Casa da História norte-riograndense passaram os homens mais eminentes, que muito contribuíram para o seu crescimento intelectual e para o cumprimento de sua missão.

Muitos dos seus Presidentes podiam ser lembrados nesta hora: — O Desembargador Hemetério Fernandes, Aldo Fernandes, Vicente de Lemos, o Desembargador Luís Fernandes, o Desembargador Antônio Soares entre muitos outros, que tanto ilustraram a “Casa da Memória”, como costuma chamar o seu Presidente atual — o incansável Enélio Lima Petrovich. Dentre esses nomes, o maior, que é Luís da Câmara Cascudo.

Se quisermos sintetizar a ação de todos esses abnegados servidores da cultura e da história, que são tantos, o nome a escolher e a proclamar é o de Nestor dos Santos Lima, Presidente perpétuo do Instituto, historiador, advogado, educador, professor, cujos livros são o estudo sistemático de situações históricas e geográficas que ele penetrou com o espírito algumas vezes de pioneiro.

Tenho a honra de pertencer a tão ilustre Corporação e já ocupei, embora imerecidamente, por várias vezes, a sua tribuna. Ali, no velho Instituto, fiz recentemente minhas pesquisas para o livro que vou publicar sobre Jornalismo. Devo à gentileza e prestimosidade de Enélio Lima Petrovich as facilidades que sempre encontrei para essas investigações em antigos jornais, que são um repositório histórico da melhor qualidade.

Muito gostaria de ter comparecido, na sexta-feira, ao Instituto Histórico e Geográfico do meu Estado, quando foi recebido o jornalis-

ta e escritor Jaime Câmara, saudado pelo confrade Gumercindo Sarai-
va, e quando foram lançados os seguintes livros: "Revista do Instituto
Histórico", vol. LXX — ano de 1978, edição da Universidade Federal do
Rio Grande do Norte; "Visões e Abusões Nordestinas" — vol. II, de
Raimundo Nonato, e o "Guia Histórico do Instituto".

A frente da velha Casa, Enélio Lima Petrovich é um dinamo de
trabalho e de entusiasmo, sem parar diante de nenhuma dificuldade,
sem saber o que é descanso nem tibieza, "vendo, tratando e pelejando",
como manda o poeta. Enélio é um exemplo de ação lucidamente reno-
vadora. Sua Presidência, como a do tio Nestor Lima, é uma garantia
de êxito e um testemunho de seriedade e devotamento.

(30-03-80)

TITULARES DA NOBILIARQUIA

BARÃO E VISCONDE DE MOSSORÓ

Raimundo Nonato
(Sócio Efetivo)

Rápido escorço pelo quadro histórico do século passado demonstra que, não foram, realmente, muitos os brasileiros agraciados com os títulos da Nobiliarquia do Império, na Província do Rio Grande do Norte.

Pois apenas cinco nomes figuram nessa ilustre galeria dos detentores das armas e dos braços assinalados com que a munificência de D. PEDRO II premiava os serviços ou as qualidades dos seus compatriotas mais eminentes.

De alguns deles, como é o caso do BARÃO DO ASSÚ, vasta é a bibliografia em torno do seu nome, citando-se trabalhos de LUÍS DA CÂMARA CASCUDO em ACTA DIURNA, publicada na República, Conferência de OTTO GUERRA, pronunciada em sua posse, em Cadeira da Academia Norte Riograndense de Letras, de que é Patrono o Conselheiro BRITO GUERRA e registro de RAIMUNDO NONATO, no Livro BACHARÉIS DE OLINDA E RECIFE.

Sobre o BARÃO DE MIPIBU, escreveu Câmara Cascudo e a ele se reportou o escritor GILBERTO GUERREIRO BARBALHO, na sua História do Município de SÃO JOSÉ DE MIPIBU.

No que se refere ao BARÃO DO CEARÁ-MIRIM, e ao BARÃO DE SERRA BRANCA, a fonte de erudição é ainda o etnógrafo do "Sobradinho da Avenida JUNQUEIRA AIRES", em trabalhos de fundamentação histórica de indiscutível importância.

Enfim, a personalidade de que raro se tem falado, e muito pouco se tem escrito, que é o quinto nome da relação o BARÃO e VISCONDE DE MOSSORÓ.

Numa pincelada visual, essas figuras podem ser lembradas, no seu mundo, no seu tempo:

GUERRA — Tinha 70 anos quando foi agraciado pelo Imperador. Jamais requereu o título.

Era bacharel pela Faculdade de Direito de OLINDA, da turma do ano de 1839. Ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império. Faleceu em Caraúbas, em 6 —de junho de 1896.

2—**BARÃO DE MIPIBU** — **MIGUEL RIBEIRO DANTAS**, nascido a 9.3.1799.

“Havia (no Ceará-Mirim, uma menina bonita, priminha. Miguel chegou, viu e se apaixonou. Casamento faustoso, alegria geral, auspícios entusiásticos. Começou a lua-de-mel.

“Dias depois, o marido convidou a esposa para a viagem de regresso. E a recém-casada pediu alguns dias de espera. Outra sugestão para o retorno. Novo pedido para demorar. Miguel Ribeiro, sereno ou berrantemente declarou a Dona Maria que voltaria para S. José, com ela ou sem ela. O dia amanheceu. Miguel Ribeiro Dantas viajou sozinho. Nunca mais viu a mulher.”

3—**BARÃO DE SERRA BRANCA-Felipe NERI DE CARVALHO E SILVA** — nascido a 2 de maio de 1829.

“Mesmo senhor-de-escravos, — o Barão era o tipo tradicional do patriarca risonho, apesar da barba suíça, escura e densa, fazendo-o mais sizudo e ferrenho. Em certas tardes serenas, o fazendeiro trazia a rabeca debaixo do braço. Sentava-se na cadeira de couro, pregueada, afinando o instrumento. Derredor a multidão dos molequinhos estava firme, dedo na boca, esperando a hora. Bruscamente, arco em punho, sacudia uma música pueril. Abolicionista legítimo, Felipe Neri libertou sem condições todos os seus escravos, em 30 de março de 1880. Morreu nos arredores de Caicó, a 16 de julho de 1893. Voltava do Joazeiro, onde fora ver o Padre Cicero”.

Repousa tranquilamente no Assú.

4—**BARÃO DO CEARÁ-MIRIM** — **MANUEL VARELA DO NASCIMENTO** — Nascido a 24 de dezembro de 1803. Entre os titulares do Império foi o primeiro Norte-Riograndense a ser agraciado por D. Pedro II.

A seu respeito, afirma **CÂMARA CASCUDO**: “O Barão representa uma afirmativa dessa aristocracia rural nascida nas nobres lides da terra, cultivadas e vencidas pela humano.

“Deixou aos filhos o amor pela terra. Todos foram senhores de engenho. Nenhum funcionário público. Nenhum emigrou”.

Faleceu a 1.º de março de 1881.

5—**MOSSORÓ**. (Barão e Visconde de) **José Felix Monteiro**.

Nasceu na Província de S. Paulo, em 14 de janeiro de 1838.

Falleceu na capital dessa Província, em 15 de julho de 1892.

Filho do Commendador Francisco Alves Monteiro, natural de Taubaté, e de sua mulher D. Theodora Joaquina de Moura.
Casou com D. Marianna Augusta Varella Monteiro, filha do Commendador Antonio Joaquim Gomes Varella, e de sua mulher D. Maria Leopoldina Marcondes Varella e por esta, neto do Sargento-Mór José Lobato de Moura e Silva.
Era irmão do Visconde de Tremembé.

Negociante em S. Paulo, foi Vereador da Câmara Municipal de S. Paulo, e um dos fundadores do Lyceo de Artes e Offícios. Era Tenente-Coronel da Guarda Nacional.

CREAÇÃO DOS TÍTULOS: Barão por decreto de 25 de julho de 1877, Visconde por decreto de 16 de Outubro de 1888.

VASCONCELOS, barão & VASCONCELOS, Smith, de
ARQUIVO NOBILIARQUICO BRASILEIRO, Lousanne,
Imprimiere La Concorde, Suisse, 1918, 622 p. il.

AFONSO BEZERRA E O SEU TEMPO

Nilo Pereira
(Sócio Correspondente)

Há cinquenta anos falecia em Natal o meu grande amigo e companheiro de estudos, Afonso Bezerra. Acabava de fazer o segundo ano da Faculdade de Direito do Recife. Voltava a Carapebas, onde nasceu, e que hoje tem o seu nome. Percebi que voltava doente. Mas, esperava que os bons ares do seu sertão, farto sertão de inverno que ele cantou em crônicas admiráveis, o curassem.

Afonso dizia tudo nos olhos. Uns olhos abertos, negros, profundos, abissais. Como uma noite sem luar do verso de Castro Alves. Escreveu-me de Carapebas, nas suas férias quase forçadas, cartas em que não se queixava de nada; mas uma certa melancolia andava na sua alma. Agravando-se a doença, veio para Natal. Era o mês de março de 1930. Seu médico, José Augusto Varella, meu parente, teve por ele despeito quase de pai. Afonso havia escrito uma bela página sobre o general João Varella, pai de José, que seria mais tarde governador do Rio Grande do Norte. O médico como que lhe retribuía a admiração pelo general que, regressára alferes da guerra do Paraguai e simbolizava a fidelidade romântica ao Imperador.

João Varella, voltando do teatro da guerra, onde teve os seus momentos de heroísmo, foi ver o Imperador de perto, que encarnava a Pátria em perigo. Surpreendeu-se com a majestade imperial, no trono, mas com voz fina, desconcertante. Vi-o mais de uma vez relatar o fato. A admiração pelo monarca não arrefeceu nele: era o mesmo devoto da Monarquia, que saía vitoriosa na luta contra os paraguaios.

Ainda muito jovem, aos vinte e dois anos, Afonso Bezerra já era um escritor e um contista sertanejo de repercussão no Rio Grande do Norte, no Recife, no Rio de Janeiro. Começara a escrever com desesseis anos. Mas, como se tem aos vinte anos o estilo que se terá a vida toda, conforme assinalou Nabuco, ele marcava o seu caminho tão rápido pelas mesmas formas de estilo e de beleza literária.

O Cônego Melo Lula, residindo no Rio, conseguiu que os contos do jovem escritor fossem publicados em jornais e revistas cariocas.

No Recife, o Padre Francisco Domingues Carneiro abria as portas do jornal católico **A Tribuna** ao lutador da fé.

O momento assinalava um conflito entre o positivismo republicano, espécie de nova religião a substituir o Catolicismo preconizado como crença oficial do Estado no art. 5.º da Constituição do Império, e o espiritualismo renovador, que procurava um tanto proustianamente os caminhos perdidos. Era a geração de Jackson de Figueiredo, Tristão de Athayde, Padre Leonel Franca, Perilo Gomes, Jorge de Lima, Sobral Pinto, Alcibiades Delamare, Arthur Gaspar Vianna, núcleo do Centro Dom Vital, que é por assim dizer a herança de Jackson através de Alceu Amoroso Lima.

O laicismo republicano havia deixado nas gerações novas a sensação de que bastava organizar o Estado para que o homem, um animal político, se sentisse realizado na sua finalidade ontológica. O último quartel do século XIX e os começos da República foram teatro de um conflito intelectual que dividiu as gerações em dois planos da vida: de um lado o liberalismo, do outro o positivismo.

O liberalismo agitou os derradeiros anos do Segundo Reinado. O filósofo Soriano de Souza costumava dizer que o Liberalismo era apenas uma etiqueta colocada num vidro de conteúdo variável. Daí os vários liberalismos em voga — o econômico, o político, o filosófico, o religioso, como ainda hoje. Na França, de onde vinham as idéias que governavam o mundo, Montalembert, Lacordaire e Lamennais abriam correntes liberais que iam fazer do Cristianismo uma experiência filosófica temerária. Enquanto isso Karl Marx lançava o seu programa socialista de combate ao capitalismo e á burguesia, mas encontrava logo a resposta da Igreja na Encíclica "Rerum Novarum", de Leão XIII, que fazia do Capital e do Trabalho forças de conciliação e não campos de luta e de conflito social.

Assim como o século XVIII foi dominado pela idéia do Progresso, considerado indefinido, o século XIX foi o século da Questão Social, das prioridades do trabalhador, que surgia em campos opostos como uma realidade simultânea e igual. O marxismo, que não tardaria a ser marxismo-leninismo, maneira de aliar a teoria à prática do sistema, tentaria fazer do operário, notadamente urbano, o inimigo das classes dominantes, o vencedor da batalha pela energia revolucionária das novas idéias.

Foi Tobias Barreto, ao que tudo indica, quem lançou Marx no Brasil. Sua loucura pela Alemanha, que Silvio Meira explica como sendo a fascinação da vitória sobre a França, em 1270, como que jogada fora da criatividade humana pelo poder da raça, ou da super-raça, não o arrastou a fazer de Marx, como fez de Hermann Post, de Hering e de Savigny as luzes do século que Daudet chamou "estúpido". No famoso "Discurso em Mangas de Camisa", proferido na cidade pernambucana de Escada, que é um manifesto liberal, tanto que logo depois ele seria Deputado Provincial pelo Partido Liberal em Pernambuco,

contraria as idéias de Marx. O filósofo teuto-sergipano é, então, uma expressão da consciência de um momento histórico, a transição para outros tempos — os tempos de rebeldia abolicionista e republicana, que iria pôr fim ao Trono e, antes disso, à metafísica. . .

Mas, a que vem essa digressão ou essa repetição de coisas tão sabidas? Simplesmente, o que pretendo dizer é que a geração de Afonso Bezerra recolheu esse legado de controvérsias e dialéticas. E ele foi, pessoalmente, um dos mais comprometidos com o esclarecimento das idéias, com a defesa da ordem espiritual e cristã num mundo revolvido pelos sistemas filosóficos e políticos.

Não se percebe nos escritos de Afonso Bezerra essa dramaticidade pungente. Seus contos, por exemplo, têm uma ingenuidade que reflete a simplicidade da gente sertaneja, que ele estudou e projetou com a intensidade poderosa de um artista do povo, espécie de imaginário criador, esculpindo na sua matéria prima — que era o seu próprio coração — as devoções sagradas, que são uma riqueza ancestral, a sacralidade dos tempos.

Em jovens da sua idade talvez as implicações da cultura fossem mais sensíveis, como em Otacílio Alecrim, um “blaguear” impenitente, em quem se poderia aplicar a frase da Jackson de Figueiredo: — “O sorriso de Voltaire não morreu nos lábios de Anatole France”. Outro jovem da época, colega de turma de Afonso, na Faculdade de Direito do Recife, Edgar Barbosa, era um romântico. Outro, Miguel Seabra Fagundes, também colega da Faculdade, mostraria desde cedo a sizudez de espírito que, na vida pública, seria a medida de uma lição que muito honra as nossas tradições culturais no campo do direito.

Afonso ouvia as vozes telúricas. O sertão era a sua presença e a sua magia. Mas, lendo-se atentamente os seus artigos, alguns de certa força polêmica, sente-se que ele falava em nome de uma transição que excedia o tempo, para ser, em si mesma, uma voz das coisas maiores — as coisas eternas — das quais uma geração atônita, que apanhava os seus próprios pedaços pelo caminho, se apercebia e com as quais se integrava.

Foi nesse exato momento que Tristão de Athayde publicou para os que tinham vinte anos o seu pequeno grande livro **Tentativa de Itinerário**. Abria-se uma estrada sem veredas. O escritor havia vencido a sua própria experiência: tendo sido um cético, agora era um crente. Deslumbrava-se com esse espetáculo interior. Queria participar com os outros — os mais jovens — dessa ressurreição, que ele sempre chamou a “revolução invisível”. A revolução interior, metafísica, ontológica, epistemológica, acontecendo como um clarão que acende na inteligência claridades impressentidas.

Sou testemunha do entusiasmo com que Afonso Bezerra vivia essa revolução e seguia essa “coluna de fogo”, que Jackson de Figueiredo contraria as idéias de Marx. O filósofo teuto-sergipano é, então, uma rede pôs em marcha, como um cruzado em defesa do Santo Sepulcro, já que ainda havia — como continua a haver — turcos seldjúcidas. Não

pode estar em mãos ímpias o depósito sagrado. Num dado momento o da iluminação interior, o dever de lutar se mostra imperioso, indeclinável.

Afonso foi o símbolo dessa resistência ao negativismo, ao ceticismo, ao sibaritismo. Ele, sem ser dramático, como Léon Bloy ou Jackson de Figueiredo, fazia as vezes de ambos na Província; os estilos eram diferentes, mas a causa era a mesma.

Hoje, à distância do tempo, que cria tantas perspectivas, ponho diante de mim mesmo, lembrando o intenso convívio com Afonso Bezerra, um problema talvez importante: é possível que um certo rigorismo, um tanto excessivo, nos tenha privado de um contacto maior com artistas e estilistas do quilate de Eça de Queiroz e de Machado de Assis: o primeiro um esteticista da literatura e um profeta da regeneração portuguesa, que tinha em Antero de Quental o "santo" e em Ramalho Ortigão o forte aquarelista da paisagem social e política, e de quem Eça dirá: "Não é bacharel e tem saúde". Resumia com isso um tipo de homem raro na sociedade lisboeta, caracterizada pelo romancista d'Os Maias, depois repensada e recriada por Joaquim Paço d'Arcos, nos seus romances de Lisboa, já numa perspectiva diferente.

De qualquer modo tínhamos os nossos feiticeiros ocultos; mas nenhum dos que haviam caído no "Index Librorum Prohibitorum" se avantajava aos mitos da nossa geração — os homens de fé, que sonhavam com uma sociedade mais sólida, na qual o bem-comum fosse a consequência de uma filosofia perene, de uma noção suprema da contingência humana.

O perfil de Afonso Bezerra está vigorosamente traçado por Veríssimo de Melo, no seu livro *Patronos e Acadêmicos*, e por Sanderson Negreiros, no seu discurso de posse na Academia Norte-Riograndense de Letras, intitulado "A humana palavra necessária". Esta minha palavra é exatamente o contrário da de Sanderson Negreiros: é desnecessária. Tem talvez um mérito: o da convivência com uma inteligência límpida que, desde cedo, se inclinou para o eterno, sem desprezar o humano.

A saga sertaneja em Afonso Bezerra não é a mesma de Euclides da Cunha ou de José Américo de Almeida. Aproxima-se mais de Afonso Arinos, no livro clássico *Pelo Sertão*, que é a paisagem da terra nos diversos tons e entretons da sua constância idílica. Nenhum desses escritores ou paisagistas deixa antever Guimarães Rosa, o criador de um estilo e de um vocabulário que encarnam a alma rude, mas poética, de uma gente simples, supersticiosa, ordeira, inventiva, que vive na sua gleba e dela não quer sair, mesmo nas horas sinistras da seca.

É essa mesma estesia que põe na poesia de Sanderson Negreiros, mais sertaneja do que canavieira, uma tônica de beleza e de heroísmo, a odísséia humilde do povo sofrido e castigado.

Em 1928, ao sair *A Bagaceira*, de José Américo, Afonso me escrevia do Recife que esse livro era *Os Sertões* em forma de romance.

Para ele o sertão tinha de ser euclýdeano, embora o seu fosse lírico. Contestei em resposta à sua carta que um livro nada tinha a ver com o outro. Conversando anos depois com José Américo e relatando-lhe essa divergência, ele concordou comigo, não sem reconhecer que o sertão é sempre o drama, a epopéia, “o castigo secular da terra”, da frase de fogo de Euclýdes da Cunha.

Analisando-se bem a obra literária e sociológica de Afonso Berra, vê-se que a nota dominante do escritor é o conto sertanejo. Não encontramos nele certa receptividade para o Modernismo, que, em 1922, com a Semana de Arte Moderna, em S. Paulo, e com o Congresso Regionalista de 1926, no Recife, promovido e organizado por Giberto Freyre, autor do **Manifesto Regionalista** do mesmo ano, criava novos enfoques para a nossa realidade linguística e estética. Era uma nova Independência, que surgia coerentemente no centenário de 7 de setembro de 1922: um século depois proclamávamos uma outra libertação, a da língua e a do estilo. Tudo se fez devagar. O processo histórico era lento, mas seguro. E assim como houve excessos na Independência política de 1822 e até muito farisaísmo liberal, a começar pelo Imperador Pedro I, também houve exageros na nossa independência literária e estética. Mas um aspecto se há de destacar: não procuramos imitar nem em Natal nem no Recife — com Luiz da Câmara Cascudo e Jorge Fernandes, nem com Gilberto Freyre e seus seguidores regionalistas-modernistas — o modelo de S. Paulo e do Rio. Por sinal, diga-se de passagem, o Graça Aranha do Modernismo, do desafio à Academia Brasileira de Letras, onde Coelho Neto, ferido no seus bríos de escritor clássico, se proclamou “grego”, é o romancista da decadência: sua **Viagem maravilhosa** não tem a intensidade romanesca de **Canaã**, embora este último, à semelhança das **Populações Meridionais do Brasil**, de Oliveira Vianna, tenha um certo toque de arianismo, de germanismo ainda não de todo erigido em expressão superior de raça, cor e cultura.

Afonso não se refere nos seus escritos a Jorge Fernandes. Parece não ter simpatizado com o Modernismo, do qual Jorge — restituído à nossa leitura pelos zelos literários de Verissimo de Melo — foi a nossa maior expressão. Pelo contrário: no seu artigo “Crônica Literária”, publicado no **Diário de Natal**, de 6—11—1927, quando o autor estava nos seus dezenove anos de idade, depois de algumas considerações sobre o desprezo pelos clássicos, afirma o jovem escritor: — “Daí o fato de, hoje em dia, quando se lêem versos, se preferirem as estrofes soltas e sensaboronas dos aedos futuristas, desprezando-se totalmente as magníficas produções de uma pléiade de poetas como: Gonçalves Dias, Castro Alves, Fagundes Varela, Cassimiro de Abreu e outros, cujos versos inspirados não deslustrariam a literatura de qualquer povo culto”.

Afonso certamente incorreu numa perspectiva literária que se abriu por mera incompreensão do movimento modernista; ser essa

tentativa de libertação — da qual Mário de Andrade é o nome maior — uma adaptação capenga do futurismo europeu de Marinetti e seus sequazes.

Persistia nele — vale repetir — a visão euclídea do sertão. No artigo intitulado “Crônica sertaneja”, no **Diário de Natal de 24—12—1927**, ele se refere ao folclore sertanejo, embora não tenha aludido nesse como em outros passos à literatura de cordel, que é, hoje, um manancial de sabedoria vinda das fontes genuínas do saber popular, nem aos desafios de cantadores, senão rapidamente: esses “analfabetos geniais”, como chama Cascudo. Isso não vem em demérito do escritor sertanista, que tanto elogia, et **pour cause**, o livro de Hugo de Carvalho Ramos — **Tropas e Boiadas** — por ser um modelo paisagístico que muito agradava ao poeta de Carapebas. Na sua época, os enfoques eram esses. Nada mais natural. No seu poema — “O Aboio” — que é uma obra-prima de artesanato parnasiano, Henrique Castriçano vai pelo mesmo caminho: o vaqueiro simboliza uma vida de aventuras; mas há no seu toque a melancolia de uma raça castigada, insegura de si mesma, vítima do fatal binômio inverno-seca. Quem ouvir essa voz, que vem pelas quebradas das serras e se alastra pelos campos, sentirá que um gênio anônimo fala por todo um mundo adverso, que é a civilização do couro, admiravelmente estudada por mestre Capistrano de Abreu.

Não devemos exigir de um escritor, que apenas iniciou a década de 20, tenha, como agora, os enfoques sociológicos de uma época diferente, eminentemente tecnológica e até tecnocêntrica; coisa que Afonso não previu. A beleza das suas crônicas e contos sertanejos está quase na languidez de uma vida marcada pela poesia das lendas, superstições, tradições — a gama imensa de sentimentos ancestrais, que as gerações conservaram, pelo menos até bem pouco.

Mas ele, escritor católico antes de tudo, não fala nessas superstições para aceitá-las. Haja vista o seu conto “Mordido de Cobra”, um dos mais largamente transcritos em jornais: o personagem Rufino Ligeiro fora mordido por uma cascavel; recusou-se a todo e qualquer antídoto, porque era “curado”, tinha o corpo fechado. O veneno, porém, o abateu; e já nas ânsias da morte consentiu em tomar um pouco de leite de pínhão. Por isso, por essa falta de fé e de perseverança, pensava o doente, é que ia morrer. Morreu com toda a força do seu corpo fechado. Isso faz lembrar, pela urdidura do conto e pela filosofia do enredo, o conto de Machado de Assis: “A Cartomante”. O personagem está enamorado de uma senhora. Mas receia o marido. A cartomante o tranquiliza. Pode ir, nada acontecerá. Ao chegar à casa da amante, encontrou-a morta pelo esposo, que só esperava pelo ousado conquistador para matá-lo. Os dois cadáveres estendidos no chão não davam boa fama à cartomante...

Afonso Bezerra é toda uma sugestão de riquezas espirituais.

Numa simples palestra é impossível abranger uma obra múltipla, que, no meu entender, é principalmente de um jornalista católico.

O jornalismo era para Afonso uma coisa tão séria, tão importante, tão profundamente ligada à dignidade profissional, que ele propunha um noviciado para os candidatos (artigo no **Diário de Natal**, de 22.5.1929, sob o pseudônimo de Alípio Serra). O que hoje se chama estágio (as estagiárias têm sido tão satirizadas por Nelson Rodrigues), para ele era noviciado: uma preparação interior para uma tarefa que exige do profissional todos os requisitos morais e intelectuais.

Ninguém ironizou mais essa imprensa fácil, ou “facilitária”, do que Carlos de Laet, na sua conferência sobre “A Imprensa”, proferida no Circulo Católico do Rio de Janeiro que vem publicada no seu livro **O Frade estrangeiro e outros escritos**, edição da Academia Brasileira de Letras. Laet, muito de minha leitura e de minha admiração, queixava-se dos jornalistas improvisados, os “parvenus” da grande Imprensa, que não têm cultura nem por vezes probidade para o exercício dessa tarefa, a qual, como lembra Afonso Arinos de Melo Franco, é um serviço público.

Juntos, no Colégio Santo Antônio, onde funcionava o “Grêmio Olavo Bilac”, centro de estudos literários que teve em Afonso um dos mais entusiastas do ideal que os animava, pensamos muita coisa e alguma coisa fizemos.

Foi ali que, duma feita, uma sombra passou entre nós dois: — Afonso Bezerra confessou-me que tinha o pressentimento de morrer cedo: ele seria um poeta arrebatado como outros tantos do Romantismo pela tuberculose. Foi o que deixou transparecer no poema “Se eu morrer moço”, que Rodrigues de Melo encontrou nos papéis íntimos do poeta. Eis o poema premonitório:

Se eu vier a morrer em pleno gozo
Das ilusões que embala a mocidade
Eu não quero que chorem o meu trespasse
E bastante a saudade

Se o batel vacilante de meus sonhos
Naufragar no oceano da existência
Não me pranteiem, pois a juventude
Tem visos de inocência

Para que serve à beira de um esquite
Quando partimos para o além da vida
Vir alguém derramar triste e magoada
Uma lágrima sentida?

Definha o corpo, mas a alma pura...
Roseira, lá no céu, linda floresce...
Jardim de amor, espalhem no meu túmulo
As flores de uma prece.

A influência de Alvares de Azevedo vinha clara no verso que encima o poema citado: "Se eu morresse amanhã". Esse "amanhã" era para Afonso um tanto intemporal: a proximidade do grande Mistério.

Nesses cinquenta anos decorridos de sua morte, é de justiça assinalar que ninguém prestou mais relevante serviço à memória do jovem escritor do que Rodrigues de Melo, reunindo tudo quanto ele deixou esparso pelos jornais e mais o que, como pesquisador de alta qualidade, encontrou nos papéis guardados, íntimos, silenciosos, que Afonso escondeu para ser depois um legado da sua alma e da sua inteligência.

A publicação do livro **Ensaio, Contos e Crônicas**, de Afonso Bezerra, é obra não apenas de paciência, mas de amor. Nisso se empenhou Rodrigues de Melo, o que nos permite ter às mãos o que um jovem talento malgrado legou a todos os tempos. É o que devemos a Judandyr Navarro, publicando a "Antologia do Padre Monte", que traz para a nossa convivência mais íntima o sábio e o santo.

Não choremos Afonso, nosso amigo e companheiro, nosso mestre, nosso timoneiro, nosso gageiro real dessa Náu Catarineta que é o barco da vida. Basta a saudade, como ele disse nos seus versos.

Toda essa atividade, que representa uma época, precisava de ter a sua ambiência. Não faltou a Afonso prodigalidade da ação de um homem que criou, no nosso Estado, o clima próprio dessa expansão intelectual, no campo específico da espiritualidade católica.

Esse homem é Ulysses de Goes, cuja presença apostólica é uma página da nossa história, que já pode ser escrita.

A Congregação Mariana de Moços, a Escola de Comércio de Natal, o **Diário de Natal**, e antes dele **A Palavra** e depois **A Ordem**, a Caixa Rural e Operária — tudo isso não acontece em vão. Um homem múltiplo está à frente dessa vasta organização, homogênea pelos fins culturais, técnico-profissionais, religiosos, sociais, comunitários.

Afonso Bezerra se inseriu nesse "complexo" de atividades, as quais, por sua vez, denunciavam as mudanças da civilização, em busca de um bem maior, que, em Ulysses de Goes, é a sua excepcional capacidade de servir, o verbo de sua cotidiana conjugação.

Relembrando Afonso Bezerra, é como se o vissemos perguntar: — Que houve nesses cinquenta anos? — Houve muita coisa. O principal, que merece registrado, é que não esquecemos a sua lição — a lição do congregado mariano, do líder católico, do escritor, do poeta, do jornalista, do que ele deixou como herança e testemunho de uma alma clara que amou a Deus e aos homens.

É preciso escrever a sua biografia. Não a biografia cronológica apenas, mas a biografia crítica, que é a análise da sua geração e de tudo quanto foi vitória e derrota, sonho e realidade, na luta pela verdade e pela fé.

Deixo, aqui, ao terminar, essa sugestão. Afonso é uma época, a época das afirmações fortes, dos combates decisivos. A época em que a inteligência, através de um pugilo de homens, aos quais se acrescentaria mais tarde Gustavo Corção, um convertido bloysiano, se definia pela pureza essencial da verdade. Talvez hoje, em muitas coisas, o espetáculo não o satisfizesse. Entre Corção e Alceu Amoroso Lima, separados por divergências políticas, com quem estaria ele hoje? São indagações que sempre se fazem, mas que nunca podem alcançar uma resposta exata.

O Concílio Ecumênico Vaticano II abriu novos caminhos. Ele estaria com o Concílio, como está o admirável Papa João Paulo II, cuja ortodoxia — já apontada como reacionária por liberais apressados — é uma prova de que a Igreja se move no plano imutável da sua doutrina.

Dizia Tobias Barreto que a Igreja tinha que ser intolerante, porque não podia transigir com a mentira. Isso dito por um monista e um darwinista da cultura tem um valor excepcional. Tobias não era um ateu,— um iconoclasta; era um irreverente. Não por chamar os padres do Maranhão, na suposição de estar com eles em tremenda polémica, de “Reverendíssimos burros”, ele se mostrava agnóstico. Josué Montello, em recente pesquisa, provou que os padres do Maranhão, notadamente o Padre Fonseca, o Fonseca, da sátira tobiática, nunca contestaram nem anatematizaram Tobias, como ele pensava.

Vejo, hoje, surgir diante de mim o meu tão querido Afonso Bezerra, ali no Colégio Santo Antônio, entre os seus livros desarrumados. Sabia que ia morrer cedo. Seu belo espírito não esperou pelo tempo para durar até hoje, como durará sempre. Ele viverá enquanto viver quem possa compreender a sua mensagem, tão jovem como há meio século, quando ele morreu. A ela se aplica a frase de Santa Tereza d'Ávila: “Morro porque não morro”. Ele vive.

8-03-80

I. H.G. R. G. N.

MONSENHOR JOSE DE CALAZANS PINHEIRO

1866—1966

Túlio Bezerra de Melo
(Colaborador)

O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, por iniciativa do seu ilustre Presidente, Dr. Enélio Lima Petrovich, prestou justa homenagem à memória do Monsenhor José de Calazans Pinheiro, no centenário do seu nascimento.

Convidado a escrever sobre a personalidade do homenageado, devo dizer que me sinto um tanto suspeito, tais os laços afetivos e de parentesco espiritual que a ele me ligam.

Basta dizer que na casa de seus pais viveu e criou-se minha mãe, Judith, dali saindo, já professora, para casar-se com o Professor Severino Bezerra de Melo.

Meu padrinho de batismo e professor de Geografia, Latim e Francês no antigo Colégio Pedro II, dirigido por meu pai, padrinho e pai de criação de minha mãe, padrinho também da minha mulher, Lúcia, seria melhor que um estranho rebuscasse a sua longa vida de 80 anos bem vividos, imune às naturais distorções ditadas pelo coração.

Aceitando o convite, porém, fi-lo por um dever muito grato à minha condição de afilhado e aluno, vencendo os escrúpulos da possível suspeição.

Não pretendo fazer um estudo profundo da vida e da obra daquele que em vida se chamou José de Calazans Pinheiro, porque isto seria trabalho para um mestre Cascudo, um Rômulo Wanderley, um Paulo de Viveiros ou um Veríssimo de Melo, mas tentarei apenas traçar-lhe ligeiro perfil, retrato tosco da grande figura humana que ele foi, misturando lembranças da minha meninice e da minha adolescência, numa busca proustiana e sentimental.

Nasceu José de Calazans Pinheiro em São Gonçalo do Amarante no dia 27 de agosto de 1866.

Não lhe conheci o pai, o velho Manuel Pinheiro, de alcunha Manuel Ourives, mas guardo ainda viva lembrança de sua mãe, Gertrudes,

que tratávamos carinhosamente por Dindinha, senhora de princípios rígidos e severos, à maneira do tempo, e que tanto influenciaram na formação moral e espiritual de minha mãe.

Muitos dias da minha já bem distante infância, passei-os no velho casarão da Rua Vigário Bartolomeu, onde o padre, chefe da família, vivia ao lado da mãe e das irmãs solteiras Dina, figura apostolar, santa mulher, caridosa até o sacrifício, Cecília, Iaiá, Florzinha e Ursinha, as meninas do padre, como eram conhecidas, já todas mortas.

Vive ainda Emília, a caçula, hoje com 90 anos, lúcida, alegre, espirituosa, viúva do inesquecível Graciano Melo, comerciante do Natal de ontem, personalidade curiosa e muito querida de quantos o conheceram.

Do casal nasceram Nicênia, casada com o comerciante Júlio César de Andrade, o médico Pelúcio, o bacharel Protásio, o professor de Inglês e agora também antropólogo, Maria das Vitórias, casada com Délio Otoni, da Costeira, e o folclorista Veríssimo de Melo, prolongando-se a família através de numerosos netos e bisnetos, que povoam esta cidade dos Reis Magos.

Pessoa das mais interessantes foi seu irmão Manuel da Costa Pinheiro, o tio Neco, engenheiro, sertanista, arribando em Natal algumas vezes, numa das quais o conheci.

Homem de inteligência excepcional, era grande amigo de Rondon, que o considerava um dos maiores astrônomos do Brasil.

Espírito aventureiro, a todos encantava com a narração de suas aventuras.

Desaparecido misteriosamente na selva, sua morte foi positivada depois pelo próprio irmão padre.

Ordenou-se José de Calazans Pinheiro no Seminário de Fortaleza, a 29 de novembro de 1890.

Sua carreira eclesiástica sofreu longo hiato, pois somente a 29 de setembro de 1939 foi agraciado com o título de Cônego honorário do Cabido da Paraíba e a 23 de novembro de 1941 se tornou Monsenhor Camareiro.

Vigário de Caraúbas, Açú, Pilões, na Paraíba, e Capelão, até à morte, da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Lembram-me suas missas, recitadas sempre em voz bem alta e em que o Latim predominava do princípio até às orações finais do Padre Nosso, da Ave Maria, e da Salve Rainha.

Temperamento forte, vibrátil, sensível, mas caráter reto, leal, sincero, não suportava desaforos ou desatenções.

Esta, talvez, a razão por que conquistou algumas desafeições, não só entre leigos, como no seio do próprio clero, contando-se, entre estas, a do Bispo D. Aduato, o que lhe valeu uma transferência para distante paróquia em Itajubá, Minas Gerais, onde viveu muitos anos.

Se, porém, era extremado nas suas malquerenças, soube fazer grandes amigos, amizades sólidas e duradouras, conservadas até à morte.

Destaco, nesse número, o Governador Pedro Velho, que o nomeou professor do Ateneu, D. Marcolino Dantas, nosso estimado Arcebispo, que ainda lhe conserva a memória com carinho e admiração, dedicando-lhe mesmo, há alguns anos, no aniversário do seu nascimento, expressivo soneto, o Cônego João de Deus, da Paraíba, que o visitava amiúde, hospedando-se em sua casa, e a quem retribuía as visitas, o Monsenhor Paiva, o Cônego Pedro Paulino, Padre Jófili, Diretor do Colégio Santo Antônio, a quem sucedeu, tantos outros.

Dotado de espírito crítico e irreverente, conta-se que costumava assistir sempre ao primeiro sermão dos bispos para aqui designados, vaticinando-lhes a boa ou a má fortuna.

Os que com ele privaram devem lembrar muito bem a sua figura varonil, ereta, sempre portando uma bengala, elegante na sua indumentária sacerdotal, batina impecável, colarinho e punhos duros, de uma brancura imaculada, relógio de ouro com grossa corrente à mostra.

Dotado de memória extraordinária, era orador sacro primoroso. Fazia sempre os sermões da Procissão do Encontro, nos bons tempos de Montano Emerenciano e de Teodorico Guilherme.

Conta-se que escrevia os sermões e os decorava. Certa feita, em meio ao discurso, a memória o traiu. Não se deu por achado. Calmamente, recitando uma frase adequada em Latim, retirou do bolso o original e continuou sua belíssima oração à Virgem. Desde então, porém, jamais aceitou ser o orador do Sermão do Encontro.

Grande apreciador da boa música, tocava ele próprio flauta e piano. Excelente garfo, gostava também de um bom vinho.

Palestra viva, rica, colorida, atraente, cheia de eposódios curiosos, pontilhados de finas ironias e irreverências contundentes, quando se tratava de desafetos seus.

Ao lado das funções eclesiásticas, que exercia com dignidade, foi também grande professor. Ensinou várias gerações. Difícil encontrar estudante do seu tempo, em Natal, que não houvesse sido seu aluno.

Foi professor de Geografia e Diretor do Ateneu, professor e Diretor da Escola Normal, professor e Diretor do Colégio Santo Antônio, professor do Seminário São Pedro, lecionando, ainda, em estabelecimentos de ensino particulares, entre os quais o Colégio Pedro II, dirigido por meu pai.

Excelente mestre, nunca faltava a uma aula, salvo motivo de força maior. Rigoroso, exigia do aluno muito estudo durante o ano

letivo mas, grande amigo do estudante, era tolerante nos exames, jamais o reprovando.

Suas aulas eram muito apreciadas, porque entremeadas de estórias, anedotas, ditos espirituosos e ditados latinos: "Sine qua non", "Dicere et probare, non probare, non dicere", "Até aí morreu Neves afogado em cuspe", "Quem estudou, estudou, quem não estudou, estudasse".

Nas aulas de Geografia, matéria que conhecia a fundo, sendo mesmo autor de notável Cosmografia, gostava de abrir o livro, exigindo do aluno a repetição "ipsis litteris" da lição.

Professor de Francês, exigia pronúncia escoreta e tradução exata. Lembra-me ainda, o entusiasmo com que defendia a pronúncia do rien e do bien.

Quando o aluno claudicava na pronúncia, era certa a advertência: "Isto, senhor, é Francês da Cochinchina..."

Latínista exímio, fazia-nos deglutir toda a Gramática Latina do Padre Antônio Pereira.

Lembra-me, a propósito, um episódio com que sempre ilustrava suas aulas de Latim, sucedido com um seu ex-aluno, hoje ilustre desembargador do Tribunal de Justiça aposentado.

Fazendo o vestibular de Direito, no Recife, foi esse aluno acosado pelo velho mestre Laurindo Leão, revelando-se fraco na tradução e na versão, mas fortíssimo na gramática, versado em todos os segredos da taxionomia e da sintaxe latinas. Laurindo ficou impressionado e, ao final do exame, indagou quem fora o seu professor, ao que Floriano Cavalcanti, que outro não era o examinado, respondeu — "Foi o Padre Calazans..."

Era assim o Monsenhor José de Calazans Pinheiro.

Professor de várias gerações, só isto seria suficiente para lhe immortalizar o nome e justificar a homenagem que lhe presta o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, de que foi fundador.

Procurei, tanto quanto possível, fazer-lhe justiça.

A sua memória, neste dia, ressurgiu para seus parentes e amigos envolta em eterna saudade.

Para os que não o conheceram, fica este pálido retrato, feito por artista medíocre, mas sincero no seu desejo de reviver a sua figura querida e inesquecível.

Neste momento de evocação sentimental, homenageamos também a sua família, na pessoa veneranda e querida da tia Emília, única remanescente de suas irmãs.

Que Deus a conserve por muitos anos. E que viva, na lembrança da sua já numerosa descendência, para sempre, a pessoa, daquele que foi, na verdade, um varão dos mais ilustres da terra potiguar.

FRANCISCO FERNANDES SOBRAL

Nilo Pereira
(Sócio Correspondente)

O falecimento do meu cunhado Francisco Fernandes Sobral, em Juiz de Fora (M. G.), abre um leque de recordações na minha vida. Sobral foi promotor público no Ceará-Mirim, Deputado Estadual no Rio Grande do Norte, Juiz Municipal de Natal, deixando em cada atividade a marca do seu talento.

Em Natal residiu à rua de S. José, a partir de 1923. Foi amigo pessoal do governador Antônio de Souza e dos raros a frequentar a sua casa, quase escondida entre grandes árvores. Ali se encontravam vez por outra os dois homens de letras: o Dr. Souza, romancista, e Sobral, poeta e jornalista. Foi nessa sua casa da rua de S. José que iniciei os meus estudos de Preparatórios e o meu curso na Escola de Comércio de Natal, da qual Sobral foi professor de Francês. A sua biblioteca chamava atenção. Numa das paredes o retrato em ponto grande de Marabá lembrava um poema de Gonçalves Dias.

A ele devo minha formação humanística. Meu professor de Português e de Francês, introduziu, no Ceará-Mirim, métodos novos e modernos — inclusive o Berlitz — com grande êxito. Foi nesse livro que aprendi a conversação francesa. Ele falava várias línguas. Chegou a estudar o russo com um russo branco conhecido como Lola, no Ceará-Mirim. Mostrava-me o alfabeto eslavo, que me parecia inatingível. Mas ele, o mestre, já estava habituado com o grego, que conhecia bem.

Faleceu aos 84 anos de idade como Professor Emérito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora, deixando uma obra literária e jurídica que muito honra a cultura brasileira.

Era, sem nenhum favor, um homem de grande erudição. Professor, poeta, jornalista, jurista, escritor de grande pureza vernacular, sua inteligência se desdobrava num conhecimento geral, hoje raro. Foi um dos nossos últimos humanistas. Lembro as suas aulas, no Ceará-Mirim. As preleções que fazia. Os conselhos que dava ao ini-

ciante que eu era. Mandava que eu copiasse trechos de autoses escolhidos para apreender o estilo, sentir, por assim dizer, a beleza da construção literária. Trazia das aulas do Cônego Leão Fernandes e do Monsenhor Pedro Anísio, no Seminário da Paraíba, que cursou por poucos anos, o gosto pelas humanidades, ele próprio um mestre do classicismo, um latinista, e um grecista de boa formação humanística.

Como jornalista, Sobral sempre escreveu n'A REPÚBLICA, de Natal. Fui por mais de uma vez levar artigos seus à redação do jornal. Um desses artigos sobre o Dia dos Mortos, que alcançou grande repercussão pela beleza literária e pelo sentimento humano. O homem de fé se agigantava no homem de inteligência.

Quando completou oitenta anos os meios culturais de Juiz de Fora lhe prestaram as mais expressivas homenagens. Ele recordou, então, o seu passado no Rio Grande do Norte, onde começou como promotor do Martins. Não sei se não terá deixado um livro de Memórias. Seria uma forte contribuição para o estudo do nosso tempo, que ele viveu numa larga faixa de acontecimentos decisivos.

Era bacharel de 1917, colega de turma de Barbosa Lima Sobrinho e de D'oclécio Dantas Duarte entre muitos outros. Esse período do Recife foi da maior importância na sua vida. Como professor do antigo Colégio "Ayes Gama", onde hoje funciona o Instituto Arqueológico, Sobral teve como aluno o futuro Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Deixo aqui minha gratidão ao professor e ao humanista, que me abriu uma estrada que continuo percorrendo. Sua alegria, quando eu me formei em Direito, traduziu-se no telegrama que ele e minha irmã Dalila me dirigiram nesses termos: — "Corações unidos derredor sua vitória".

Hoje, digo que os nossos corações estão unidos em torno da sua morte. Perdi o meu primeiro mestre de Humanidades. Lamento vê-lo partir sem que eu pudesse apertar-lhe as mãos, que outrora numa cidade romântica, berço de minha família, rasgaram horizontes que nunca mais se fecharam.

(A República — 23-02-80)

PALAVRAS DE AGRADECIMENTO

José Bezerra Gomes
(Sócio Efetivo)

Com o coração, unido ao espírito, agradeço-vos minha eleição para o quadro de sócios efetivos do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em sua sessão, preparatória, de aniversário, de 29 de março de 1974, significando-vos na presente sessão, aberta à minha posse, regulamentar, a expressão de meu genuíflexo reconhecimento.

Agradeço, sensibilizado, as palavras carinhosas, com que o ilustre consócio, Prof. Dr. Manoel Rodrigues de Melo, saudou-me, magnamente, nesta solenidade.

Benigno Prof. Dr. Manoel Rodrigues de Melo: Conto-me entre vossos admiradores, por uma convivência, adquirida pela nobreza que mana de vosso coração.

Personalidade literária distinguindo com a imortalidade acadêmica norte-riograndense, é o devotado historiógrafo Prof. Dr. Manoel Rodrigues de Melo um dos espíritos mais brilhantes de sua geração intelectual, merecendo-se pela sua capacidade realizadora, como estudioso da historiografia norte-riograndense. Entre suas obras publicadas, com êxito marcante, relacionam-se *Várzea do Açú* (1940 e 1951) e *Patriarcas e Carreiros* (1944), enobrecendo-lhe a expressiva bibliografia de escritor de renome nacional.

Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Dr. Enélio Lima Petrovich: Externo à vossa augusta autoridade, acolhendo-me como sócio efetivo desse egrégio Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, o testemunho de meu reverendo agradecimento pela honra com que fui distinguido, por nima gentileza de meus distintos consócios.

Faço-me submisso da clarividência de vossa palavra presidencial, acolhedora e orientadora, à frente do destino do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, passando a receber, sob a luminosidade da presente sessão, o valor da irradiação de sua projeção, em benefício do culto da historiografia norte-riograndense.

EXPRESSÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA DA VIDA DO RIO GRANDE DO NORTE.

Com seus antecedentes históricos, o Rio Grande do Norte, Capitania, Província e Estado, integra regionalmente o nordeste brasileiro, participando da formação da pátria comum, o Brasil, dentro da comunhão soberana e solidária da nação brasileira.

Iniciada a edificação do Forte dos Reis Magos (6 /Janeiro de 1598), à margem direita da foz do Rio Potengi, foi pelo Chefe da expedição colonizadora da terra potiguar, Manoel de Mascarenhas Homem, Capitão-Mór e Governador de Pernambuco, entregue seu comando a Jerônimo de Albuquerque Maranhão (24 de Junho de 1598), vindo a ser erguida, no ano subsequente, a cidade que, em homenagem ao dia de sua fundação (25 de Dezembro de 1599), chamou-se de Natal, Capital do Rio Grande do Norte, em cujo território já figuravam duas aldeias: a “aldeia do Camarão” e a “aldeia de Antônia”, como assinala o sistema cartográfico do “Livro que Dá Razão do Estado do Brasil” (Manuscrito do Século XVII), atribuído ao cartógrafo João Teixeira.

Correspondem as duas mencionadas aldeias, aproximadamente, a de Guajuru e a das Guaraiás, como observa o Padre Serafim Leite, S. I., em sua “História da Companhia de Jesus” (Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1953 — Tomo V — pp. 514 — 515).

Serve de foral, para as nascentes e históricas letras natalenses, à expressão histórica e geográfica do Rio Grande do Norte — o Forte rônimo de Albuquerque no Comando do primeiro monumento erguido à expressão Histórica e geográfica do Rio Grande do Norte — o Forte dos Reis Magos, contendo em seu teor a valiosa relíquia histórica:

“Esta praça vos é entregue com armas, soldados e bandeiras por Nosso Senhor El-Rei de Portugal e Espanha. Só a deveis entregar a quem dêle trouxer ordens e mando.

Estas chaves deverão afferoulhar as portas desta praça d'armas contra todo e qualquer inimigo da Pátria. As portas abrir-se-ão para os amigos.

Jerônimo de Albuquerque, Capitão-Mór do Forte dos Reis Magos, sois o responsável pela honra do Rei e da Santa Religião nessas paragens. Depende de vossa coragem, a obediência dos povos a El-Rei.” (in: Dr. Enélio Lima Petrovich — O Forte dos Reis Magos — Um Patrimônio Luso-Brasileiro — Natal RN — 1967 — pp. 6 — 7).

PROJEÇÃO DOS HISTORIADORES NORTE-RIOGRANDENSES, ANTIGOS E MODERNOS.

Para quem rebusque a luminosa galeria dos historiadores norte-riograndenses, o nome indelével de João de Barros (Visou, 1486 — Ribeira do Litem, 1570 — Portugal), donatário da Capitania do Rio Grande do Norte, conhecida também por Capitania de João de Barros, torna-se apontável por sua expressão inconfundível.

Cronista-mór do reino lusitano, com João de Barros, por sua importância como historiógrafo, nasceu a historiografia portuguesa, estimando-se o valor de sua obra de historiador, unindo ocidente e oriente, sob o signo da fé cristã, modelando a expansão ultramarina do reino lusitano, através da época da renascença.

É o primeiro historiador, também, da América Portuguesa, havendo-se referido longamente ao Descobrimento do Brasil.

Capitão e Governador da Capitania do Rio Grande do Norte, por força decorrente de sua carta de donatário, outorgada por El-Rei de Portugal, Brasil e Algarvos, D. João III, em 5 de Março de 1535, tudo fez João de Barros em prol da conquista da terra doada, assinando em sua carta (27/Abril 1542), reportando-se ao insucesso de sua empresa colonizadora: "O princípio da milícia desta terra, ainda que seja o último de nossos trabalhos, na memória o tenho mui vivo, por quanto morto me deixou o grande custo desta armada sem fruto algum." (in: Prof. Waldemar Ferreira — "As Capitânicas Coloniais de Juro o Heraldo" — Edição Saraiva — São Paulo — 1962 — Primeiro Volume — p. 259).

Figura seu nome ilustre entre os mais lídimos clássicos da língua portuguesa, formando com o decantado vate Luís Vaz de Camões e o imortal teatrólogo Gil Vicente a marcante trilogia do renascimento portugueses.

O PRIMEIRO HISTORIADOR NASCIDO NA TERRA POTIGUAR.

Nascido na terra norte-riograndense, passa a ocupar o primeiro lugar, dentre nossos historiadores, Manoel Ferreira Nobre (1824 — 1897). É o autor de "Breve Notícia da Província do Rio Grande do Norte" — baseada nas leis, informações e fatos consignados na história antiga e moderna. Valiosa obra publicada em 1877, recebeu sua primorosa segunda edição, sob feliz promoção do colendo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (Editora Pongetti — Rio de Janeiro — 1971), contendo uma Apresentação do Senhor Presidente do I. H. G. R. N., Dr. Enélio Lima Petrovich, com Prefácio e Notas do Prof. Dr. Manoel Rodrigues de Melo.

Extensa é a galeria dos historiadores norte-riograndenses, antigos e modernos, iluminada pelos nomes de Augusto Tavares de Lyra, Tobias do Rego Monteiro, Rodolfo Garcia, Manoel Dantas, Luís Fernandes, José Augusto Bezerra de Medeiros, Adauto da Câmara, Nestor dos Santos Lima, Felipe Guerra, Antônio Soares de Araujo, Clementino Câmara, José Morreira Brandão Castelo Branco, Anfilóquio Câmara, Angione Costa, Henrique Castriciano, entre muitos outros, todos irmanados pelo culto da historiografia norte-riograndense.

Integram a corrente moderna, renovadora, com o mesmo devotamento ao culto da historiografia norte-riograndense: Rômulo Chaves Wanderley, Lauro Pinto, José Melquíades, Gumercindo Saraiva, João Alves de Melo, Raimundo Nonato da Silva, Verissimo de Melo, Fran-

cisco Amorim, Paulo Pinheiro de Viveiros, Dom José Adelino Dantas, Tarcísio Medeiros, Hélio Galvão, Américo de Oliveira Costa, Marcos Maranhão, Oswaldo de Souza, Oto Guerra, Sanderson Negreiros, Alvarmar Furtado de Mendonça, General Umberto Peregrino Seabra Fagundes, Enélio Lima Petrovich, com tantos outros mais.

Destacam-se, entre municipalistas, pela contribuição dada à vida municipalista da terra norte-riograndense: Vingt-un Rosado (Mossoró), Aluísio Alves (Angicos), Padre Eymard L'E Monteiro (Caicó), Gilberto Guerreiro Barbalho (São José de Mipibu), Antídio de Azevedo (Jardim do Seridó), Jayme da Nóbrega Santa Rosa (Acarí), Júlio de Sena Gomes (Ceará Mirim), Geraldo Gonzaga (Touros), entre os nomes mais expressivos.

Entre todos os estudiosos da historiografia norte-riograndense, salienta-se a figura de mestre de Luís da Câmara Cascudo, diante do valor de sua copiosa e valiosa obra de historiador, folclorista, sociólogo e antropologista. É o autor consagrado da "História do Rio Grande do Norte" (Ministério da Educação e Cultura — Serviço de Documentação — Rio de Janeiro — 1955), o mais completo dos historiadores norte-riograndenses.

PRESENÇA DA MAIS ANTIGA INSTITUIÇÃO CULTURAL DE NOSSO ESTADO — o I. H. G. R. G. N.

Modelado pelo colendo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, fundado a 29 de março de 1902, ao lado de seus congêneros estaduais, tem a magna finalidade do que faz titular, constituída pela salvaguarda e zelo do patrimônio histórico cultural da terra norte-riograndense.

PALAVRAS FINAIS

Nascido no município de Currais Novos, cabe-me, nesta oportunidade, evocar-vos os nomes ilustres de dois curraisnovenses que me antecederam neste venerável Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: o do eminente Desembargador Tomás Salustino Gomes de Melo (1880-1963, Sócio Correspondente) e do Professor da UFRN — Antônio de Campos e Silva (1940 — 1972, Sócio Efetivo).

Senhor Presidente, Dr. Enélio Lima Petrovich: Fazendo-me escritor, sob minha vocação intelectual, animo-me do afã de dotar tudo quanto escrevo de uma única virtude: a de servir à pureza da arte, em sua função criativa, originária da expressão panorâmica da própria terra natal, em sua beleza contemplativa.

Eleito para o quadro de sócio efetivo desse venerando Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, rogo do beneplácito de

V. Excia. que me tenha por mais um servo dessa egrégia e douta Casa da Memória.

(1) Discurso de posse do Sócio Efetivo José Bezerra Gomes no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, em sua sessão de 29/3/1976.

BRASIL EM FORMA DE POEMA

Theophilo de Andrade
(Colaborador)

Sempre gostei de poemas. Deles, a minha biblioteca está cheia. O que me acaba de agora cair nas mãos, porém, é um tipo especial, pois é poema pelo texto, pelas ilustrações e pela arte gráfica. O seu autor, o professor Hermann Goergen, escreveu-o sob o título simples de "Brasilien", nome que já dera a um volume anterior, publicado há alguns anos. Mas aquele fora uma corografia do nosso país, com todos os dados da geografia, da história e de economia. Desta feita, o sub-título diz do conteúdo: "Impressões e vivências". São crônicas de alguém que nos conhece bem, pois aqui esteve asilado quando o nazismo tomou conta da Alemanha e aqui passou os cinco anos terríveis do conflito, incorporando-se ao alto círculo da cultura brasileira.

Terminada a guerra, regressou à Alemanha, onde cooperou com o chanceler Conrad Adenauer, na obra de reconstrução do país, chegando a deputado do Bundestag e professor de várias universidades. Não perdeu, porém, o contato com o Brasil, passando a promover o intercâmbio entre a Alemanha e o nosso país.

Fundou, em Bonn, a "Deutsche Brasilianische Gesellschaft" bem como o mensário bilingüe "Deutsche Brasilianische Hefte" (Cadernos Teuto-Brasileiros) que divulga e comenta, para assinantes escolhidos, os fatos de maior interesse cultural e político de um e do outro lado.

Depois de quarenta anos de atividade jornalística, acaba de publicar um volume, de grande formato, com as suas "impressões e vivências". Saiu-lhe da pena um poema que somente pode ser comparado a "O País do Futuro", de Stephan Zweig. E escolheu para lançá-lo uma editora e impressora da Innsbruck, na Áustria, que soube honrar o texto com um primor de arte gráfica.

Abre a obra um capítulo delicioso sobre o "jeito brasileiro", que é das coisas que impressionam a qualquer estrangeiro que haja penetrado nos segredos da nossa psicologia. "Jeito, diz ele, é a palavra ma-

ravilhosa, do dia-a-dia dos brasileiros, com muitos significados." "Mostra, acrescenta, a profunda capacidade do brasileiro de fugir, espontaneamente, por motivos humanos, à coerção dos regulamentos e das leis." E termina por citar a Bruno Moser que chama o "jeito" "de a mais genial criação da cultura humana no mundo".

Não fica somente aqui a capacidade de interpretação do brasileiro, neste livro do professor Hermann Goergen. São páginas de observação profunda as que escreveu sobre o carioca, o mineiro, o gaúcho e o baiano. No perfil do carioca, entra a paisagem única do Rio de Janeiro, a doçura dos praias quentes, a música do samba e a tonteira coletiva do carnaval. No retrato do mineiro vem a história das Minas Gerais, com a descoberta e exploração do ouro, nos séculos XVII e XVIII, o seu estilo familiar, a sua desconfiança, a sua matreirice, e, *pari passu*, sua honradez e a sua honestidade. Sobre o gaúcho, rememora a formação lenta do Estado conquistado, palmo a palmo, nas terras situadas além da linha de Tordesilhas, e a vida do criador de gado e campeiro, que faz uma unidade com o seu cavalo, e traz na alma a tristeza das terras dobradas e dos horizontes sem fim. Sobre o baiano, derrama-se em páginas de poesia, discorrendo sobre a influência do negro na cultura e na religião, com os seus terreiros e os seus "pais-de-santo", os seus batuques e o compasso lento das capoeiras, tornados, de desordeiros de outras épocas, em dançarinos típicos de hoje.

A semelhança dos grandes viajantes e escritores alemães do passado — que recorda um a um — deixou-se fascinar também pelos grandes espetáculos da natureza, compreendidos nos limites continentais do Brasil: a cachoeira do Iguaçu e o "inferno verde" da Amazônia, com a sua jungle e a massa de água infinita dos 1.100 tributários do "Rio Mar", com uma flora e uma fauna sem iguais no mundo inteiro.

Capítulo especial merecem os nossos índios, de que apresenta duas fotografias fabulosas, uma de uma índia com a ilha, e outra de índios em dança ritual. O professor não se deixou impressionar pela demagogia de alguns fazedores de escândalos, pois analisa a obra de proteção aos índios, desde os tempos heróicos dos jesuítas e dos tempos modernos do marechal Cândido Rondon, até ao trabalho de aculturação dos irmãos Vilas-Boas ou do sertanista Francisco Meireles.

O professor não poderia fugir, por outro lado, ao encanto de Brasília, a grande metrópole erigida na selva, pelo entusiasmo de Juscelino Kubitschek, e que, graças a Lúcio Costa, é um paradigma para todas as novas cidades construídas no mundo, sob risco preestabelecido.

Por fim, para quem viveu muito tempo no Brasil e lhe aprendeu a magia, põe Hermann Goergen em destaque a democracia racial brasileira, em que todas as raças vivem na mais completa harmonia. Decreve ele, mostraram os portugueses, na maior medida, tolerância racial, mostraram os portugueses, na maior medida, tolerância racial, ao contrário do puritanismo racista dos holandeses."

É este um dos elementos de grandeza, se não o mais importante,

pois a democracia racial foi adotada pelos imigrantes que vieram depois e que muito têm contribuído — especialmente alemães e italianos no Sul do Brasil — para o tesouro cultural da Nação brasileira.

O livro "Brasilien", disse no início, é um poema de texto e de cores. Para confirmá-lo termina com um poema de Cassiano Ricardo, traduzido para o alemão, dirigido ao imigrante louro, em que interpreta a cordialidade e a fraternidade dos brasileiros de todas as raças.

CÂMARA CASCUDO

Mons. Primo Vieira
(Colaborador)

Foi em companhia de Enélio Petrovich, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que, nos inícios de março do presente ano, visitei Câmara Cascudo, em Natal à rua Junqueira Ayres. Ir a Natal e não ver Câmara Cascudo é qualquer coisa parecida como ir a Roma e não ver o Papa. Depois do rio Potengi e do Forte dos Reis Magos é a maior atração de Natal. Apanhei-o, como observou Enélio, num dia bem favorável, muito humorado, com vontade de conversar e disposição para receber visitas.

A sensação que tive ao palestrar com ele foi a mesma que experimentei, anos atrás, em Lisboa, ao visitar Almada Negreiros, o Da Vinci português, no seu desarrumado atelier de pintura, recolhido totalmente na clausura de sua arte.

Lendo, agora, os seus dois livros que me vieram às mãos — “Velhas Figuras”, e “Religião no Povo”, não sei porque, o seu estilo levou-me naturalmente a Alvaro Moreyra de “As Amargas, Não”, pois em ambos a linguagem é de um saudável humorismo, de graça poética, em fina observação da vida e dos homens. Com Alvaro Moreyra partilha ele do espírito franciscano, que sabe enternecer-se com os mais humildes seres da Criação. Como Álvaro Moreyra adora os burrinhos (burrinhos substantivos, não adjetivos, entenda-se), e sobre um jegue atropelado em frente à sua casa, possui uma página de admirável beleza, que se inclui em “Velhas Figuras”.

Colocando esse capítulo no seu caderno de evocações, povoado de grandes vultos do passado, parece elevar o anônimo animal à condição de criatura humana. Eis as suas palavras: “O automóvel que o substituiu, mas não o superou, empurrando-o para a morte, num ciúme de concorrente, libertou-o da carroça, do caçuré, da carga, da vara no focinho e do chicote no lombo. Pela manhã não mais o vi. Voltara no seu passo demorado e manso para um grande presépio que os Anjos certamente armaram acima das estrelas”.

O seu livro “Religião no Povo” merece leitura atenta pela sua atualidade, especialmente agora, depois de Puebla, que a religiosidade

popular é objeto de altos ensaios pelos teólogos da Igreja. Antes mesmo do Encontro do México, os nossos Bispos, em Susídios oportunos para a Conferência de Puebla, pronunciavam-se sobre o espírito religioso de nossa gente como ponto de partida para a evangelização: "O sentimento religioso do povo é pouco esclarecido e envolvido em formas de sincretismo. Não discerne bem entre Providência e Fatalismo, entre culto autêntico e cultos sincretistas. As devoções têm caráter sentimentalista. Deus é apresentado como Deus providente, o solucionador de casos, o último recurso do pobre".

É certo que há em tudo isto errôneas deficiências e limitações, mas não há dúvida de que grandes verdades da Fé são conservadas na alma popular por graça e obra do Espírito Santo.

É com essa convicção que Câmara Cascudo desce à análise de certos hábitos e crenças religiosas, de certas rezas ingênuas, tocadas de um halo supersticioso, indo às fontes orais, com perguntas sábias que não condicionam jamais as respostas. Estas vêm na sua pureza original, espontâneas e fidedignas. Tem ele a preocupação de salientar, na sua pesquisa, que essa fé simples "exprime a convicção de uma ortodoxia hereditária. E acrescenta: "Em verdade vos digo que a imaginação não participa da minha narrativa".

O Câmara Cascudo lido é tão saboroso como o Câmara Cascudo ouvido.

Falou-me, naquela tarde, com grande simpatia, de Dom Marcolino Dantas, primeiro Arcebispo de Natal que considerava um verdadeiro santo e um amigo sempre presente. E para confirmar o que dizia apelava para aquela passagem do Evangelho em que Jesus fala do Deus de Jacob, de Isaac e de Abraão. "Se é também o Deus de Dom Marcolino e Deus é sempre o Deus dos vivos, Dom Marcolino continua vivo e bem vivo... Os mortos são aqueles que não são lembrados".

Sorrindo, confessava-se, ao contrário de um Marcolino, como um pecador profissional. Os outros são amadores. Lembrava-se que nunca saiu de Natal. Muitos de seus alunos de ontem já foram presidentes do Estado, ou são ainda senadores, deputados, generais ou almirantes.

"Já levei ao altar, como padrinho, mais de uma centena de vítimas... Tenho um voto na minha vida: o de nunca levar aos outros as más notícias. Bastam os meios de comunicação social para levar a tristeza aos outros.

Jamais andei à procura da glória. E no entanto, estão aqui ao meu lado as condecorações, os títulos, as homenagens públicas do meu povo e até de nações estrangeiras. Sou comendador pontifício da Ordem de S. Gregório e Sócio Correspondente da Academia de Ciências de Lisboa. Afinal, que valem tantas honrarias?"

A certa altura pondera, com o espírito desanuviado e fala tranquila: "Sou um homem feliz, porque rodeado de muitos amigos, sinceros e leais. O Enélio Petrovich, por exemplo, que apelido de "ga-

linho" pela sua agilidade física e intelectual, é quem cuida dos meus interesses no plano temporal. Costumo dizer que é o "Câmara Cascudo para o Exterior".

Naquele dia, a conversa de Câmara Cascudo, à Rua Junqueira Ayres, semelhava um filme curioso desdobrado ante o nosso pensamento, rico de lances e situações de "suspense", dando-nos a impressão de alguns minutos a longa hora que passamos em sua companhia. Câmara Cascudo é desses privilegiados comunicadores que conseguem transmitir em curtos momentos o que lhe custou anos e anos de pesquisa, como já se disse. Lá está ele em Natal, tranquilo e feliz no seu reino encantado, como num mosteiro medieval, rodeado de livros e de objetos de arte, que o tempo lhe permitiu ajuntar, sem ambição e avareza. E desse reino que preparou para si, só pretende sair, como afirma brincando, para o reino do céu. . .

Registro, aqui, para os meus amigos e conhecidos, a alegria que tive de conhecê-lo de perto, para agora admirá-lo à distância. Criaturas como Câmara Cascudo nos levam naturalmente a bendizer a Vida e agradecer a Deus, porque na terra ingrata dos homens nem tudo está perdido! (Transcrito de O Popular, de Goiânia, publicado no dia 13 de abril de 1980).

NILO PEREIRA — CARTAS DE EMOÇÃO E DE HUMOR

Veríssimo de Melo
(Sócio Efetivo)

No decurso destes trinta anos de correspondência com o escritor Nilo Pereira (1949—1979), — frise-se desde logo, — algumas constatações podem ser agora formuladas com absoluta segurança: Consolidou-se uma grande amizade, sem uma só rusga nos nossos corações. Há alguma coisa maior do que isso?

Recebi e dei, nestas três décadas, prova provada de lealdade. Lealdade, por exemplo, nos embates acadêmicos, que às vezes separaram os amigos temporariamente. Mas não se diga que não houve discordâncias. Houve. Em certas questões doutrinárias. Alguns pontos-de-vista. Nunca, porém, nos desentendemos sobre qualquer motivo.

Nessa troca de correspondência, a balança pesou mais para o meu lado num aspecto: Tenho certeza de que aprendi muito mais com ele do que ele comigo. Barganhei minha amizade e sinceridade para obter maiores conhecimentos literários e culturais. Ele sabe disso e aceitou gostosamente o jogo fraternal.

Nilo Pereira é uma das minhas raras admirações como homem de caráter e escritor modelo. Sem preocupações estilísticas, escrevendo quase como quem bebe água, — mesmo na sua correspondência, — ele possui um dos mais belos e plásticos estilos literários que conheço. Sua prosa, muitas vezes, é poesia pura. Porisso, na minha rude franqueza, eu lhe disse, certo dia, que ele não precisava escrever versos. Perdia a espontaneidade. E' como se estivesse falando através das grades de uma prisão. Ele aceitou a sugestão com humildade. Teimoso, contudo, tem cometido outros versos...

* * *

Das centenas de cartas de Nilo Pereira que possuo em arquivo — embora algumas tenham se extraviado, — fui respigando apenas certos trechos que me parecem mais típicos, mais característicos do querido missivista. Alguns sobre a sua febril atividade como jornalista

e professor no Recife, nestes últimos trinta anos. Seu amor telurico e transbordante pelo Ceará-Mirim, sua terra natal. Sua admiração, — às vezes quase veneração, — por certas figuras literárias contemporâneas, tanto do Recife quanto de Natal. Seu sentimento profundo de saudade por alguns escritores desaparecidos.

O interesse desinteressado — se, se pode dizer isso — pelo Rio G. do Norte, no plano cultural, é outra constante de suas cartas. Opina sobre muita coisa, levantando problemas e propondo sábias soluções. Creio que se contam nos dedos os conterrâneos ilustres, na sua categoria intelectual, que não esquecem a nossa terra e se esforçam por servi-la, com ou sem oportunidade. Lembraria, entre outros raros, Peregrino Júnior, Umberto Peregrino, Sayme Santa Rosa, Oswaldo Lamartine de Faria, Fagundes de Meneses, Homero Homem, Walter Wanderley, Raimundo Nonato, Aluísio Furtado de Mendonça, Guarino Alves, Raimundo Nunes. Quem mais?

Fico pensando: Se a mim, um dos seus amigos mais modestos, Nilo escreveu centenas de cartas, nestes trinta anos, o que não terá escrito, por exemplo, para Cascudo, Edgar Barbosa, Onofre Lopes e tantos outros velhos amigos? Deve ser uma mina, essa correspondência, de inteligência e bom humor. Que anda por aí, se já não se perdeu no todo ou em parte. Pois em nossa terra, infelizmente, não é dos bons hábitos a guarda de correspondência por muito tempo.

* * *

Silvio Rabelo, na introdução ao livro de Gilberto Freyre, "CARTAS DO PRÓPRIO PUNHO SOBRE PESSOAS E COISAS DO BRASIL E DO ESTRANGEIRO", nos fala de escritores que escreveram cartas "posando para a posteridade." Era assim Nabuco. Também o velho Machado de Assis. Este não é ou nunca foi o caso de Nilo Pereira. Tenho sempre a impressão de que, antes de sentar-se para escrever uma carta, Nilo veste o pijama. Pela descontração, o à-vontade, a fleuma que revela em toda correspondência. Pelo menos a que me tem dirigido. E é possível que jamais tenha imaginado a revelação tão cedo do conteúdo de alguma dessas cartas. Mas o faço porque entendo que será útil essa divulgação. Útil aos escritores mais jovens. Aos amigos do escritor, que são inumeráveis. Ao homem comum, em geral, que tem muito aí a aprender. E não há pose. Nem formalismo. Não há nada estudado nessas cartas de Nilo. Tudo é espontâneo, desinibido, fraternal. E é porisso que elas são boas!

Para entender-se melhor o espírito dessa correspondência com Nilo Pereira é necessário certos esclarecimentos sobre episódios ou pessoas a que ele faz referência. As vezes até com nomes trocados, que só ele usa, como é o caso de chamar Cascudo de Berbelho, personagem camoniano. Dois outros conterrâneos citados por Nilo, os professores Otto Guerra e Ulysses de Góes, são líderes católicos em Natal, pessoas boníssimas e velhos amigos do missivista. Sempre que se refere a eles,

coloca-os num contexto católico ultra-radical. Tudo por pihéria inofensiva.

Quanto à nossa Academia Norte-Rio-Grandense de Letras, deixei de lado muita coisa relativa às eleições. Essas guerrilhas subterrâneas, com o passar do tempo, perdem muito o seu sentido real.

Há um episódio a respeito do qual faz algumas referências: O vôo que fiz, numa manhã de sol, sobre o vale do Ceará-Mirim, com o grande piloto Roberto Varela. Foi uma loucura, mas deliciosa. Era o dia de minha posse na Academia Norte-Rio-Grandense. Nilo viera do Recife, especialmente, para proferir a saudação acadêmica de praxe, ao me receber. Depois de uns uisques brabos, na casa-grande da Usina "São Francisco", Roberto nos convidou para um vôo num teco-teco do Aero Clube do Ceará-Mirim. Nilo, em agradecimento, benzeu-se... Eu fui tranquilo, como se fosse convidado para um passeio num cabriolé. E fomos nós pelos chamados espaços siderais. Roberto fez evoluções e vôos razantes. Nilo, lá em baixo, rezava... Finalmente, descemos são e salvos. Que foi uma temeridade, não há dúvida. Bastaria uma aterrissagem precária para estragar toda a festa da Academia... Escrevi uma crônica, depois, exagerando passagens do vôo e Nilo não esqueceu mais nunca o episódio.

São coisas assim, que precisavam de uma explicação. O resto fica por conta do chamado leitor inteligente.

* * *

A vida, para Nilo Pereira, deve ser um espetáculo apaixonante. As coisas mais insignificantes, às vezes, assumem em sua visão, dimensões e conotações inéditas, incomparáveis. É que ele, apesar de ter sido operado de catarata, ainda vê melhor do que qualquer um de nós. Vê perscrutando. Mais por dentro do que por fora. A cultura humanística invulgar que adquiriu através dos anos, favorece essa visão interior das coisas e dos homens. E, como um mágico, ele penetra e retira de tudo que observa aquilo que lhe parece mais caro à sua sensibilidade de artista e de poeta.

Daí o encantamento de suas palavras. De sua verve. Da "santa ironia", como costuma lembrar, que é a lúdica de sua arte de conversar observando.

Nestas cartas de Nilo não há ressentimentos, queixas ou ódio. Para quem sabe ver, entretanto, o sentimento do mundo, que é a poesia, poreja por todos os lados. No seu humanismo cristão. Até no seu bom humor literário e ingênuo, que é a tônica mais forte de muitas páginas.

Achei que estas cartas de Nilo não deveriam ser totalmente consumidas pelas traças, antes que outros amigos a conhecessem. Serviriam também como possível contribuição a futuros ensaios e análises interpretativos do fulgurante escritor e humanista norte-rio-grandense. Esta a minha intenção ao divulgá-las. O que faço com autorização

do seu autor. Do mui leal e querido Mestre Nilo Pereira, Barão do Guaporé, — segundo Cascudo, — a quem Deus guarde e conserve para glória do Ceará-Mirim e do Brasil.

6.11.1950

*** “Estive numa luta insana, — a luta eleitoral, — candidato que fui a deputado estadual, hoje eleito, e pelo que se mostra a que ponto chegou o Estado de Pernambuco. Depois de uma série inumerável de trabalhos exigindo assiduidade, tenacidade, bons nervos e resignação cristã. Por último, as festas do Gabinete Português de Leitura, inacabáveis como uma sinfonia, com a presença inefável do nosso Berbelho (Cascudo), dinâmica, irresistível, arrasadora. Tudo tem sido uma sucessão interminável de festas, discursos, banquetes, noitadas alegres e sadias, sarapatéis estrondosos em casa do Jordão, paneladas e feijoadas com os portugueses, brindes, danças, cateretês, salamaleques, saracoteis, divagações. Você pode imaginar. Berbelho centro da cidade, estufante de humor e verve, anedotas, ditos, gritos de guerra, grande vinhaça, charutos e modas nordestinas. Não se dorme; mas, em compensação, come-se a valer, discute-se, fazem-se planos, o folclore no auge. Quase todas as noites, em casa do Jordão, imposição da Ordem do Chocalho aos catecúmenos, cerimônias litúrgicas, com o velho Silvino Lopes ajoelhado debaixo do pátio e os meninos de Jordão perguntando se aquilo é uma procissão. Em meio a tudo isso os meus trabalhos infundáveis, diurnos e noturnos. E tem você um retrato da minha vida, debaixo deste paralelo da euforia e do cansaço. Inhém!”

* * *

Anunciando a saudação com que me receberia na Academia, escreveu-me:

*** “Está pronto o sermão de encontro que devo proferir, à guisa de homília, na catedral acadêmica, no dia 13 de julho, à véspera da tomada da Bastilha, motivo pelo qual não comparecerá o comendador Otto Guerra. Pelas minhas contas, dito sermão, chamado da Purificação, durará 34 minutos, salvo erro ou omissão (Muita rima em ão). O discurso, a ser passado a limpo com vinhetas e capitulares, nem sempre tem um comportamento acadêmico. Resvala, às vezes, na irreverência, aí de mim! Mas, quem poderia, meu caro Veríssimo, escapar à “santa ironia”? Espero que me perdoem os bem-pensantes, se é que daqui para lá não remodelo tudo, dando gravidade às palavras, para evitar o “populismo” da cena.”

* * *

25.3.1951

*** “Já não sei o que pensar das coisas, meu bom Veríssimo, depois da morte do nosso querido, do nosso inesquecível Silvino Lopes. Foi um dos maiores amigos que tive na vida. Quero às vezes acre-

ditar que tudo não passou de um pesadelo; mas, não, Silvino se foi. Imagine você: falei à beira do túmulo, em nome da FOLHA. Tudo aquilo tinha para mim um sentimento de esmagamento; e o chão faltava debaixo dos pés. Tudo fizemos, tudo, para que Silvino vencesse a crise. Não faltaram médicos: Dr. Edgar Altino, dr. Pacífico Pereira, dr. Cardoso . . . e numa noite lá nos fomos com o grande amigo para o isolamento do hospital. Vi-o sair de casa e perguntei a mim mesmo: voltará? Ele não voltou. O que mais espanta, Veríssimo, é que ele, depois da operação que fez e da qual se saiu muito bem, convalesceu em Garanhuns, de onde voltou rejuvenecido e restaurado. Trazia nos olhos um brilho de mocidade; e o espírito ainda mais renovado e mais claro. Nunca vi a morte disfarçar-se tão bem; e, todavia, estava tão próxima. Depois da volta de Garanhuns, Silvino viveu apenas uma semana.

Tudo fulminante, arrasador, como vê . . . o grupo está se dissolvendo. Já não nos podemos reunir: falta alegria, falta "élan", falta tudo. A morte de Silvino deixou em mim um traço profundo. Pronunciei um discurso sobre ele, na Assembléia. E aqui fico, meu caro Veríssimo, neste domingo da Ressureição, que decorreu entre saudades cruciais de Silvino, o grande morto".

23.3.1951

A propósito da notícia de que a onça de um circo estava solta, no Ceará-Mirim para onde seguiria Nilo e outros intelectuais de Pernambuco, recebi esta deliciosa carta:

*** — "O caso da onça e seu artigo me levaram a escrever a nota que aí vai, truncada e pífia. Fiquei imaginando no animal de proporções gigantescas — uma cachorra bíblica ou besta apocalíptica, — sobre o vale, uivando de cólera. Os olhos chispam de rancor, as patas sussurram iras sobre os canaviais, a cauda espadana horror como um látego dantesco. Depois desse delírio machadiano, o felino volta ao natural. E é neste momento que chegamos nós, os caravaneiros, para liquidar o monstro. A hora é crucial. Não pode haver um instante de indecisão. A onça olha-nos de sua toca, sinistra e hedionda. Alçamos a mira. E, ou fazemos fogo, rápidos e firmes, ou o animal, como um demônio alado, se precipita sobre os homens bons, que defendem o vale. Os tiros atingem o alvo. Um uivo de dor atrôa os ares. E o vale todo se enche de um bafo morno de ira e vingança. A onça estende sobre o canavial o seu negrume derrotado. O heroísmo açuca-reiro escreve uma página carlyleana. E a civilização rural está salva pelos Jacintos e Zés Fernandes da gleba sagrada. Depois vem em couro estirado à entrada da Usina São Francisco — como um troféu herático em que se perpetuam gestos ancestrais de cavaleirismo quixotesco. Assim como há a constelação do grande Cão, criaremos a constelação da Grande Onça. E então nos transportaremos aos espaços infinitos convertidos em poeira de estrelas. A onça será enor-

mê e nos levará sem rumó, comô um mônstro misterioso, de fauçês hiantes como o cérbero de Dante, mas de cujos olhos profundos desce um verde mais doce, haurido no vale. E nas noites escuras será o **boitatá** do açúcar — o mito que faltava no ciclo da cana. Virá então o folclore — e aí você entrará em cena com Mestre Cascudo, — e porá na testa da onça um brilhante, como o do carneiro encantado.

Basta de tanta imaginação, caro Veríssimo. Essa onça já arrancou muita literatura. Mas, também onde ela foi se meter!... Cair nas suas mãos, evadida de um circo, é espatifar-se em joias literárias. Depois, veio a caçada, abalando fidalgos, fazendo tinir espadas de prata e relinchos fogosos de corcéis. E, por fim, a imortalidade do couro, impondo respeito e superstição. Iniciou-se o ciclo da onça e ninguém o detém mais. O animal começa pelo terror e termina no museu. E como falei em terminar, aqui pingo o ponto final, com um felino abraço do velho amigo da onça, Nilo."

13.6.1960

*** "Quanto é difícil dirigir neste país, — e dirigir colegas e alunos, estes últimos, como você sabe, todos poderosos, verdadeiro Estado dentro do Estado. **"Seja tudo pelo bem do Brasil"**, como disse Otávio Tarquino de Souza, gaguejando, a Gilberto Freyre, quando soube, no curso de violenta telefonada contra o Estado Novo, que a censura telefônica havia sido implantada desde a madrugada. Deliciosa estória!

24.11.1960

*** "Vi ontem uma legenda de caminhão (F.N.M.) que mando para a sua lista; **Artigo nacional só mesmo mulher. Esplêndido! Verdadeiro encantamento dos espíritos**".

27.2.1961.

*** "Grande carta satírica — parecendo uma página das FARPAS — essa que você me escreve, numa hora de desafio sobre a situação. Estou a imaginar tudo, como se tocasse fisicamente o espetáculo da multidão: os relinchos, o foguetório, os urros, os esgares, os ditos, as maldições, a cenografia tumultuária e confusa da praça — e sobre isso tudo, uma apoteose, o Carisma cheio de responsabilidade e de ira! Então, lembrei-me de que, nessas horas de calor cívico, o melhor é nos recolhermos em nós mesmos, no refúgio interior, na ilha que trazemos conosco. Sua carta é essa expansão, porque escrever a um amigo é voltar-se para dentro. Estou mais distante do que nunca dessas exaltações, dessas demagogias esguedelhadas, das "salvações", dos comícios, do alarido, do messianismo. A vida acaba num doce ceticismo mais perto de Montaigne do que de Jânio

Quadros. Estou um tanto habituado a ver começarem as coisas, num impulso de redenção e terminarem numa ópera-bufa, com expectadores cansados, esperando que a nova peça surja com os novos comediantes, outro palco, outro cenário, outra regra, outra carpintaria, como diria o nosso Meira Pires. Ninguém endireita mais isso. Os expurgos têm o seu tom dramático, porque, no final das contas, sofrem os pequenos, os humildes. E quando volta a rotina, vem o cansaço, a náusea, o vômito.

Devemo rir, caro Veríssimo. Para isso não há do's turnos apenas; há a vida toda, numa dimensão infinita. O mais é o espetáculo de sempre — a praça agitada, o povo aos pulos e aos berros, o cio da multidão, as girândolas, o vozeirão, para mais tarde ser o silêncio generoso das memórias esgotadas. É pior cair das nuvens do que do quarto andar, dizia o velho Machado, na época em que um arranha-céu não passava disso. Quando eles caírem em si, isto é, das nuvens, verão que tudo passa, desde a Defesa Passiva do nosso Cascudo até o resto. E que o mais sábio é aguardar que a vida siga o seu rumo, que os homens se entendam um dia e que "a santa ironia", como dizia Eça, continui a ser uma evasão. O mais a Sociedade de Astronomia resolverá, com a sua esplêndida visibilidade noturna... Larim, toré, babá"!

24.7.1962

*** "Hoje, deu-me saudades de você. É confessá-lo liricamente, pois isso não faz mal a ninguém. Há quanto tempo sem notícias suas! Passei quase dois meses na Europa. Fui primeiro à França, a convite do governo francês, estada paga em francos novos, como todos havemos mister. Paris é um sonho, mais importante do que o sonho de Descartes, que sonhou complicações, enquanto nós outros, sem essa responsabilidade, sonhamos maravilhas. O convite era para passar dois meses. Mas veio a saudade dos filhos (minha senhora foi comigo) e da Pátria, — existe, meu caro Veríssimo, a saudade da Pátria — e eu voltei antes. Estive quinze dias em Portugal, que é uma beleza. De tudo dei conta aos meus leitores, escassos e prevenidos, em notas avulsas, que se transformaram, algumas vezes, em crônicas de viagem, gênero difícil e anacrônico, que ou se pratica como em "AVENTURA E ROTINA", de mestre Gilberto Freyre, e está tudo salvo, ou se pratica como em "ITÁLIA COROADA DE ROSAS", de Justino de Montalvão, e temos tudo afundado. Não sei se alguma vez tão desataviadas notas chegaram às suas níveas mãos. A verdade é que descrevo nelas o peregrino audaz, deslumbrado com as coisas, num mundo católico e "raisonable".

Cá fico a esperar por uma palavra sua, já distante no tempo e perdida no espaço que nos separa. Imagine você, por falar em espaço, o que foi para mim, bicho da terra tão pequeno, como quer Camões, andar tudo isso de avião a jato. Para mim tal proeza equivale

a ir ao Cosmòs. Para você, que sobrevôou o vale do Ceará-Mirim, issò não era nada. Você irá a Venus, o planeta que mais interessa à sua pesquisa. Eu acho que voar não é para nós, bichos sem asas e sem bico”.

14.9.1964

***“O que você, generoso, acrescentou à saudação, no referente ao epistológrafo, é a bondade do seu julgamento fraterno. Tenho escrito algumas epístolas aos Coríntios, em estilo pauliano. Mas, que valem elas? Nada. Só mesmo muita ternura humana — o leite shakspereano que corre nos bons corações, — é capaz de ver em mim um escritor de cartas, quando sou apenas um escrevinhador de coisas de esquecer... Coisas de esquecer e não de não esquecer, como saiu errado no livrinho”.

3.1.1965

***“Voltei saudoso de Natal, como sempre. No Ceará-Mirim andei pelos velhos engenhos, cujos nomes fazem sonhar, como no poema de Ascenço. Aquilo é um encanto para mim. Sou ali menino, correndo em cavalo de catembo, empinando coruja ou papagaio, conforme o estilo. O Guaporé está degradado, aviltado. Uma velha, que lá reside, e que viu a casa em outros tempos, disse essa coisa definitiva:

— Esta casa, moço, está entregue a uma canaia.

Isso podia figurar num romance de José Lins do Rego. Ela faz parte da canaia, mas reconhece o achincalhe. Já viu coisa melhor?

26.4.1965

*** “Estou enviando também uma nota minha sobre o velho Ascenço, que, no Hospital, espera que o grande coração ainda possa bater por mais tempo. O médico não quer que a gente visite o bom Ascenço. Ele se emociona. Chora. Urra. Diz versos. Não sei se chegam às suas mãos essas coisas que, cá fora, escrevemos sobre ele, o gigante”.

25.6.1965

Sobre a “MANHÃ DA CRIAÇÃO”, — o mais belo poema em prosa de Nilo Pereira, — que tenho apregoadado aos quatro ventos, dele recebi uma das primeiras manifestações a respeito:

*** “Será que a “Manhã da Criação” tem um conteúdo poético? Você sempre me animou muito a reconhecer isso naquela mensagem idílica. A verdade é que o Rômulo podia ter-se libertado do “complexo” de só enxergar poesia no verso metrificado e rimado. Lambrei numa das minhas notas que ele bem podia ter incluído o nosso Edgar Barbosa no PANORAMA. Quem, mais do que Edgar, fez poesia em prosa, escrevendo páginas imortais sobre o Ceará-Mirim, Extremoz,

Mossoró? O critério poético extrapola de certas limitações. A poesia, que é o sentimento do mundo, não pode ficar restrita a moldes e fórmulas convencionais. Você descobriu Cascudo poeta e veja que lacuna (imperdoável) a Rômulo: não incluir o prefaciador como poeta bissexto”.

Quando foi proposta a ampliação do quadro de trinta cadeiras da nossa Academia para quarenta, ouvimos vários confrades e pedimos sugestões. Nilo mandou o que chamou “o listão”, numa carta deliciosa de verve. Vejam este trecho:

15.03.1967

*** “Os nomes que eu indiquei, em face das rubricas, foram os seguintes; 1 — Edinor Avelino; 2 — Newton Navarro; 3 — Zila Mamede; 4 — Oswaldo Lamartine; 5 — João Medeiros Filho; 6 — José Tavares da Silva; 7 — Sanderson Negreiros; (Do Ceará-Mirim); 8 — Raimundo Nonato Fernandes.

Justificação (só para você): 1 — Um velho poeta, que embaiei na minha mocidade; 2 — Grande poeta, grande pintor, grande tudo; 3 — Poetisa por quem Mauro Mota me pediria; 4 — Grande pesquisador; 5 — Jurista para as questões não acadêmicas; 6 — Cirurgia para as dores da Academia; 7 — Homenagem à poesia e ao Ceará-Mirim; 8 — Jurista, parecido com Clóvis Beviláqua.”

Dos nomes indicados por Nilo, apenas Zila Mamede e Oswaldo Lamartine não integram o quadro da Academia.

1970

*** “Aí mesmo tive oportunidade de lhe dizer do quanto gostei de Jorge Fernandes, o grande. Eu o tenho lido e relido. Extraordinário poeta, cuja “mise-en-scène” devemos a você. Li o poeta em Natal, no dia em que você me deu o livro dele. Pode alguém resistir àquele feitiço?”

Quando soube que o jornal “A REPÚBLICA” foi fechado, por ordem do Governo, Nilo Pereira desabafou numa carta veemente de protesto:

*** “Cascudo já me havia informado sobre a suspensão da República”. Tudo isso, meu caro Veríssimo, é do domínio das coisas inconcebíveis e fantásticas... não podemos ficar calados diante de semelhante atentado. Então, põe-se fim a um jornal para agradar a um poderoso do dia? E onde está a cultura do Estado? Onde está a nossa tradição? Onde está a nossa vida pública? Aqui, a repercussão do ato foi a mais penosa; e eu muito lamento, pois a caravana de intelectuais trouxe a melhor impressão. Andrade Lima Filho me disse que ia escre-

ver uma nota a respeito. Também eu, que apenas aguardo melhores esclarecimentos já solicitados, vou escrever a respeito, pedindo ao Governador que reconsidere o ato, injusto e precipitado. Queria que você me enviasse a tal coisa que deu motivo ao trucidamento do jornal. Seja como for, a medida não se justifica. Houvesse punição, demissão, advertência, nota explicativa no dia seguinte; nunca a decretação oficial da morte de um órgão da imprensa da categoria d'A República". E isso por que? Para fazer uma zumbaia do poderoso ocasional? Mas, quem pode mais do que a cultura, do que a inteligência, do que o espírito? Receba esse desabafo, meu caro Veríssimo, de quem ama verdadeiramente sua terra e deseja vê-la engrandecida e dignificada."

Sobre a doença que o forçou a paralizar suas atividades por algum tempo, dizia Nilo Pereira:

31.5.1968

*** "Coisa boa a carta dum amigo nesta meia solidão em que estou, construindo — como manda Thomas Merton — o meu "deserto". O que eu tive foi um grande esgotamento, por excesso de trabalho; e numa noite o coração estremeceu. Hoje está manso que nem o ouço. Grande homem e grande médico, meu caro Veríssimo, o Ovídio Montenegro. Não há palavras que digam de sua dedicação e da sua ciência. Deu-me uma assistência incomparável e mais remédios e discos, pois, no repouso, ouvia música, que é outra medicina."

18.3.1971

*** "Grande pena da morte do nosso Prof. Severino Bezerra de Melo, sobre quem escrevi uma Nota, que sai esta semana. Alma de eleito. Está no céu, com o livro dele, — "Para Errar Menos", — dando aulas de português aos anjos."

12.12.1971

*** "Recebi uma carta de Geraldo Batista de Araújo, dizendo que, quando aqui veio com os originais do meu livro "IMAGENS DO CEARÁ-MIRIM", uma empregada, ao portão, — onde elas sempre estão mais do que na cozinha, — lhe havia dito que eu estava "ocupado e cansado". Assim, ele regressou da porta, enquanto o motorista exclamava: "Mas, professor, nem deixaram o senhor entrar"! Ora, meu caro Veríssimo, eu não posso ser julgado por uma empregada ao portão. Ela não reflete os estilos da casa, do "Baronato", como diz o velho Berbelho. Escrevi de novo ao Geraldo dizendo isso e pedindo que ele venha aqui em casa, pois eu o receberei de braços abertos e não como essa triste fâmula, ignorante das regras (as de receber) e do temperamento do patrão (palavra antipática). Também o nosso Geraldo não teve bom humor. Contei a ele, na carta, a segunda, que duma feita, um

amigo foi visitar o dr. Henrique Castriciano. Um menino veio à porta e disse:

— O dr. mandou dizer que não estava em casa...

Essa não foi pior? Que fez o amigo? Disse ao empregadozinho ingênuo —

— Olhe, diga a Henrique que é Fulano...

O poeta veio, abraçaram-se e riram gostosamente da cena.

Se Geraldo Batista, — nessa ocasião mais Batista do que Geraldo, — tivesse dito: “Diga ao Nilo que aqui estou com o livro dele, a pedido de Edgar Barbosa, para algumas combinações sobre a confecção do volume”, que teria acontecido? Eu mesmo. “ocupado e cansado”, teria descido às carreiras para o receber e oferecer, pelos menos, uma xícara de café ou um cálice do velho Porto.

23 5. 1971

*** “Não imagina você como gostei da gravação que me levou a ouvir à mesa do jantar, como se revivesse, de repente, cenas e vozes dum outra temporada não menos grata ao espírito e ao coração. A gravação é de tal ordem que se torna melhor do que o original... E tudo porque você se põe lá dentro, no gravador, como outrora imaginávamos com o gramofone, a fazer das suas... Aquilo não é uma máquina; é gente falando melhor do que falou.

Já estava esperando pelas restrições ao livro “CONFLITOS ENTRE A IGREJA E O ESTADO NO BRASIL”. Creia, meu caro Veríssimo, que verdadeiramente estimo o que você diz, sem me convencer, como você não se convence por mim. Mas, uma coisa fica, ao que penso, patente: ninguém tratou da questão com maior imparcialidade do que este pobre e desvalido escrevinhador provinciano. Não fui ao ataque, nem à letra e ao espírito do tempo. Se o primeiro capítulo mereceu tanto carão, imagino o resto. (Carão vai aqui como sinônimo de palmatória, um símbolo nas suas mãos ágeis de escritor). Espero pela crítica toda, capítulo a capítulo, página a página, que isso nem nos separe nem nos une mais do que outras coisas nos uniram. Breve nos veremos. E tudo será à base do gravador mágico, onde você põe o seu espírito invisível e sonoro.”

22. 12. 1972

*** “Sobre seu livro “PATRONOS E ACADÊMICOS”, etc. A biografia dos patronos está traçada com tanta leveza e poder de comunicação que, em certos momentos, até parece que os temos diante dos olhos, vivos e lúcidos a falarem por si mesmos.

O nome de Antônio Glicério me trouxe evocações. Minha mãe falava muito nele. Era filho da escrava Sancha, mucama familiar, muito querida. Nasceu, como eu, no engenho Verde-Nasce, no vale do Cea-

rá-Mirim. Era um poeta, ao que penso, medíocre; mas se destacou entre os grandes das oficinas literárias do tempo. Minha mãe dizia que Sancha contava estórias fabulosas, que entretinham a imaginação dos meninos. Uma dessas estórias era a do rei que morava em Mira-Mirá, no reino de Mafadá. Onde ficava isso, meu Deus? Sancha é que sabia. "Era um reino muito longe. Depois da festa que o rei oferecia, vinha sempre alguém com uma enorme panela trazendo de tudo um pouco, dentre as iguarias maravilhosas do seu palácio. No caminho tropeçou e tudo se foi d'água abaixo. Ninguém podia possuir nada do reino de Mafadá; só mesmo o rei." Conhece isso no folclore? Pois a escrava, a doce Sancha, que tantas vezes contou essa estória à minha mãe, conhecia tudo, mas nunca revelou. E ficou, assim, a legenda dum principado fabuloso, encantado. Talvez Antônio Glicério tenha sabido de tudo, mas não me consta que haja revelado o segredo. Seu livro é admirável, etc."

28.8.1973

*** "Pronunciei, recentemente, na Academia Pernambucana de Letras, uma conferência sobre Nisia Floresta Brasileira Augusta, que alcançou, não por mim, mas por ela, certa repercussão. Hoje, na nossa sessão semanal do Conselho Estadual de Cultura, Waldemar de Oliveira levou ao plenário, sob a forma dum voto de aplausos, essa notícia, realçando a atenção que o assunto mereceu. E foi aí que Gilberto Freyre, presidente do Conselho, prestou uma informação que, por seu intermédio, venho trazer à consideração do Conselho Estadual de Cultura do nosso querido Estado, ao qual você pertence. Disse Gilberto Freyre — e eu lhe pedi autorização para fazer esta comunicação, — que, em Paris, na CASA AUGUSTO COMTE, mantida por positivistas brasileiros, há manuscritos de Nisia Floresta, cartas, documentos do maior valor para a biografia da nossa "amiga de Papary", como chamava Henrique Castriciano. Achei por bem transmitir essa informação ao Conselho daí, pois que, através do Governo ou de outros órgãos autorizados, se empenhe na cópia e publicação desses documentos, que tanto viriam acrescentar ao conhecimento de Nisia Floresta. Para tanto, seria necessário que o Conselho se dirigisse ao Embaixador Paulo Carneiro, presidente da CASA AUGUSTO COMTE, ou na ONU, Paris, onde ele trabalha."

7.1.1973

*** "Quinta-feira passada, em conversa antes de dar início à sessão do Conselho Estadual de Cultura, Gilberto Freyre fez as melhores referências ao seu livro "PATRONOS E ACADÊMICOS". Eu só faço, como diz o velho Berbelho, — a intriga do bem.

A nossa Academia daí deu um "furo" espetacular com "PATRONOS E ACADÊMICOS". Muita gente de água na boca, ó tão linda!

Tenho uma filha, Maria Tereza, recentemente formada em Psicologia, que é pianista. A meu pedido, abriu o seu livro na valsa de Tórnica, "Royal-Cinema", e tocou-a com grande emoção. Linda valsa, exclamou. Quando um livro chega à melodia, está consagrado. Inhém!"

5. 8. 1976

*** "Tenho vivido estes últimos dias da grande preocupação que me assalta o coração com o nosso Edgar, que se está findando. Uma carta do nosso Onofre Lopes me põe ao conhecimento da catástrofe. Telefonei quase todos os dias para os familiares de Edgar e as notícias são as mais tristes. O desfecho é esperado a qualquer momento.

Com ele se vai boa parte de minha infância no velho Ceará-Mirim, nos bancos da escola primária de Adele de Oliveira, um anjo. Ele, Olga, irmão dele, e eu éramos colegas inseparáveis. A vida nos separou, embora reconheça que Edgar é um homem difícil e tem razões para isso, pois sofreu muito... o estado em que se encontra o nosso querido Edgar me tira todo contentamento. Meu pensamento é todo nele, o companheiro, o escritor, o fino estilista, o humanista. Ainda ontem me dizia o Nelson Saldanha: — Edgar Barbosa é um dos últimos representantes desse tipo autêntico de humanistas que o Brasil produziu, nesses derradeiros quarenta anos. Para estar com ele, leio as cartas que me escreveu durante longos anos e revejo os velhos retratos, que me restituem a antiga imagem, que desejo preservar. Hoje, estou triste. Esta carta é um estado de espírito."

9. 8. 1976

*** "Estou inconsolável com a morte do nosso querido Edgar. Já não é preciso justificar-me dessa dor. Você sabe muito bem o que é uma longa amizade, vinda da escola primária de Adele de Oliveira, no Ceará-Mirim, quando essa doce poetisa — cujos versos João Maria Furtado conhece muito bem — dizia na aula: — Edgar e Nilo serão bacharéis. Quanta lembrança!"

13. 5. 1976

*** "Sua carta, ontem recebida, me trouxe uma grande preocupação: a inclusão das listas de Bacharéis no livro sobre a Faculdade de Direito do Recife, que estou escrevendo. O plano do livro, inteiramente cultural e muito diferente do de Clóvis Beviláqua, não prevê essa inclusão, que, todavia, acho interessante. Tenho em grande conta a sua advertência, o seu juízo crítico, que é sempre muito espontâneo e sincero. Por isso perturbei-me com o seu esclarecimento. Ontem mesmo, — tal a conta em que tenho o que você me diz, — enviei ofício ao Diretor da Faculdade, Hilton Guedes Alcoforado, a respeito, solicitando mandasse datilografar as listas, dado o empenho de missivistas ilustres que se di-

rigiam a mim sobre o assunto. O diretor, caro Veríssimo, teve comigo uma conversa muito cordial e afetuosa. Disse-me que o meu livro era um livro cultural. De fato, é a história pernambucana, regional, e mesmo brasileira em suas inserções na Faculdade, alguma coisa feita, segundo a metodologia moderna, à base de inqueritos. Discordava da inclusão das listas. E acrescentou que, de 1928 (a História de Clóvis chega a 1927), até 1976 havia perto de cinco mil bacharéis. Isso seria outro livro, ou suplemento, com grande dispêndio e talvez atraso da saída do livro. E o problema está nisso. Citei a sua opinião, valiosíssima. Ele disse que podia mandar bater as listas, mas isso tiraria o caráter de “alta cultura” (sic) do livro. Fico aguardando uma opinião sua, urgente. Tudo está suspenso, pois seu ponto-de-vista tem para mim importância fundamental.”

6.6.1977

*** “Sonhei com o nosso querido Ascenço, pedindo-me que fosse reeditado o livro dele CATIMBÓ. No dia seguinte, no Conselho Estadual de Cultura, foi apresentado um requerimento do cineasta Fernando Monteiro, pedindo para filmar o livro indicado, em sonho, pelo grande poeta. Já viu disso?”

28.4.1978

*** “Ontem estive aqui o Sanderson Negreiros. Tudo acertado quanto à minha ida para a Semana Cultural, por entre o rendilhado. O Homero Homem, que canta de galo no Rio, está muito empenhado nessa Semana, que será a consagração do velho Berbelho, ó tão lindo. Todos estaremos ao redor dele, fazendo roda, dançando o côco, como todos havemos mister e está nos Autos (Gil Vicente)”

9.5.1978

*** “Devo comparecer imediatamente à sua presença para dizer que a declamação da “MANHÃ DA CRIAÇÃO”, no terraço aqui de casa, foi um encantamento dos espíritos. Acontece que eu me comovo com aquela lembrança pedosa. E muito mais sensibiliza é ver você tomar a si essa tarefa sentimental.

Tudo volta ao meu espírito. E leve, qual gafanhoto, volto à terra, à paisagem familiar e idílica, ao vale, à cidade, ao pequeno mundo onde vivo e viverei.

A vida é bela, disse o velho Machado, pouco antes de morrer. Mas só é bela na medida em que a fazemos sorridente, acima de violências e desamores. Inhém!

Você tem razão: os “monstros sagrados” (José Américo, Cascudo e Gilberto Freyre) vão nos obrigar a uma vigília de cavaleiros, cantando nêias e saudares. Imagino o velho Berbelho trepado numa

mesa e ao lado dele a Donzela Teodora e os Doze Pares de França, com Carlos Magno no comando; e mais adiante o Sumé entrando na Redinha e o Sacy Pererê dançando num pé só, fazendo caretas para Roberto do Diabo. Estupendo. Já ganhou. Amém.”

* * *

A 26.7.1975 escrevi carta a Nilo Pereira, agradecendo a oferta do seu poema em prosa, — o seu mais lindo poema, depois da “MANHÃ DA CRIAÇÃO”, — que é o “JORNAL ÍNTIMO”. Vejam alguns trechos daquela velha carta, cuja cópia guardei milagrosamente: Dizia eu: “Você é o único homem, entre os que eu conheço, que já pode morrer tranquilo. Disse tudo, no seu “JORNAL ÍNTIMO”, que precisava ser dito à sua família. Seus filhos e netos se orgulharão certamente de suas palavras, de seu pensamento, dos seus sentimentos, dos seus gestos de amor. Nesse sentido, você, de certa forma, nos humilha. O que poderia dizer eu, por exemplo, aos meus filhos e netos? Nada. Só vejo uma solução: Mandar ler o seu livro. Como quem manda ler o evangelho.

Adiante: Talvez as páginas mais comoventes do seu livro sejam aquelas em que recorda sua doença e o dia da vitória dos aliados, na guerra. A surpresa da morte... Quando você diz que é preciso evitar essa surpresa. Veja como fica em forma de poesia, — sendo poesia, sem a forma tradicional, — a sua prosa poética:

“Morrer não é apenas perder a vida
E perder-se
E condenar-se
E preciso pensar na morte.
A doença é um convite
Numa certa noite eu poderia ter morrido
E tudo teria sido uma terrível surpresa.
O que é necessário evitar é essa surpresa
A vida é uma chama que o vento apaga
Quando soprará esse vento?
Devemos estar preparados para isso.
Aquela noite podia ter sido a dos ventos eternos
que leva a pobre folha humana até o infinito”.

Em resposta àquela carta, — 1.8.1975 — Nilo escrevia.

*** “Dizia Victor Hugo que valia a pena publicar um livro para ter a crítica de Paulo de Santi-Victor. Sem querer chegar aos pés da aguiá solitária do rochedo, digo que valeu a pena editar o “JORNAL ÍNTIMO”, para merecer a carta que você me fez, lida em conselho de família como o evangelho do dia.

Essa sua carta, meu caro Veríssimo, me comoveu até às entranhas. Ela é o mais alto documento que recebi em toda a minha vi-

da de homem voltado para a inteligência e para a cultura. Bem a sel generosa, mas nem por isso deixa de ser o portulano de minha navegação sentimental, nesse testamento que deixo para filhos e netos.”

* * *

Tendo perdido (ou foi furtado?) o livro “JORNAL ÍNTIMO”, consegui obter outro exemplar do autor, numa viagem ao Recife. De volta, na mesma noite, reli o pequeno volume — pequeno só nas dimensões, — e escrevi outra carta a Nilo. Esta — parece — foi uma boa carta. Penso que muito melhor do que a anterior. Depois de mostrá-la a dr. Onofre e a Diógenes da Cunha Lima, remeti a cópia única que possuía ao meu velho amigo Juarez da Gama Batista, em João Pessoa. Nilo me fez uma carta, em resposta, onde reflete, de forma exuberante, o seu contentamento ao recebê-la. Transcrevo-a na íntegra, — não por vaidade, — mas para que se veja como ele se comoveu com minhas palavras e que bela carta escreveu. Segue-se:

1.2.1979

*** “Se eu nunca tivesse nenhum prêmio em minha vida, sua carta sobre o “JORNAL ÍNTIMO” seria tudo. De nada mais preciso para uma hora de solidão, quando, madrugada alta, conversamos com as estrelas e procuramos algo que nos encha a alma. Sua carta é uma página de beleza e enternecimento.

Sei que você, bom amigo que é, escreve com a tinta da generosidade e da ternura humana por amigo fiel e devoto, como eu. Mas a verdade é que me satisfaz e anima. Não me sinto tentado pelo demônio da vaidade, que, vez por outra, enrosca o rabo junto da gente, cheira a enxofre, toma rapé e faz caretas e trejeitos. Não. Sinto-me humilde diante das suas palavras, como se, um dia, o Rei resolvesse elogiar o vassalo ou o abraçasse afetuosamente.

Sua carta está guardada onde se pode esconder um tesouro dos olhos miúdos da traça e até dos meus próprios olhos, porque até parece que eles apagam o texto de tanto devorá-lo.

Não sou poeta. Sou apenas um homem de sentimento. Vejo que a vida é bela, você lembra muito bem o velho Machado na sua frase final. E que, se é bela, alguma coisa deve haver em nós mesmos capaz de captar essa beleza, essa grandeza interior. Para mim, não há como o silêncio, que é a voz do mistério, para detectar essas coisas infinitas, que, como dizia Nabuco, compõem o coro dos anjos.

Você está nesse coro etéreo, animando-me a viver e a dizer o que sinto, como disse na intimidade daquele “Jornal”, que a sua fina inteligência descobriu em dimensões que jamais pensei atingir. Profundamente reconhecido, Nilo.

25.5.1979

*** “Recebi o recorte do “Diário de Natal” com a fotografia do

novo Reitor, nosso Diógenes da Cunha Lima, “sorrindo dos amores à cantiga”, como diz o poeta.

Vamos ter um grande Reitorado. Não sei porque, estou sentindo que vou perdendo certa intimidade com Diógenes. O homem, agora, é o Reitor; é Magnífico. Vejo-me na Idade Média, em pleno e castiço ritual universitário, de beca, borla e capelo, sapatos de fivela dourada, em solene cumprimento à Magnificência doutoral, que nos dirige os destinos.

Ao mesmo tempo, sinto que o cajueiro diogênico nos há de reunir após as sessões cabalísticas, com orações de bom estilo e as cerimônias eclesíásticas presididas por Oto Guerra, o chanceler medieval da Universidade tomista.

Vamos ter um Reitorado da Cultura. Já imaginou o poeta do Guaporé como Reitor? Eis o grande triunfo. E que vamos fazer do Guaporé? Um centro cultural, comunitário? Um Museu? Algo que a Universidade, — quem sabe? — pode chamar a si ou fazer um convênio para dar vida àquela casa, que está fechada?

Espero que singrarei os mares na Nau Catarineta, levando e trazendo Newton Navarro como gageiro real. . .”

30.7.1979.

A propósito da morte de um amigo comum, Nilo Pereira saiu-se com esta:

***“A medida que essas coisas acontecem, digo sempre aos meus amigos daqui: — Continuo esperando por mim mesmo. . . Creia, meu caro Veríssimo, que temo muito a morte. Não o fim biológico, mas a defrontação com Deus, o Supremo Juiz. Sei que não vou para bom lugar, a menos que, por precaução, leve um cartão de Ulysses de Goes. . . Você ri, mas é a verdade”.

22.10.1979.

***“Por falar em saudades, que são muitas, ocorre-me lembrar a cena da visita às estátuas, que referi em conversa. Foi um grande acontecimento, ao qual demos o nome instantâneo de “Noite das Estátuas”. Já não me recordo o ano, mas isso não importa. Fomos daqui, (do Recife), sempre na Nau Catarineta, uma caravana composta de Silvino Lopes, o casmurro, Gilberto Osório de Andrade, Otávio Pinto e eu. Estávamos em casa de Cascudo. Projetávamos alguma coisa para a derradeira noite, a de despedida. Alguém sugeriu, — creio que o velho Berbelho: uma visita às estátuas de Natal, diante das quais cada um dos catecúmenos teria de fazer um discurso de saudação. Partimos à luz suave e tropical das estrelas. Começamos pela estátua de Augusto Severo, onde Cascudo proferiu brilhante oração: — o “Pax” subiu novamente, conquistou os ares, depois desceu em chamas, com o piloto Sachet, sobre uma cidade atônita. Natal era então Paris na

caracterização verbal do Mestre. No medalhão de Nísia Floresta falei eu. Fiz o que pude para fixar a notável mulher de letras, como chamou Oliveira Lima. E fomos subindo a av. Junqueira Aires. Estávamos, agora, diante da estátua de Pedro Velho, que, como sabe, tem ao seu lado u'a mulher, simbolizando a República, que foi a sua paixão e a sua morte. Aí falou Silvino Lopes, a negação da oratória, mas exímio cronista do cotidiano. Silvino fez uma exaltação barroca de Pedro Velho. A certa altura, tomado de emoção, disse: "Não terias feito nada se não fora a tua esposa, que está ao teu lado, ajudando o lutador a conseguir o seu ideal." Foi advertido, por alguém, que aquela não era a sua esposa! Apanhado no equívoco histórico, que mudava o rumo das coisas, indagou: "Quem é essa mulher?" E ao lhe informarem de que se tratava de um símbolo da República, teve aquele gesto universal, exclamando: "Tá prá ela."

AUTA DE SOUZA — POESIA EM TEMPO DE TERNURA

Henrique L. Alves
(Sócio correspondente)

“Em pranto escrevam sobre a minha lousa
“Longe da mágoa, enfim, no céu repousa
Quem sofreu muito e quem amou demais”

Com muito amor e ternura fica a evocação para uma poeta de sensibilidade, cuja obra marcada na eternidade determina a presença de poemas espontâneos, puros, autênticos. Uma presença forte no contexto da poesia brasileira, vivendo o período de transição da cultura nacional, muito mais simbolista do que parnasiana. Poesia contendo linhagem mística, contém lirismo e espontaneidade para ficar no encanto dos leitores de sempre.

Na cidade de Macaíba, num casarão opulento da rua da Praia, conhecida como a Casa do Porto, no dia 12 de setembro de 1876, nasce a menina Auta de Souza, a única menina dos cinco filhos do casal Eloy Castriciano de Souza e de d. Henriqueta Leopoldina Rodrigues de Souza. Amanhecia uma aurora de alegrias na família, com a boneca encantando a todos, com os três filhos Eloy, Henrique e Irineu. Nasceria posteriormente o último filho, o João Cândio.

Com o advento da famosa seca dos dois sete, Macaíba transformou-se no reduto dos retirantes. Sua esposa, extenuada pelos cinco partos, começou a definhar e os recursos médicos da época não conseguiram curar-lhe a tuberculose. De nada valeu a orientação médica do homeopata José Fonseca Areias Zamba, aconselhando-a a procurar o clima seco do sertão. Falecia a 29 de junho de 1879, aos 27 anos, deixando quatro meninos e a menina Auta de Souza com menos de dois anos. As crianças passam à tutela dos avós, levadas para o sobrado de azulejos do Arraial, em Recife, tratadas com muito carinho pela avó Dindinha.

A firma Paula, Eloy & Cia. prosperava em abundância e a posição de Eloy Castriciano sólida e de muita popularidade, dava-lhe lugar de destaque a ponto de ser eleito Deputado Provincial no biênio 1878/1879. O pai de Auta de Souza, viuvo, volta suas atenções para

a política e passa a exercer-la com muito amor. Foi reeleito com facilidade para o biênio 1880/1881. O desígnio de uma pneumonia e o advento da tuberculose fatal cortou uma carreira promissora e a 21 de janeiro de 1881 falecêa na cidade de Macaíba.

A infância transcorrida na união dos cinco irmãos, sob o zelo dos avós, no imenso quintal da chácara em contato com a natureza proporcionou a Auta de Souza uma espécie de amenizar trágico de sua vida. Aos sete anos, sabia ler e escrever e era o encanto do seu professor Manoel Vitorino. Apreende rudimentos de francês e sua cultura denota amplos horizontes. Segundo crônicas da época, era menina viva, alegre, cheia de curiosidades. Na sequência de tragédias, fica-lhe marcada a cena da noite em que Irineu, seu irmão de doze anos, ao subir as escadas com o candieiro de querezone na mão, explode e incendeia seu corpo. Falece após terríveis sofrimentos e Auta de Souza escreve:

Mas... a gaiola vazia,
Que eu conservo noite e dia,
Não sabem? É o coração.
É dentro dele que mora,
É dentro dele que chora,
A alma de meu irmão!

Menina moça com expressão delicada, tem em seus retratos a seguinte descrição segundo Luís da Câmara Cascudo: “os grandes olhos negros eram sombreados pelas sombrancelhas espessas e os longos cílios avivavam, coando o olhar penetrante. O cabelo era repuxado para o alto, preso em coque, por uma fita, fivela ou broche de ouro. As mangas desciam aos pulsos e a gola do vestido recobria o fino e nervoso pescoço. Era precaução e era moda. Os olhos do Pai e os lábios da Mãe”.

Em 1888 é matriculada no Colégio S. Vicente de Paula, instituição dirigida pela irmã Savignol e com orientação francesa a moldar a juventude da sociedade pernambucana. Auta de Souza foi aluna exemplar, apaixonando-se pelo idioma francês. Falava fluentemente e inclusive escrevia versos. Era espécie de líder no colégio, conquistando estima e amizade de todos. E o sorriso de uma juventude cortada por uma determinação do destino com prenúncio trágico: **tuberculose**. Manifesta-se a presença da doença com tosses secas a partir de 1890. Criança sofrida tinha agora o corpo marcado pela doença. Das lembranças do colégio, ficou a dedicatória ao seu único livro, quando oferece com estas palavras: “As boas irmãs do Colégio da Estância, em Pernambuco, algumas famosas e santas que me educaram o coração e o espírito, ofereço o que há de mais puro nestes singelos versos”. Outra dedicatória era todo sentimento fraterno: “À memória de meu Pai, de minha Mãe e de meu irmão”.

Os primeiros versos de Auta de Souza datam de 1893, com de-

zessete anos, moça descontraída, alegre, começou uma produção poética intensa e de real substância. Participa da vida social e faz parte do Clube do Biscoito, bailando e convivendo com os jovens da época. Recitava seus poemas com sucesso. O poema "Meu coração" demonstra uma paixão escondida:

Meu coração é como a noite escura,
Cercada só, de dores adormidas,
É como um negro túmulo vazio
Onde repousam esperanças idas.

Meu coração é como a folha murcha
Que o vento frio desligou da flor,
É como um'ave que se vê sozinha
Sem lar, sem pão, sem vida e sem amor.

Meu coração é como a nota triste
Que se evola dos sinos magoados,
Quando da igreja nas serenas torres
A gemer, a gemer dobram finados.

Meu coração é como a nuvem negra
Que cobre a terra nas manhãs geladas
É uma pálida andorinha morta
Num leito frio de ilusões passadas

No período de 1893 a 1897 reúne todos seus poemas num volume intitulado "Dhalias". Seus poemas são publicados a partir de 1894 na revista Oásis, publicação northeriogrãndense. Colabora ainda em "A República" e "A Tribuna." Seu nome já é uma bandeira poética não só do Rio Grande do Norte, como de outros pontos do país. Nestor Victor ao fazer uma análise da vida de Auta de Souza, escreveu: "quanto escreveu antes escreveu para si e para seus amigos do que para concorrer à conquista de um nome perante o grande público de seu país. Pobre donzela enferma, vivendo invariavelmente na carinhosa atmosfera do lar ou entre almas amigas da sociedade provinciana em que decorreram seus breves dias, ela poetava por simples e mero prazer".

Em 1898 define o título de seu livro, único publicado em vida e intitulado "Horto". Por insistência de seu irmão Henrique, Auta de Souza concorda em aceitar o prefácio de Olavo Bilac ao seu livro. É portador dos originaís o seu irmão Eloy, deputado pelo Rio Grande do Norte e amigo do poeta. No Grande Hotel da Lapa, Eloy orgulhoso apresentava o original de "Horto" a seu companheiro de Câmara dos Deputados. O jornalista e poeta Artur Pinto da Rocha levou os originaís para uma leitura e anotações, anotações aproveitadas em grande parte pela poeta.

A tipografia do jornal "A República" compôs o livro e a 20 de junho de 1900 circulava o livro, com 232 páginas e o livro fazia parte da coleção "Biblioteca", do Grêmio Polimático, da Revista do Rio Grande do Norte. A poeta Auta de Souza ao receber o primeiro exemplar, apertou-o ao coração e exclamou com muito sentimento: "Horto"! O livro continha 114 poesias. Em dois meses esgotou-se o livro, marcando uma destinação perene ao sucesso de uma obra. Muita razão cabe a Alceu Amoroso Lima, prefaciador da terceira edição de "Horto":

"Sua poesia alcançou uma intensidade de sentimento cristão que até hoje não envelheceu... Seu caminho místico ainda se encontrava, portanto, no plano inicial. Não se desprendera nem dos afetos nem dos encantos terrenos. Vivía, isso sim, em plena angelitude. Tudo via sob o véu de uma virgindade de alma absolutamente cândida e sensível às mais delicadas sensações de alegria e de sofrimento sobretudo d'essas últimas. Mas amava a vida e via no desfolhar precoce de todos os seus sonhos, uma privação dolorosa que a enchia de mais terna e pura melancolia. E toda se voltava, então, para Aquele que veio ao Mundo, como escreveu Claudel — "não para suprimir o sofrimento, mas para sofrer conosco". Auta de Souza sofria unida à Cruz do Salvador".

Passou seus derradeiros dias em paz consigo e com crises de uma molestia atroz. A 7 de fevereiro de 1901 após violenta crise, uma hora e quinze da manhã falecia a poeta Auta de Souza. Cabe reproduzir a notícia publicada no jornal "A República":

"Nota comovente. Duas criadas, velhas e alquebradas, que serviam Auta de Souza desde o seu nascimento, acompanharam o ié- retro até o cemitério, banhadas em lágrimas.

No cemitério falaram Pedro Avelino, pelo Grêmio Polimático, Ezequiel Wanderley, pelo Congresso Literário, Manuel Dantas, pela "A República", Lima Filho (Galdino), pelo "Le Monde Marche".

O Congresso Literário dedicou à Poetisa um número da "A Tribuna", 27 de fevereiro, com a colaboração de todos os escritores da cidade.

"Oasis" prestou homenagem sentida, publicando grande clichê e notas cheias de saudade, em 16 de fevereiro de 1901. Quase toda a imprensa do norte do Brasil referiu-se ao falecimento de Auta de Souza, salientando os méritos da poetisa."

A posteridade conferiu-lhe o mesmo trato dispensado em vida à Poeta. Henrique Castriciano de Souza, irmão de Auta, em artigo escrito em Paris, em agosto de 1910, traça características da personalidade da Poeta e de sua obra:

"Nos últimos versos, nota-se a estranha serenidade espiritual a que chegou nos derradeiros dias, inspirando aos que a visitavam a mais religiosa veneração. Via-se-lhe, então, a alma através os olhos brilhantes, sem tortura, sem lágrimas. Naquele corpo desfeito, tão le-

ve que uma criança pudera conduzir, havia agora um coração resignado de mártir, sentindo profundamente o nada da vida, sem o horror à morte.”

Redescoberta a cada instante, a poesia de Auta de Souza tem o dcm da perenidade, conseguindo encantar as gerações. Alceu Amoroso Lima tem razão quando afirma que “a poesia alcançou uma intensidade de sentimento cristão que até hoje não envelheceu”. Ao prefaciá-la terceira edição de “Horto”, fixa com entusiasmo o posicionamento da poesia de Auta de Souza no contexto literário e determina a importância de uma obra:

“Fez versos por amor da Poesia, por um amor tocante, puríssimo da Poesia e não para aparecer ou comunicar uma mensagem. Fez Versos para si e para aqueles que mais de perto a cercavam. Nunca sonhou com a glória literária. Nem mesmo com esse éco que só depois de morta veio encontrar no coração dos simples, onde toda uma parte dos seus poemas encontrou a mais terna repercussão. E esse sentimento de absoluta pureza é o que mais encanta nos seus poemas. Auta de Souza viveu em estado de graça e os seus versos o revelam de modo evidente. Daí o lugar que ocupa em nossa poesia cristã, em cuja cordilheira sempre há de ser um dos altos mais puros e mais solitários”.

Um contingente de críticos e estudiosos sempre preocupados em revelar aspectos positivos da poesia de Auta de Souza, marcaram em páginas memoráveis a presença de uma poeta. Andrade Muricy classificou-a eminente e humilde Auta de Souza, a mais espiritual das poetisas brasileiras”. Henrique Castriciano de Souza sentencia com muita propriedade: “a tormenta se desfizera ao pé do túmulo; e do naufrágio em que se abismou esta singular existência, resta o “Horto”, livro de uma santa”. Já para Luís da Câmara Cascudo, o fiel intérprete e apaixonado da vida e obra de uma poeta, traz o sentimento de uma época:

“Auta de Souza tem sua humilde melodia perene para certos ouvidos. As grandes tempestades sonoras estrondam, aturdem e passam. Na serenidade, voltamos a entender o fio dolente da flauta campestre, lembrando os temas de amor e mágoa. Outra rajada magnética dispersa atenções e amores. Tempos depois a ventania amaina e ouve-se a flauta, obstinada e tranquila, com a doçura de sua tristeza familiar. E assim enquanto houver Mundos e Poetas, não morrem, de todo, furações e flautistas”.

E Auta de Souza não morreu, ficando o canto belo bonito de seus poemas a conter amor, vida e fé. Muita musicalidade emana nas horas silentes da noite em preces constantes de poemas:

Ajoelhada, ó meu Deus, e as duas mãos unidas,
Olhos fitos na Cruz, imploro a tua graça...
Esconde-me, Jesus! Da treva que esvoaça
Na tristeza e no horror das noites mal dormidas

Maria! Virgem mãe das almas compungidas,
Sorriso no prazer, conforto na desgraça...
Recolhe essa oração que nos meus lábios passa
Em palavras de fé no teu amor unguidas.

Anjo de minha guarda, ó doce companheiro!
Tu que levas do berço ao porto derradeiro
O lúrido batel de meu sonhar sem fim.
Dá-me o sono que trás o bálsamo ao tormento,
Afoga o coração do mar do esquecimento...
Abre as asas, meu anjo, e estende-as sobre mim."

Apenas para dar uma síntese dessa autenticidade e muita ternura, onde uma moça, tímida e recolhida na cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, desponta, espoucando sucesso e atingindo o centro nevrálgico da rua do Ouvidor, na bela Rio de Janeiro. Atenções voltadas, importâncias em artigos, estudos em pauta e o nome de Auta de Souza é uma legenda, uma constante no período de transição da nossa poesia. Páginas líricas marcam esse período e, decorridos muitos anos, ainda possuem musicalidade, ao som leve de um violino em distância:

No país de minh'alma há um rio sem magoas,
Um rio cheio de ouro e de tanta harmonia,
que se cuida escutar no marulhar das águas
do sussuro de um beijo a doce melodia.

Este rio é o meu sonho, um sonho azul e puro,
como um canto do céu, como um braço do mar;
Loira restea de sol a rebrilhar no escuro,
casta luz que cintila em torno de um altar.

De um altar que palpita e que sofre e que sonha,
soletrando a cantar a linguagem do amor..
Do altar do coração, a paisagem risonha
onde brotam sorrindo as ilusões em flor

Vou beber, meu amor, neste rio que é fonte,
e fonte de esperança e lago de quimera...
Vou morar num país que não tem horizonte
onde não chora o inverno e só há primavera...

Uma "Página azul" cheia de nuances coloridas, onde há um canto de fé e esperança no amanhã, com a visão apocalíptica de uma permanência eterna. Auta de Souza é o som constante da vida, transmitindo a cada instante um reflexo de luz e de fé. Admirada no tempo,

psicografada no espaço, lembrada na posteridade. Deixou um facho de luz, perenizado na órbita do sol, cintilando emoções, ternuras e sentimentos:

“Não vês? minh'alma é como a pena branca
que o vento amigo da poeira arranca
E vai com ela assim, de ramo em ramo,
para um ninho gentil de gaturamo...

Leva-me, ó coração, como esta pena
de dor em dor até a paz serena.”

Sua vida foi um canto perene, afligido pela dor, torturado pela amargura, sobressaindo sempre uma restea de esperança. “São páginas da vida e, Henrique Castriciano, o seu irmão bem amado tem razão quando canta em seu louvor:

“mil amarguras perto de cem flores,
ao pé do riso — a lágrima dorida”.

Razão cabe na continuidade de lembranças de uma poesia marcada pelo signo da ternura e que “do naufrágio em que se abismou esta singular existência, resta o “Horto”, livro de uma santa”. Cabe-nos nesta evocação, sintética, singela, simples, sincera, dizer que a poesia permanece latente numa constante revivescência, respingada de orvalho a brotar de um ramalhete de flores que não murcham. Ouçamos a voz de Auta de Sousa, marcada no aniversário que se renova a cada ano, com muito amor e com muita ternura, no parabens a você, contido no poema “Hoje”:

“Fiz anos hoje... Quero ver agora
se este sofrer que me atormenta tanto
me não deixa lembrar a paz, o encanto,
a doce luz de meu viver de outrora.

Tão moça e martir! Não conheço aurora,
Foge-me a vida no correr do pranto,
Bem como a nota de choroso pranto
Que a noite leva pelo espaço em fora.

Minh'alma voa aos sonhos do passado,
em busca sempre desse ninho amado
onde pousava cheia de alegria.

Mas, de repente, um pavor de morte,
sente cortar-lhe o vôo a mão da sorte...
Minha aventura só durou um dia.

RIBEIRO DANTAS

Ruy Rodrigo Brasileiro de Azambuja
(Colaborador)

Da pléiade de juristas que o Rio Grande do Sul recebeu do Nordeste, egressos quase todos da Faculdade de Direito de Recife, e que marcaram a história jurídica rio-grandense, distingue-se o nome de Francisco de Souza Ribeiro Dantas Filho. Nascido, em São José do Mipibú, Rio Grande do Norte, a 12 de maio de 1862, faleceu em Porto Alegre, a 27 de abril de 1931. Filho do Dr. Francisco de Souza Ribeiro Dantas e de Maria Emiliania de Medeiros Dantas, deixou de usar "Filho" depois que seu pai faleceu. Nos seus trabalhos jurídicos se assinava, quase sempre, apenas como Ribeiro Dantas.

Excepcional cabeça jurídica, servida por sólida formação intelectual e grande caráter, prestou à cultura e à administração rio-grandenses inestimáveis serviços, no ministério público, na magistratura, na Assembléa dos Representantes, na advocacia, na cátedra e nas letras jurídicas.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de Recife, colando grau a 06 de novembro de 1884, tendo feito os preparatórios em Natal. Em 1885, exerceu o cargo de Procurador Fiscal da Tesouraria Provincial do Rio Grande do Norte. Nesse mesmo ano, transfere-se para nossa então província, da qual nunca mais se afastou, sendo nomeado a 27 de fevereiro e assumido a 22 de junho de 1885 o cargo de Juiz Municipal e Orfãos de Santo Ângelo, do qual se exonera a 16 de maio de 1888, para dedicar-se à advocacia e à política, em propaganda republicana ao lado de Pinheiro Machado. Proclamada a República, foi nomeado Promotor Público de Santo Ângelo, função que exerceu interinamente de 16 a 24 de janeiro de 1890. A 24 de novembro de 1890, foi nomeado Juiz substituto do Juiz Seccional do Estado, e a 11 de julho de 1891, juiz de Direito de Santo Ângelo, exonerando-se a 5 de agosto do cargo de Juiz substituto. Jurisdicionou a comarca de Livramento a 01 de fevereiro de 1893. Removido para Rio Pardo a 31 de dezembro de 1894, jurisdicionou Encruzilhada em 1896. Desta comarca é removido para a de São Jerônimo, em 31 de maio de 1896. Como substituto, assumiu a comarca de Taquari, em 01 de agosto de 1898. Removido para

São Leopoldo a 11 de dezembro de 1899, jurisdicionou Taquara e Santo Antônio da Patrulha, viajando para uma e outra dessas localidades ao lombo de cavalo, dada a precariedade das condições de transporte da época. A 19 de outubro de 1905, é nomeado para a 3a. Vara da comarca de Porto Alegre, donde assume a jurisdição da 1a. Vara, em 1906, e de São Leopoldo, no mesmo ano. E a 09 de setembro de 1912 é nomeado Desembargador do Superior Tribunal do Estado, cabendo-lhe o número de ordem 17 dos ocupantes daquela Corte, o nosso atual Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Em 14 de setembro de 1915 é Procurador Geral *ad hoc* e interino a 13 de julho de 1916. A 28 de maio de 1917, é aposentado como Desembargador. Contudo, apesar de sua saúde constituir-lhe um quase martírio, a 14 de junho de 1918, é nomeado Juiz Togado do Conselho de Apelação da Brigada Militar, do qual foi o primeiro presidente, tendo renunciado a gratificação que lhe foi estipulada. A 16 de fevereiro de 1925, foi nomeado presidente do Conselho Penitenciário do Estado, em cujo exercício a morte o encontrou.

Exerceu, ainda, a deputação estadual, na Assembléa dos Representantes, a qual foi eleito, consecutivamente, para as legislaturas de 1921 a 1924, de 1925 a 1928 e de 1929 a 1932. Nessa casa, a atuação de Ribeiro Dantas foi sempre muito respeitada e exercida predominantemente como colaboração de um mestre do Direito, perito em leis.

Foi Ribeiro Dantas dos principais colaboradores da elaboração da revisão do Código de Processo Penal, do Código do Processo Civil e Comercial, da Lei de Organização Judiciária do Estado e do Código de Águas, com a participação de vários juristas da época, como André da Rocha, Armando Azambuja e outros.

Assíduo colaborador de "A Federação", aí sempre debatia problemas jurídicos, decisões dos Tribunais do País, questões jurídicas de ordem geral, e, sobretudo levava ao público interessado suas idéias ou opiniões sobre a matéria objeto de elaboração legislativa, de que participava, quando juiz, desembargador e deputado à assembléa dos representantes.

Se em todos esses campos o insigne jurista contribuiu com o seu talento e criatividade, embora sempre modesto e recatado, é certo que Ribeiro Dantas deixou marca profunda e indelével no espírito e na formação de algumas gerações de juristas gaúchos, como eficiente e acatado mestre do Direito Penal, um dos luminares que foi de nossa Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre.

Desde 1905, até 1931, quando faleceu, Ribeiro Dantas, como regente da cadeira de Direito Criminal dos 2.º e 3.º anos, dedicou-se ao magistério jurídico, com comovente fidelidade e entusiasmo, superando problemas de saúde, às vezes deixando o leito ou enfrentando intempéries para ir dar sua aula, e sempre satisfazendo aos seus alunos, pela pureza de doutrina, clareza de exposição e defesa de suas idéias, não deixando em seus discípulos qualquer dúvida, e incentivando-os ao

estudo do Direito. Sempre preparava previamente suas aulas. Quase ao fim da vida, lamentava-se de não dispor mais de mocidade para o estudo do Direito, que os jovens jamais deveriam descurar.

Ribeiro Dantas, que foi mestre de numerosos juristas que brilharam e brilham na magistratura, no ministério público, na advocacia, nas tribunas parlamentares e nas cátedras, era orgulhoso de seus discípulos. Apesar de muito reservado, por vezes, quando corrigia provas, exteriorizava sua alegria diante de trabalhos bem elaborados e pessoais. Teve como alunos grandes advogados, entre tantos outros, João Neves da Fontoura e Adroaldo Mesquita da Costa.

Extremamente íntegro, era um crente no Direito, sustentando, em suas teses de Direito Criminal, que “a liberdade individual tem, como condição e limite do seu exercício, a liberdade alheia”.

João Neves da Fontoura, de quem, na oportunidade de sua coleção de grau, afirmou que já não era uma esperança, mas uma realidade, relata, em suas “Memórias” (1.º volume, p. 145), que como paranin-fio de parte de sua turma, Ribeiro Dantas, “de improviso, proferiu um

João Neves da Fontoura, de quem, na oportunidade de sua coleção Disse que todos os problemas da humanidade se resumem afinal na observância ou na infração dos seus princípios, tanto que “jamais a alma humana exultou ou se entenebreceu senão respectivamente pela vitória ou pela derrota dele”. Estava convencido de que, às mais das vezes, a peleja equivale à “utilidade do sacrifício”.

A crença de Ribeiro Dantas no Direito era acompanhada pela esperança na Justiça que, apesar das imperfeições e dos erros dos humanos julgadores, é elemento de segurança e equilíbrio social.

Suas decisões, quase sempre inovadoras, traduzindo seu senso jurídico, ou transitavam em julgado em primeira instância, ou eram confirmadas em grau de apelação, ou muito raramente reformadas. Acontecendo que o Superior Tribunal do Estado reformasse uma sua sentença, de 31 de março de 1898, o Supremo Tribunal Federal a restabeleceu em acórdão de 17 de novembro de 1900 (In “Casos Julgados”, p. 39 a 48).

Do labor de Ribeiro Dantas, como Juiz, legislador e mestre do Direito, nos foram legadas poucas mas magníficas obras, que expressam o que foi: seguro, conciso, claro e firme, nas decisões, nos textos e comentários, nas suas lições magníficas. Deixou publicados, constituindo hoje raridades, “Casos Julgados” (Tip. de W. Roturmund, São Leopoldo, 1904), em que reúne decisões que proferiu como Juiz de Direito; “Comentários ao Código do Processo Civil e Comercial do Rio Grande do Sul” (Of. Gráfica da Livraria Americana, Porto Alegre, 1910); e “A Legítima Defesa no Direito Rio-grandense” (2a. edição, revista e aumentada, Porto Alegre, Of. Gráfica da Livraria Americana, 1919, 71 p.).

Muito mais do que escreveu e publicou, que realmente não foi muito, deixou Ribeiro Dantas no que ensinou a seus discípulos e, assim, na cultura jurídica do Rio Grande.

— MENSAGEM DO MESTRE CASCU DO AO INSTITUTO HISTÓRICO —

Pela voz mais antiga do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a jovem entonação do seu jovem Presidente simbolicamente representa e substitui a Luis da Câmara Cascudo, saudando os novos associados, ingressando na Casa da Memória da nossa terra nordestina, veteranos e moços pesquisadores, pintores e poetas, que na dedicação da tarefa emocional, valorizam o NORDESTE, ampliando o patrimonio cultural do Brasil intelectual.

Saudação emocional a Orlando Parahym, Juarez da Gama Batista, Paulo Mercadante, Cleóbulo Cortez Gomes, Manuel Onofre Junior, Jurandyr Navarro e João Alfredo Cortez, velhas e fieis admirações do octogenário saudador, invisível e presente na noite tropical da recepção inesquecível. Cada qual sabe, de si, a antiguidade dos laços cordiais, admiração pelo esforço realizado, demonstrações fraternais de estima, colaboração estimulante ao labor do velho pesquisador potiguar fixado à margem verde do rio dos Potiguares. Os clarins contemporâneos vibram o toque de **Reunir!** porque, solitários e dispersos, seremos inutilizados pelos monstros do Desespero e da Angustia espirituais. As culturas não foram elaboradas pelo Homem, **Anthopos**, mas pelo Grupo Humano, **ETHNOS**. Os Institutos têm a missão de investigar e comunicar o Passado no plano divino do Entendimento, da União Fraternal.

Bem-vindos, companheiros queridos! Alegria em vê-los, mentalmente ao vosso lado, com o sangue das mesmas preferências de Inteligência elaboradora. Agora, sois de-casa, vamos caminhar juntos, na “amada Terra do Brasil!”

Luis da Câmara Cascudo

29-III-1979

CONGRESSO POLÍTICO DE CARAÚBAS — FATOS DE UMA ÉPOCA — II

Christiano Gurgel
(Colaborador)

Voltando aos “FATOS DE UMA ÉPOCA” ocorridos em minha cidade natal — Caraúbas-Rn, quero, hoje, rememorar o movimento político verificado ali, em tempos idos, antes da Proclamação da República em 1889, que muito contribuía para a valorização de Caraúbas no contexto estadual.

Foi criada a então Vila de Caraúbas, hoje cidade, pela Lei n.º 601, de 5 de março de 1868.

Passaram-se os anos até quando, em 3 de agosto de 1889, Caraúbas participou do movimento político de então, instalando, na localidade, um Congresso Político, que indicaria ao 2º Distrito Eleitoral da Província um Deputado Geral, no último pleito monárquico, ao Congresso Nacional Republicano. E quem seria o candidato? A incógnita da equação foi achada com a indicação do nome de Almino Alvares Afonso, o grande latinista, orador fluente e vibrante, abolicionista imbatível, que foi aquele norte-riograndense, o mais votado dos potiguares para aquela Assembléia Nacional Constituinte. Eleito e empossado, assinou Almino a Constituição Federal, com a expressiva legenda: “PRO VITA CIVIUM PROQUE UNIVERSA REPÚBLICA” — (pela vida dos cidadãos e por toda a República).

Do boletim lançado por Almino, de Belém do Pará, ao eleitorado do 2º Distrito do Rio Grande do Norte, em 11-8-1889, extraimos os seguintes trechos:

1. “Bem vi que eles eram o símbolo da vontade unânime dos chefes conservadores, manifestada no Congresso de Caraúbas, no dia 3 de agosto. Imaginem os que conhecem meu amor ao Rio Grande do Norte, qual foi o meu entusiasmo lendo e ouvindo nestas longínquas paragens o grito solene da minha terra, chamando o meu nome, como se fosse o de alguém, que merecesse, que pudesse alguma cousa.”

2. “Qualquer que seja o próximo resultado do pleito, amo e amarei sempre os meus patrícios; e sobretudo não se apagará jamais

do meu espírito o nome, esforço patriótico dos chefes conservadores, que se congregaram em Caraúbas, para decidir, como os Deuses, do futuro do Rio Grande do Norte”.

3. “Ainda quando o seu escolhido não triunfe contra o despotismo; ainda quando o seu escolhido não fôra eu; sempre eu terei alma para amar, para admirar os nobres e fortalecidos sertanejos, que tiveram a ombridade de dizer ao Governo: quem escolhe, quem elege, quem delega somos nós e não os mandarins de sua Magestade.”

No Congresso acíma citado tomaram parte, além dos Coronéis Antônio Carlos Fernandes Pimenta e Luiz Manoel Fernandes, o Cel. Antônio Soares de Maçêdo, o Cel. Felinto Elísio de Oliveira Azevedo e outros chefes conservadores prestigiosos do 2º Distrito Eleitoral da Província.

Nasceu Almino Afonso no sítio Coroatá, no município de Patú — Rn, em 17 de abril de 1840. Ligado que estava à Caraúbas fôra convidado para lecionar no colégio fundado em 1867 “destinado à instrução secundária da juventude”, que compreendia o estudo das línguas — Francês, Inglês e Latim e das ciências que se exigiam nas Academias, Seminários do Império que eram: Filosofia, Geografia, Geometria com Aritmética, e Algebra, e Retórica com Poética”.

Caraúbas foi, assim, o município precursor do ensino secundário no interior do Rio Grande do Norte.

Diziam que D. Pedro II, grande latinista que era, certa vês encontrara dificuldade ao traduzir determinada frase em latim. Alguém o aconselhara a consultar, agora o Senador Almino Afonso, o qual resolveria o caso. Convidado a comparecer a Palácio, a convite de D. Pedro, para solucionar a sentença, recusou-se a fazê-lo, declarando que não iria, pois, tratava-se de uma frase de fácil solução, que qualquer um dos seus alunos a solucionaria.

São fatos dessa natureza que devem sempre ser lembrados, para que as gerações de agora, tão carentes da nossa história, tomem conhecimento da mesma e bebam em seus fundamentos os salutareis princípios nela contidos.

Rio, agosto 1980.

OS TÍTULOS ECLESIASTICOS

Mons. Severino Bezerra
(Sócio Efetivo)

É bem útil e mesmo de interesse para muitos o conhecimento dos títulos que a Igreja confere aos seus sacerdotes, quando precisa dos seus trabalhos junto ao povo.

Não são títulos honoríficos, que são diversos, mas, títulos de função que também são muitos e dentre tantos, está o de Vigário que se multiplica com os nomes de: ecônomo, substituto, inamovível, interino, acrescentando-se também os de coadjutor, pró-pároco, auxiliar e etc. nomes todos estes que estão no Código do Direito Canônico, por onde a igreja se rege para segurança de seu governo. É um título nobre o de Vigário, porque é nele que a igreja deposita todo o seu poder de jurisdição, constituindo assim a hierarquia eclesiástica, na pessoa do Papa, do Bispo, do padre que exerce officio paroquial, tornando deste modo uma unidade perfeita jurisdicionada, na dependência um do outro.

Só no III século foi que apareceu o nome Vigário, porque antes não havia a formação de paróquia, apenas pequenos grupos de cristãos esparsos, dirigidos ou orientados por Bispos, que tomavam os nomes de bispos rurais. Em determinado tempo, um Concílio celebrado afastou os bispos dessas funções rurais a fim de não perderem a dignidade episcopal. No lugar dos bispos, foram postos simples sacerdotes, que como substitutos, tomaram o nome de Vigário. Daí o nome-Vigário-que exerce um cargo no nome de outro.

A primeira paróquia, criada no Brasil, foi São Vicente, em São Paulo, sendo também o primeiro vigário o padre Simão de Lucena, nomeado pelo Arcebispo de Funchal, trinta e cinco anos depois do descobrimento do Brasil.

O padre que ocupa um lugar de posição excelente, como é o de vigário, ele tem diante de si uma grande responsabilidade perante a igreja e a sociedade, num conhecimento próprio da missão confiada, motivo porque os homens depositam no vigário uma confiança segura e ilimitada..

Nas pequenas comunidades, o Vigário é, na visão do homem, a figura máxima, de quem ele pode aurir nas ocasiões necessárias o remédio eficaz para os seus males e o conselho para orientação de sua vida. No seu respeitável título de Vigário, o padre é bem visto pelos seus súditos na figura do Bom Pastor, como nos apresenta o Evangelho. A repulsa é total quando cai no desagrado dos seus. Exemplos disto, encontramos no século passado, o nosso conterrâneo Cônego Antonio Freire, natural de Açu, foi sempre muito benquisto dos seus paroquianos, de modo que era tratado pelo nome de "padre vigarinho" por causa de sua bondade e estima que era tido. O contrário foi o padre Simão Judas Tadeu, primeiro Vigário colado de São José de Mipibu, que por duas vezes os seus paroquianos tentaram expulsá-lo, só porque intrometeu-se na política local, dividindo o rebanho. O nome Vigário, é, realmente, um título de nobreza, que engrandece.

A AERONAUTICA NO PERÍODO 1900—1910

N. F. Lavenère Wanderley
(Sócio correspondente)

O período de 1900 a 1910 foi um período muito importante para o desenvolvimento da Aeronáutica; foi o período em que o Homem realizou a conquista definitiva do espaço aéreo resolvendo, de forma prática, o problema da dirigibilidade dos balões e foi o período em que o Homem, pela primeira vez, se deslocou pelos ares utilizando aparelhos mais pesados que o ar: os aeroplanos; em ambas as conquistas destacou-se, no referido período, a figura genial do inventor brasileiro Alberto Santos-Dumont.

Alberto Santos-Dumont foi o brasileiro que, pelo seu gênio, suas invenções e seus feitos, maiores glórias conquistou; executou os seus trabalhos na França e angariou fama mundial; impulsionado por um ideal que alimentava desde a tenra juventude, realizou o seu sonho de navegar pelos ares, cobrindo de glórias, também, a sua pátria, o Brasil.

Para melhor se avaliar a glória de Santos-Dumont, é necessário compreender bem duas coisas: a ânsia que através dos séculos empolgava o espírito dos homens para a conquista do ar, ânsia que culminou no período das experiências de Santos-Dumont quando, finalmente, foram encontradas as fórmulas práticas para a navegação aérea, e compreender o grau e o gênero das dificuldades que tinham que ser vencidas para realizar o que Santos-Dumont realizou.

A ambição da conquista dos ares é muito antiga e dominou o espírito dos homens desde as épocas mitológicas de Ícaro e de outras personalidades lendárias; mais que isso; desde que o Homem, ser privilegiado da criação divina, sentindo-se acorrentado ao solo pelo peso da gravidade, ergueu os olhos e viu, com admiração e inveja, as nuvens e a fumaça, se formarem, se erguerem e se deslocarem e viu os pássaros e os insetos deixarem a superfície da terra e se movimentarem para todas as direções, no meio ambiente atmosférico; desde então surgiu no Homem, o rei da criação, a vontade e a ambição de encontrar uma maneira de, também, voar.

O Homem ambicionava voar porque sentia que não dominaria por completo o planeta em que sempre viveu enquanto não tivesse dominado a arte de voar.

Somente no começo do século XVIII foi que o Homem começou a palmilhar o caminho certo para a realização do seu sonho milenar de voar; o padre brasileiro Bartolomeu Lourenço de Gusmão, num rasgo de gênio, concebeu um aparelho que iria permitir elevar o Homem no espaço e realizou, em 1709, as primeiras experiências com modelos reduzidos de balões aerostáticos.

Somente no fim do século XVIII, com a invenção dos irmãos Montgolfier e a do físico francês Charles, foi que os balões aerostáticos tornaram-se uma realidade prática.

Estava dado o primeiro passo; o Homem passou a elevar-se no espaço, por meio dos balões; faltava descobrir uma maneira de dotar os balões de um meio de propulsão, para conseguir dirigí-los e manobrá-los no meio atmosférico.

Essa última etapa da conquista dos ares durou mais de cem anos; entre a primeira vez que um ser humano se elevou num balão, em novembro de 1783, e a data em que Santos-Dumont demonstrou nos céus de Paris que tinha resolvido o problema da dirigibilidade dos balões decorreram 118 anos.

Durante esse período desabrochou a era industrial, desenvolveu-se a máquina a vapor, surgiram as estradas de ferro, os automóveis e as aplicações da eletricidade; o homem tornava-se, cada vez mais, senhor do planeta Terra; só um desafio restava: a conquista do ar, a navegação pelos ares.

Somente depois que o motor a explosão foi desenvolvido convenientemente, nas últimas décadas do século XIX, é que foi possível abordar, com boas probabilidades de êxito, o problema da dirigibilidade dos balões.

O motor a explosão foi desenvolvido por meio da sua aplicação aos automóveis; a Santos-Dumont, que já se tinha familiarizado com os motores a explosão dos seus automóveis, coube a glória de, audaciosa e temerariamente, adaptar, pela primeira vez, um motor a explosão a um balão cheio de hidrogênio, gás altamente inflamável.

Entre os homens que tinham experiência de aerostação em 1900, somente Santos-Dumont e o Conde de Zeppelin estavam realizando experiências práticas com balões dirigíveis; o Conde de Zeppelin, com um aparelho gigantesco de 117 metros de comprimento e vários homens na tripulação, fez vários vôos experimentais sobre o Lago de Constança, sem sucesso; os vôos com os dirigíveis do Conde de Zeppelin foram abandonados naquela ocasião e só foram retomados anos depois.

Pode-se verificar como o mérito de Santos-Dumont já era reconhecido nos meios aeronáuticos pela seguinte referência publicada no "Le Journal" de Paris, em 21 de setembro de 1900:

"É, indiscutivelmente, ao Sr. Santos-Dumont que cabe a honra

de ter despertado, na França, por sua iniciativa inteligente e obstinada, o movimento aeronáutico. Foi de suas experiências sucessivas com a dirigibilidade dos balões que nasceu o Aero Clube de França, esta jovem Sociedade cujo lema parece ser: "Não existe o impossível".

Santos-Dumont com os seus pequenos balões, projetados, financiados e pilotados por ele próprio, vinha percorrendo, há vários anos, o árduo e arriscado caminho dos pioneiros da navegação aérea.

Antes de conseguir, em 1901, demonstrar irrefutavelmente que tinha, afinal, encontrado a solução para o problema da dirigibilidade dos balões, Santos-Dumont foi vítima de vários acidentes com os seus balões, arriscou a vida inúmeras vezes, trabalhou incansavelmente no seu gabinete e no seu hangar, despendeu elevadas somas do seu dinheiro e dedicou, com obsessão exclusiva, a sua vida ao grande sonho que naquela época, era chamado: "a conquista do ar".

Foi em julho de 1901, vários meses portanto antes da conquista do "Prêmio Deutsch de La Meurthe" (19 de outubro de 1901), que Santos-Dumont conquistou fama mundial; para sermos mais exatos, foi nos dias 12 e 13 de julho de 1901 que Santos-Dumont realizou duas experiências públicas, inclusive contornando a Torre Eiffel com o seu dirigível n.º 5, as quais o consagraram mundialmente.

Com as experiências de Santos-Dumont nos dias 12 e 13 de julho de 1901, o mundo civilizado tomou conhecimento de que o problema da dirigibilidade dos balões estava resolvido; que um passo definitivo para a conquista dos ares tinha sido dado.

Dessas datas em diante todos os trabalhos e experiências de Santos-Dumont passaram a ter uma grande cobertura jornalística, de âmbito internacional.

Essa foi uma das maiores glórias de Santos-Dumont: a invenção de um tipo de balão dirigível que permitiu o homem navegar na atmosfera, orientando o veículo aéreo em qualquer direção, percorrendo um itinerário preestabelecido, subindo e descendo sem largar lastro nem soltar o gás do balão e voltando ao ponto de partida, tudo obedecendo à vontade do aeronauta.

Uma das referências mais inspiradas à glória de Santos-Dumont é encontrada num artigo publicado na época pelo grande propagandista do socialismo, o Deputado francês Jean Jaurès, no jornal "Petite République" do qual ele era o redator, em Paris; Jean Jaurès era sobretudo um intelectual e as experiências de Santos-Dumont o interessaram profundamente; ele disse:

"Outro dia o acaso fez-me presenciar, nos arredores do moinho de Longchamps a feliz tentativa aeronáutica de Santos-Dumont.

É para o homem uma grande e agradável emoção assistir a uma nova vitória do homem sobre as cousas."

"Mas enfim ele dirige-o, fá-lo a seu gosto virar sobre si mesmo em todas as direções e depois lançar-se como uma flecha para um ponto designado. É a primeira vez que no espaço se desenvolve o plano de

um pensamento, que no espaço se traça a linha de uma vontade humana.”

“Agora é o homem que, com sua consciência imperiosa, com seu pensamento claro e dominador, se afirma lá em cima, nas alturas.”

“Tive a comovente sensação disso quando, num relâmpago, depois de ter virado várias vezes sobre si mesmo, para ensaiar a própria potência circuladora, o balão, com uma decisão rápida dirigiu-se, numa linha tensa e direita, para o alvo a que o guiava, com o leme, o pensamento do homem.”

Na primeira quinzena de agosto de 1901, o Presidente da República do Brasil enviou ao Congresso Brasileiro uma mensagem solicitando a aprovação de um crédito destinado a conferir um prêmio de cem contos de réis ao inventor brasileiro Santos-Dumont.

Dentro da Câmara o Deputado Augusto Severo, também pioneiro da navegação aérea, já tinha apresentado um projeto com a mesma finalidade.

O generoso prêmio que, no câmbio da época, correspondia a 275.000 francos, representava um incentivo aos importantes trabalhos que vinham sendo realizados por Santos-Dumont.

Em setembro de 1901, Santos-Dumont continuou as suas experiências, sempre acompanhadas com entusiasmo pela população de Paris; Santos-Dumont passou a utilizar, daí por diante, o seu balão dirigível n.º 6.

Finalmente, em 19 de outubro de 1901, Santos-Dumont atingiu um dos auge da sua glória conquistando o “Prêmio Deutsch de La Meurthe, ao cobrir o itinerário preestabelecido, incluindo a circunavegação da Torre Eiffel, dentro do prazo de trinta minutos.

Em 8 de novembro de 1901 foi pago a Santos-Dumont o “Prêmio Deutsch de La Meurthe” de 100.000 francos que ele distribuiu metade para os pobres de Paris e metade para os operários e para os que os tinham auxiliado nos seus trabalhos com os balões dirigíveis.

A imprensa tinha vulgarizado de tal modo a fisionomia de Santos-Dumont que, quando ele se apresentou no “Banque Credit Lyonnaise” com um cheque nominal, o empregado do “guichet” não teve um momento de hesitação e lhe entregou cem notas de mil francos, sem exigir nenhum documento de identidade (“Le Velo” — Paris — 9 NOV 1901).

No princípio do ano de 1902 Santos-Dumont, único homem no mundo capaz, naquela ocasião, de navegar pelos ares, continuou as suas experiências na Baía de Mônaco, no litoral do Mediterrâneo; no dia 14 de fevereiro teve um acidente com o seu balão dirigível n.º 6, que caiu no mar; ficaram interrompidas, temporariamente, as experiências aeronáuticas de Santos-Dumont e cancelado o seu projeto de travessia aérea até a Ilha de Córsega.

Em 12 de maio de 1902, o inventor brasileiro Augusto Severo, acompanhado do seu mecânico o francês Sachet, realizou em Paris uma

demonstração com o seu balão dirigível "Paz"; ambos faleceram quando, nessa demonstração, o "Paz" incendiou-se e caiu nas ruas de Paris.

Santos-Dumont, no ano de 1903, construiu o seu balão dirigível n.º 9 e retomou, em Paris, a sua posição de pioneiro nas experiências com balões dirigíveis.

Aliás, em dezembro de 1903, os Irmãos Wright tinham já realizado o navio francês "Atlantique" que chegou no Rio de Janeiro na data da Independência do Brasil: 7 de setembro.

As homenagens prestadas a Santos-Dumont, na sua chegada e durante toda a sua permanência no Brasil, constituíram uma verdadeira apoteose; a pátria brasileira, emocionada e vibrante, recebeu o glorioso filho com carinho e entusiasmo.

De regresso a Paris, Santos-Dumont verificou que já não estava sozinho no cenário aeronáutico da França; firmas poderosas, algumas com apoio do governo francês, começaram a construir balões dirigíveis muito maiores do que os de Santos-Dumont; entre essas firmas podem ser citadas: Lebaudy, Astra Française, Clement-Bayard e Zodiac.

No ano de 1904, Santos-Dumont dedicou-se aos estudos, à construção de outros balões dirigíveis e à redação e publicação do seu livro "Dans l'Air", que na edição em língua inglesa chamou-se "Ny Airships" e que na versão em língua portuguesa chamou-se "Os meus balões" (1.ª edição em 1938 e 2.ª edição em 1956).

Em 1905, Santos-Dumont começou a se dedicar ao estudo e às experiências com o seu aparelho mais pesado que o ar, o aeroplano que, mais tarde, seria a solução definitiva do problema da navegação aérea.

Aliás, em dezembro de 1903, os Irmãos Wright tinham já realizado experiências com o seu aeroplano em Kitty Hawk, na Carolina do Norte, nos Estados Unidos da América; o aeroplano dos Irmãos Wright, apesar de representar um grande mérito para os seus construtores, ainda não era uma solução completa de um aparelho mais pesado que o ar, com capacidade para voar; o referido aparelho não podia decolar por seus próprios meios; o motor, construído pelos próprios Irmãos Wright, era excessivamente pesado em relação à potência desenvolvida; na Europa já havia motores muito mais leves e mais apropriados para serem adaptados a um aeroplano; o aeroplano dos Irmãos Wright não tinha rodas nem trem de aterragem e precisava usar do artifício de uma quilha no solo sobre a qual deslizou antes de alçar vôo; durante as experiências, realizadas em 17 de dezembro de 1903 nas dunas do litoral da Carolina do Norte, soprava um vento de 21 milhas por hora, sem o qual o aeroplano não poderia ter decolado; a velocidade de sustentação do aeroplano naquela experiência, foi de 31 milhas por hora, isto é, bastava imprimir ao aeroplano uma velocidade de 10 milhas por hora, para que, com a intensidade do vento reinante, o aeroplano se erguesse do solo, o qual aliás era em declive, a partir do alto das dunas. (vide resumo do livro "One day at Kitty Hawk" de John Evangelist Walsh

publicado no "Reader's Digest" de agosto de 1975 — edição norte-americana).

O fato das experiências dos Irmãos Wright, no dia 17 de dezembro de 1903, terem sido realizadas sem a presença de representantes credenciados das entidades aeronáuticas da época dificultou o reconhecimento oficial do feito dos Irmãos Wright.

Em 1906, a glória de Santos-Dumont atinge, novamente, a um dos seus pontos máximos: ele realizou em Paris, no "Campo de Bagatelle" no "Bois de Boulogne", as experiências consagradoras com o seu aeroplano 14 Bis. Pela primeira vez o homem se elevou nos ares comandando um aparelho mais pesado que o ar, utilizando exclusivamente a potência do seu motor e sem o auxílio de recursos externos. Essa glória imorredoura de Santos-Dumont ficou amplamente comprovada porque as referidas experiências, nos dias 13 de setembro, 23 de outubro e 12 de novembro de 1906, foram realizadas publicamente, foram amplamente noticiadas e fotografadas pela imprensa e porque foram assistidas por uma comissão técnica do "Prêmio Archdeacon".

A experiência de Santos-Dumont, com o aeroplano 14Bis no dia 12 de novembro de 1906, ficou consagrada quando foi inaugurado, em 1910 no "Campo de Bagatelle" em Paris, um marco com os seguintes dizeres:

"Aqui, no dia 12 de novembro de 1906, sob o controle do Aero Clube de França, Santos-Dumont estabeleceu os primeiros recordes de aviação do mundo:

— duração: 21 segundos e 1/5

— distância: 220 metros"

Em 1907, o gênio inventivo de Santos-Dumont produziu um aeroplano maravilhoso para a época, o "Demoiselle", com o qual ele chegou a estabelecer um recorde de velocidade, voando a 95 quilômetros por hora. Com vários modelos do "Demoiselle". Santos-Dumont continuou a voar até o ano de 1910, quando encerrou as suas atividades como piloto de aviões.

Em 23 de julho de 1932 Santos-Dumont faleceu em Guarujá, no Estado de São Paulo, com 59 anos de idade, tendo o Governo Brasileiro decretado luto nacional.

O coração de Santos-Dumont, contido em estojo de ouro, está guardado na Academia da Força Aérea Brasileira, em Pirassununga, onde são formadas as gerações de aviadores militares brasileiros; Santos-Dumont continua tomando parte nas atividades da Aeronáutica Brasileira, como seu inspirador e seu Patrono; em cada avião que parte vai um pouco da sua alma, em cada motor que ronca ressoa um pouco do seu coração.

Para concluir as efemérides aeronáuticas relativas ao período de 1900 a 1910, citamos o primeiro vôo de um aparelho mais pesado

que o ar realizado no Brasil e em toda a América Latina; foi o vôo realizado no dia 17 de janeiro de 1910, em Osasco na cidade de São Paulo, pelo francês Demetrie Sensaud de Lavaud; o aeroplano era um monoplano com 10 metros de envergadura; tanto o aeroplano como o motor de 28 C.V. foram construídos pelo próprio francês Lavaud, auxiliado pelo mecânico brasileiro Lourenço Pellegati; vôo de 103 metros e durou 6 segundos.

OS SANTUÁRIOS DA RUA DAS PEDRAS

Manoel Onofre Jr.
(Sócio Efetivo)

Na rua das Pedras, em Martins, erguem-se dois santuários de valor histórico: a capela do Rosário e o nicho de Nossa Senhora do Livramento, este também importante sob o ponto de vista artístico. Ficam a poucos metros um do outro.

Terminada de construir em 1758, pelo fundador da cidade, Martins Roriz, a capela do Rosário sofreu (o verbo é bem este), na década de 30, segundo informações fidedignas, uma remodelação que a desfigurou totalmente. Apresenta fachada vulgar, incaracterística.

Numa crônica do Mestre Cascudo ("acta diurna"), transcrita em meu livro "Martins — Sua Terra, Sua Gente", há uma descrição minuciosa da fachada da antiga capela, coincidindo, curiosamente, com a frente do nicho de Nossa Senhora do Livramento.

"A Capela do Rosário tem apenas uma porta, cortada longitudinalmente, terminando em leve curvatura. É toda de adobes. Sobre a porta, em relevo, uma concha marinha, o eterno sinal do Barroco. Um friso duplo, em saliência, sustém a cimalha simples e sugestiva em sua pobreza de linhas. Uma peça de enfeite, em tijolo-cru, calado de branco, toma uma forma de ânfora, com três conchas convexas, no cimo e nas extremidades. As tochas, estilizadas rudemente, parecem balaustres, esperando a vinda duma grade invisível. Nada mais natural, instintivo, rudimentar e bonito" (Câmara Cascudo, "A República" — 10/02/1940)

Não é ver o nicho, direitinho?

Concluo que, das duas uma: ou a antiga fachada da capela era

muito parecida com a do nicho, ou, então, houve equívoco de Mestre Cascudo, tomando uma pela outra.

— 0 —

Com referência às origens destes santuários, há um fato interessante: ambos foram construídos em pagamento de **promessas**.

Cascudo (sempre ele, incomparável) registra a lenda em torno da capela: Desapareceu a mulher de Martins Roriz, na mata que circundava a lagoa, hoje chamada do Rosário. Fizeram-se buscas sem êxito. Desesperado, o sertanista fez um voto a Nossa Senhora do Rosário: — se encontrasse a esposa, mandaria construir uma capela em honra daquela santa. Acharam o corpo, já pelos urubus, como reza a tradição oral; e Martins Roriz cumpriu a **promessa**.

Depois, ao redor do pequeno templo, nasceu a povoação do Martins.

— 0 —

A história do “nicho” foi-me contada pela Sra. Maria Francisca de Paiva, muito conhecida em Martins, onde mora, como Maria de Solano, oitenta e cinco anos, perfeitamente lúcida. Sua narrativa teve confirmação de outras fontes dignas de fé. Diz que “foi no tempo da Guerra do Paraguai”. O avô do seu marido, de nome Luiz Ferreira de Melo, criador e agricultor na serra do Martins, apavorou-se com uma ameaça que pairava sobre os seus oito netos: o recrutamento forçado.

Entre parênteses, devemos frisar a maneira brutal, hedionda com que se conseguiam **voluntários** para a Guerra. Diz Adauto da Camara em seu famoso estudo “O Rio Grande do Norte na Guerra do Paraguai” (fls. 29): “Nos sertões ficou por decênios, no sub-consciente das gerações a ominosa lembrança do recrutamento, cujos episódios se assemelhavam ao rapto de negros na África, ou às correrias dos bandeirantes preando índios. Mesmo na Capital e cidades próximas não era menor o complexo do medo coletivo, quando se falava em recrutar”.

Pois bem, voltando à nossa história: Ferreira de Melo escondeu os seus netos, muito bem escondidos, em sua fazenda Umari, no sertão, a poucas léguas da serra. E fez uma **promessa** a Nossa Senhora do Livramento: se eles escapassem ao recrutamento, mandaria construir um santuário sob invocação da santa. Ao término da Guerra, com certeza, fez erigir o nicho, cumprindo o voto. E o “nicho” ainda lá está, com uma graça toda especial em suas linhas intocadas”.

HA 50 ANOS, COM OS MARISTAS EM NATAL

Tarcísio Medeiros
(Sócio Efetivo)

Aquela noite festiva do cinquentenário Marista em Natal, foi para mim um momento pleno, um instante de recordações. No Teatro “Alberto Maranhão”, então “Carlos Gomes”, no mesmo local, na mesma ribalta iluminada, no dia 23 de novembro de 1935, — estávamos nós, concluintes da 2a. turma do Colégio “Santo Antônio” — Marista, recebendo nossos diplomas e apresentando nossas despedidas entre si e aos mestres, quando, pelas 20,30, irrompeu a revolução comunista que acabou, bruscamente, as nossas manifestações entre o pânico, o medo e as lágrimas causados pelo fragor dos disparos da baderna das ruas, que chegou até nós ameaçando as vidas das autoridades constituídas e das famílias presentes.

A partir de então, aqueles 18 jovens concluintes do curso secundário ou de humanidades, e 8 outros do curso comercial ou de peritos contadores, tomaram caminhos diferentes para seguirem as profissões escolhidas, para continuarem a vida longe dos professores, irmãos maristas, que, por 6 longos anos, haviam dirigido suas personalidades, transmitindo-lhes saber, moldando-lhes o caracter dentro dos princípios da religião cristã.

Todavia, assim como aqueles poucos da 1a. Turma concluinte de 1934 (apenas 13), eles também, naquele momento, representavam as primeiras testemunhas da história educacional do Estado que presenciaram a reabertura do antigo Colégio Diocesano “Santo Antonio, — fundado em 1903 e desativado há anos, — a cargo da Congregação dos Irmãos Maristas trazida pela iniciativa de D. Marcolino Dantas, Bispo de Natal, desde o ano anterior de 1929, e que, então, voltara a funcionar, desde fevereiro de 1930.

Entre eles, fundadores de 30, meninos de 10 aos 13 anos, e concluintes de 35, jovens de 15 aos 18 anos, estive presente do primeiro ao último momento. Daí porque, nesta efeméride de meio século dos Irmãos Maristas na vida sócio-cultural do Estado, atesto e dou fé do seu pioneirismo na eficácia da didática aplicada ao método do “Gui

des Ecôle"; da rígida disciplina e do respeito recíproco entre mestres e alunos, a par da instrução religiosa que sempre souberam imprimir aos seus tutelados, de molde a que, desde logo, ganharam a primazia na formação da juventude potiguar, em confronto com outras instituições tradicionais do Estado.

Dos momentos de uma longa vivência marcada por instantes inesquecíveis, por mim e em nome deles, agora é preciso recordar para fazer presente às gerações de hoje, o que foi o passado, tocando em fatos para reconstituir a história do início da vida da Congregação Marista em Natal, há 50 anos.

A rua tem o nome da igreja: Santo Antônio. A igreja, estilo barroco jesuítico, foi concluída em agosto de 1766, e sua torre, — redonda e encimada de azulejos reluzentes, — tem no topo o galo — heráldico de bronze, doado pelo então Capitão Mor, governador da Capitania portuguesa, Caetano da Silva Sanches. No cimo da porta está a data de sua conclusão: — 1799. É a terceira igreja mais velha da cidade do Natal. Ao lado, — de quem desce a rua para o sul em demanda do Alecrim, — anexo, estava o prédio do Colégio com oito janelas abertas para o nascente; a porta de entrada e o primeiro andar, tudo construído um século depois. No interior, salas enormes para aulas, refeitórios, enfermaria, cozinha e corredores com passagens em arcos envolventes, pátios internos e externos com grandes alpendres e terreno amplo para recreio. Parte superior envolvendo a sacristia da própria igreja, servindo de dormitórios aos irmãos, para menores e maiores. Era um todo de alvenária rústica destruída após a posse pelos capuchinhos, que construíram e inauguraram outro em 1947, parecido com o antigo do meu tempo.

Foi aí que teve início a primeira atividade da Congregação Marista em Natal, com editais de matrícula, em janeiro de 1930. Em fevereiro foram feitos os primeiros exames de seleção, de molde a que, naquele ano, uns poucos ficassem no primeiro ano do curso seriado (ginasial), e os demais formar as classes do curso primário: — 4a. série (admissão), 3a., 2a., 1a.. Por último o curso infantil.

E março, para início das aulas, pela primeira vez, como aconteceria sempre, ao término delas, estava na entrada a figura do Ir. José Vey, baixo, forte, vermelho, de exageradas sobrancelhas negras, o primeiro diretor, a nos vigiar. Enérgico, compreensivo e humano, nos deixou a todos a lembrança de sua ditadura moral que impôs em benefício da ordem interna e do melhor aproveitamento escolar dos alunos. Francês de nascimento e brasileiro de coração, de sotaque carregado, foi também professor de matemática, sobretudo de álgebra, de inglês, com pronúncia londrina onde viveu muitos anos. Aqui faleceu em 1936, antes de ver iniciada a construção do novo Colégio, cujo terreno fizera comprar.

Ao toque do sino do pátio, pelas 8 horas, as turmas de 1930 formaram nos lugares pré-estabelecidos e silenciaram ao apito do Ir.

Manuel, o encarregado da disciplina além de professor dos poucos alunos do 1.º ano seriado. Depois, seguimos, como assim seguiríamos sempre, em coluna por dois, de braços cruzados, para as classes onde, antes de qualquer atividade, rezávamos o — “A vossa proteção recorro à vós, santa mãe de Deus”...

Na direção do 4.º ano primário, ou curso de admissão, a que pertencia, estava o Irmão João auxiliado pelo Irmão Joaquim, que era francês, para uma turma de 30 alunos, dos quais somente 18 concluiriam em 1935. No 3.º ano, a figura pequenina do Irmão Luís Venceslau pontificava com sua enorme simpatia. Depois o Irmão Antonio e outros dois cujos nomes a memória não lembra, e mais aquele francês enorme, moreno, narigudo, herói de guerra e alma de menino, o Irmão Antônio, diretor da cozinha e copa, dispensa e adega de vinhos e da cerveja amarga, guardião do terreno da Deodoro, com suas vacas, porcos e galinhas.

Desta forma, foram eles que deram início a arrancada educacional Marista entre nós, com nós outros meninos seus alunos, abismados ante a novidade da disciplina, o impacto didático e, sobretudo, espantados de suas batinas pretas ajustadas na cintura por cordões com bolotas negras, o “rabat” branco no colarinho, parecendo padres, mas que eram professores chamados irmãos, e que só falavam francês entre eles.

Alguns meses depois, chegavam: — Irmão Amadeu, Irmão Ricardo Amadeu, português de boa cêpa, musicista, executor do órgão da igreja, professor de física e química, que desde logo conquistou a amizade dos alunos e da própria comunidade; e o Irmão Feliciano Faiole, francês, baixo, vermelho e gordo, fãhoso e simpático, o diplomata e conselheiro de todos nós, pau pra toda obra no ensino das disciplinas. Dois anos passados, estavam no Colégio os Irmãos Ambrósio e Flávio. O primeiro seria nosso professor de Literatura e Latim, o segundo de História, apenas no 5.º ano. Ambos brasileiros. Ambrosio, alto, magro, exigente, transmitia com facilidade mediante motivação, foi “o nosso Deus nos acuda” na ordem direta e tradução de Cicero, Virgilio e Horácio, ou nas composições literárias. O outro, Flávio, calmo, distante, sem permitir aproximações, explicou história contemporânea no último ano e foi padrinho da turma de 1934. Os dois, após 1936, foram Diretores do Santo Antonio.

Por fim, o Irmão Estevão, que fez da matemática e dos seus alunos o seu mundo, com o sentido de ensiná-la sem pavor, fazendo de alguns deles expoentes da magistratura brasileira. O Padre Monte, nosso Capelão, misto de sábio e santo, curador de almas, enquanto o Dr. Ricardo Barreto era o médico do Colégio, curador das mazelas do físico da rapaziada.

Com o fluir dos meses, todos foram se adaptando ao regime. Logo mais tudo tornou-se rotina. As 8 horas, já estávamos em fila para as aulas, que ao final de 50 minutos nos permitia um recreio de 10 mi-

nutos para folgança no pátio maior, sobretudo para o jogo de bola de gude, cujas bolas compravamos na Livraria do Colégio, também cheia de livros de F.T.D., autor adotado em todos os curriculos, porque eram escassos nas Livrarias de Natal.

Pelas 11 ou 11,30, o primeiro turno terminava. O segundo iniciava pelas 13 horas, até 15,30 ou 16 horas, exceto aos sábados quando havia aulas, apenas, pela manhã.

Em certos dias da semana fazíamos física, ginástica, ao comando de um sargento do exército (Moraes, depois Coutinho), mais tarde instrutores, para os maiores de 17 anos, da Escola de Instrução Militar n. 127.

Os fins de semanas, domingos, feriados e dias santos, eram os favoritos para o basquete, voleiból e sobretudo o futebol em campos preparados no sitio ou terreno da Deodoro, onde seria construido o novo Colégio. Delicia de muitos, especialmente dos internos que, além da prática dos desportos, ainda se regalavam com as frutas de todos os paladares ali existentes.

Contudo, as normas disciplinares restringiam essas formas de lazer. Todo aquele que tirava nota ruim em comportamento ou aproveitamento, não podia participar desses divertimentos, e mais, de conformidade com a contravenção havia uma pena imposta: — desde o castigo de horas em pé, de braços cruzados, perfilado, cheirando a coluna de um dos alpendres do Colégio; estudo de banca, depois das aulas com os vigiados e internos; repetição, em lauda de papel almaço, de uma frase moralista; suspensão... raramente uma expulsão. Quando interno, pagavam outras: — como impedimento de sair aos domingos para o cinema, ou para visitar parentes, e de participar daquelas recreações desportivas.

E por falar da vivencia desportiva, lembro que bem cedo o Colégio foi campeão de futebol inter-colegial, vencendo, seguidamente, em 1934, o grande favorito da cidade, o "Morte Fútbol Clube", do Atheneu Norte-Riograndense; o Colégio Pedro II, da Ribeira; o da Escola de Aprendizizes Artifices, hoje Escola Técnica Federal; e o da Escola de Comércio de Natal. Para isto não se diga que a coisa foi fácil ao Ir. Luís Venceslau, o encarregado do time, porque nas competições, sobretudo com o Atheneu, as torcidas envolviam-se em tremendas pancadarias.

O ensino, de um modo geral, era pesado pelo método ensinado, porque além de nos exigirem muitas disciplinas em longa carga horária, nos atropelavam, todos os dias, com muitos deveres escritos para serem preparados em casa, ou para estudar com as bancas dos vigiados, sem consideração ao nosso sossêgo noturno.

Além desses afazeres, o aluno marista, obrigatoriamente, na primeira aula da tarde, recebia aula de catecismo nos primeiros anos. Depois, doutrina cristão nos restantes. Aos sábados, a aula de religião era de Catecismo de N. Senhora. Todos os domingos, tinha de

comparecer à missa devidamente fardado, e era obrigado a cumprir os preceitos religiosos: comunhão pascal, o terço do mês de maio, etc. O terço de maio era tirado nas classes, quase sempre, ou, com todas as séries na igreja ao final da aula das 11, quando todo mundo estava com fome. Dai a pressa de como era rezado, o que determinava, mais das vezes, voltar a ser repetido, um ou dois mistérios, como castigo.

A partir do momento em que passamos a usar farda, o aluno marista tornou-se algo da curiosidade popular, por não ter sido usada costumeiramente por outros estabelecimentos de ensino.

A farda era de brim caqui, ao feitio militar: botina preta, culote com pernas também pretas, túnica de sete botões negros e fechada no pescoço, em cuja gola estavam as iniciais S. A. (Santo Antônio). Cobertura de quepe caqui, tendo sobre a pala o emblema Marista do A. M. entrelaçado de duas palmas. Também usava-se um largo cinturão ou talabar preto, desbranhado em branco, mais apropriado para a farda branca. Esta, para as grandes datas religiosas e cívicas, tinha passadeiras azul-marinho com divisas douradas: — uma, primeiro ano, duas, segundo ano, etc., e quando acompanhadas de uma estrela, significava pertencer ao Curso Seriado. Completava este fardamento, calça branca, sapatos pretos, quepe branco cintado de azul, o mesmo escudo. Nos desfiles pelas ruas de Natal, os alunos maristas, pelo seu garbo e fulgor de suas fardas, sempre mereceram os calorosos aplausos da população natalense, com suas fanfarras, tambores, flâmulas e bandeiras.

Ao final daquelas festividades, antes do batalhão escolar ser posto ora de forma, perfilado em frente a sua sede, vis a vis ao Bispaço, cantava o hino do Colégio Santo Antonio, música e letra de D. Marcolino Dantas, que sempre estava à janela para presenciar:—

— O Colégio Santo Antonio, quer o bem da mocidade,
Quer abrir nos horizontes, a conquista da verdade.
Quer gravar-lhe dentro d'alma, para nunca se apagar,
“Deus e Pátria” o grande lema, que o Brasil há de adotar

A música, guardo de memória. Os versos restante? Não sei mais. Outros hábitos arraigados ao calendário anual de atividades do Colégio de então, dois sempre foram indispensáveis.

O primeiro: — o carinho, desvelo, com que os irmãos, pacientemente, preparavam as crianças, e até adultos vindos do interior, para a primeira comunhão, que, geralmente, constituía uma festa inusitada de iniciação católica.

O segundo: — de aspecto didático, mais precisamente. Em um dia de cada mês, havia reunião de todos os alunos, no maior salão do colégio, para leitura das notas de comportamento e aproveitamento, quando, então, os melhores colocados, eram premiados com bombons (confeitos), chocolates, estampas e medalhinhas de santos; e os insufi-

cientes e os máus comportados, ante os olhares de todos, de pé, tinham de ouvir suas notas na palavra arrastada do Ir. José Vey: — “zerro, zerro, zerro, etc. . .

Outro aspecto da instrução ministrada que não pode ser olvidado, diz respeito o incentivo à música, ao canto, à representação teatral, ao gosto pela literatura, como fatores de formação cultural. Disto resultaram várias iniciativas, como: o cuidado na escolha de boas vozes para constituição do coral da igreja e do orfeão marista; organização de uma orquestra, com piano, violino, clarinete, flautas, bateria, violão e outros instrumentos de corda; um grupo para representações teatrais, que já funcionava no final de 35; e a fundação de um grêmio literário, chamado “Afonso Bezerra”, ocorrida em 21 de julho de 1935, cujo primeiro presidente foi o colega Antonio Toscano Cavalcanti, que encampou as tertulias literárias e momentos cívicos nas datas históricas.

Tudo isto, assim, constituiu a educação recebida dos Maristas, desde aquele ano de 1930, até recentemente quando a forma mudou radicalmente.

De todos nós daquela geração primeira, muitos dos quais já faleceram, só tenho notícias, como uma prestação de contas em nome deles, que os metodos de então deram frutos, êxitos evidentes em todas as profissões: médico, advogado, engenheiro, professor, militar. . . até príncipes da igreja, senão em outras mais modestas, de que souberam guardar, senão a instrução primorosa que nos transmitiram, pelo menos a educação que nos marcaram como fieis a Deus, à pátria e à família, como os versos do hino do Colégio Santo Antonio, do nosso hino que ufanos nós cantávamos.

Natal, agosto de 1980.

PESQUISA, FATO HISTÓRICO E DOCUMENTO

João Wilson Mendes Melo
(Sócio Efetivo)

Sendo o homem o objeto da história, para colhê-lo no passado temos que analisar os fatos em que ele está envolvido. Apenas essa análise se distingue da análise das coisas materiais nos laboratórios, pois enquanto nesta se procura algo sobre uma porção de material, na análise histórica, pelo sinal da presença do homem, se procura exatamente tudo que o envolve o fato, ato ou acontecimento desencadeado por ele, por ele vivido e ainda por ele mesmo acompanhado em suas consequências no futuro.

Então, é pela impossibilidade e desnecessidade de colher o homem isolado, como peça que vai ao microscópio sobre a lâmina, que o observamos inserido em algum fato ou incrustado nas instituições.

Os fatos são fenômenos científicos. O acontecimento ou fato-acontecimento é o fato histórico. Não são particularmente duradouros, mas transitórios. Deixam, porém, resíduos permanentes, germens de outros acontecimentos ou bases de instituições. As instituições e os costumes são elementos permanentes do passado coletivo do homem.

Ainda devemos distinguir entre acontecimentos, marcado no tempo limitado e no espaço restrito, e fato, distinguido por sua duração maior. Fato é, assim, mais do que acontecimento. Ele provém de ressonâncias do passado e deve ecoar no futuro. Seu valor é medido, exatamente, por essas consequências.

O adjetivo "histórico" será acrescido ao fato se as consequências forem sensíveis ao homem que está, pois, engajado num encadeamento. Como faz notar Adam Sehafl, "por outro lado certos processos, nos quais se manifestam regularidades determinadas, podem ser também fatos históricos", como ainda "certas instituições e o seu papel na vida social", "tal como o são os produtos materializados de certos acontecimentos e processos (constituições, leis) ou ainda os produtos da cultura material e espiritual (monumentos, túmulos, ferramentas, utensílios, livros, obras de arte, etc.)".

Tem o fato histórico um elemento ideal que é o móvel intelec-

tual que lhe deu vida, que é por assim dizer o seu espírito. Esse espírito, então, tem ressonâncias do passado e ecos no futuro muito mais profundos e sensíveis, de mais fácil identificação e de mais precisa mensuração.

A análise dos fatos pode revelar a existência, na sua composição ainda, de elementos únicos, elementos de repetição e elementos de sucessão. Isso indica que ele pode ter novidades, originalidades, contribuições novas para a construção em que o homem labora do início ao fim de sua existência, em todos os aspectos de sua atividade; que ele pode ter características de muitos outros fatos que são quase constantes junto aos homens; e que podem ter aspectos que são eles do entrosamento que lhe dá valor ou importância.

Na apreciação da importância dos fatos, o pensamento histórico, a concepção do interpretador é sempre decisiva. E ainda, mudam os fatos de importância, conforme o tempo do qual é apreciado. E. H. Carr recomendava: "Ver o passado com os olhos do presente". Tem ainda algum valor no sentimento dessa apreciação, a opinião de Benedetto Croce de que "toda História é História contemporânea".

De qualquer forma, o acontecimento ocorreu, ficou no passado e deixou memória: o fato aconteceu, deixou marcas ou cicatrizes, repercussões, consequências; e a instituição, através um ato, cristalizou um costume.

Todas essas apreciações em torno do que se pode designar num único nome — o fato histórico, ocorrerão quando ele, o fato, for identificado, for julgado autêntico e quando escoimado de todos os visgos e poeiras que o tempo, as vias de comunicação e as versões acrescentaram.

Essa tarefa, no entanto, é da pesquisa, é do trabalho aperfeiçoado que começou com aqueles antiquários, aqueles colecionadores, aqueles curiosos pertinazes que tiveram tempo de demorar tanto sobre os indícios e as provas do passado. Através de documentos, surgirá o fato, a revelação do que aconteceu no passado. O fato histórico desperta curiosidades de dois sentidos, conforme se trate do simples leitor ou do historiador. Como observa Charles Morazé "não é a linha reta do progresso que o leitor busca na narração dos fatos memoráveis, mas, de preferência, o "suspense" entre o medo e a audácia, o empenhamento e o fracasso, algo desse balanceio de possessões contrárias que eleva os participantes do encantamento". A distância e à altura, os contornos e interrupções, na maioria das vezes desaparecem.

Se o documento é, pois, o objeto material da pesquisa, o fato é o objeto intelectual conforme resulta bem claro da exposição de Jean Glénisson. Este é o que interessa ao historiador que é um pensador sobre o passado dos homens. Ele, o historiador ou o filósofo, vai ou manda ir à frente, com interesse na água que brotará para aplacar sua sede de conhecimento.

O trabalho seria, então, o seguinte, na palavra de H. I. Marrou:

“O historiador começa por levantar uma questão. Depois constitui um processo de documentos e aferentes, a cada um dos quais se atribui a sua nota de credibilidade pela análise preliminar”. Passa-se, ainda na expressão do mesmo autor “do documento ao passado”, pois, “não estudamos o documento em si mesmo, mas para através dele atingirmos o passado”.

O objeto maior da pesquisa para um conhecimento verdadeiro, é o fato, o fato histórico. O fato está no documento. O homem está no fato histórico que dependeu dos seus antepassados ou de fatos passados e que também terá relações de dependência com os homens do futuro.

Todos os fatos, encadeados, reconstroem a evolução do homem, o aperfeiçoamento dos seus instrumentos e de suas instituições. Para captá-los, vidas inteiras foram dedicadas na fase intensa da erudição e hoje, ainda, se dedicam horas a fio, missões inteiras e permanentes.

Sobre eles meditam, concluem historiadores e filósofos, para saberem como se processaram e que sentido têm nesse longo episódio de seres racionais, num mundo tão grande e tão complexo do qual, talvez, toda a História seja um único fato, incluído, provavelmente, entre os mais simples.

Um marco para nós de imenso valor na vida da História é aquele em que ela assume um caráter científico, no século XIX. Leopoldo Ranke é o seu principal artifice. Ele diz no prefácio de sua História Universal: “A história só começa onde os monumentos se tornam inteligíveis e onde existem documentos dignos de fé”.

Recordamos ainda que desde os primórdios do movimento de erudição, o documento tem sido o objeto de todo estudo sério. Nasceram aí várias ciências com a finalidade de pesquisar, de analisar em todos os seus aspectos e minúcias os documentos que pudessem trazer luz sobre acontecimentos passados e, em seguida, mais especificamente sobre os propósitos mesmos da História.

Durante séculos, podemos dizer, tudo gravitou em torno de documentos. Somente eles poderiam tirar os estudiosos do emaranhado imenso de lendas e falsificações que deturpavam o pensamento, o saber e as conclusões sobre tudo aquilo que não pertencesse ao presente, que não fosse do conhecimento imediato.

A História Científica ou Genética se assenta sobre essa fonte de verdade que seria o documento, escoimado de toda dúvida para cuja tarefa já se dispunha de uma consolidação de regras componentes das várias ciências ou disciplinas auxiliares.

A pesquisa científica e sistemática que se desenvolve de então aos nossos dias, para o objetivo intelectual de dispor dos fatos históricos, tem como objeto material os documentos que são, na definição de Langlois e Seignobos, “os traços deixados pelos pensamentos e pelas ações dos homens”. Marc Bloch, sobre a importância dos documentos acrescenta que “... longe de terem apenas o alcance de exercícios

de técnicos, dizem respeito em si mesmos ao mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra posto em jogo, assim, nada mais é do que a passagem da lembrança através das gerações". Definição também lúcida e concisa nos parece ser a que está no próprio significado da palavra grega *docere* que lhe dá origem e que significa "uma coisa capaz de ensinar, capaz de dar informações".

A observação sobre o que se afirmou do passado histórico do homem e o que se tem retificado, as contestações e as correntes conseqüentes de opiniões sobre a veracidade ou não dos fatos, fornece-nos uma conclusão preliminar: se são falhos os ensinamentos dos documentos materiais, às vezes contraditórios, quanto mais os provenientes dos documentos imateriais ou orais, sujeitos às versões de cada indivíduo e de cada geração que o transmite.

O testemunho, voluntário ou involuntário, tem toda a precariedade e vulnerabilidade que se conhece tão correntemente na vida prática e tão veemente no exercício da atividade judiciária. O involuntário, sem propósito ou pretensão, pela falta de interesse está sempre sujeito ao esquecimento, ao malentendido e à confusão. O voluntário, possuindo certamente uma pretensão visível ou secreta, poderá ser tendencioso, dirigindo propositadamente as conclusões em determinada direção.

A interferência política nos testemunhos materiais ou imateriais é a mais susceptível de adulteração da verdade, porque foi assim no passado e não temos indícios de mudanças no presente. O sistema dominante, por esses meios, faz suas memórias e é claro que as intenções ou as conveniências mais aceitas e recomendáveis são mais gravadas para perpetuação mais propriamente das boas realizações e nunca das más realizações.

Tudo contribui, afinal, para a dúvida sobre a eficácia dos documentos.

Por isso, há necessidade da crítica externa e interna.

É, em última análise, a prova do que se alegou ou alega.

Sobre esse objeto material da pesquisa — o documento — séries de investigações serão feitas, exaustivas mesmo, tão minuciosas e exigentes como das ciências auxiliares, pesquisa e crítica, externa e internamente, seja qual for sua natureza. Documentos que registram aspectos da vida nas sociedades: atas, crônicas, leis, inventários, testamentos, diplomas, correspondência oficial, relatórios, anuários, anais, etc. Documentos que registram a atividade literária e artística: comédia, tragédia, representações simples do folclore, poesia erudita e popular, cartas e epístolas, diários particulares e de instituições, memórias, jornais, revistas, retratos, pinturas, etc. Documentos que registram mais especificamente a vida política e econômica: moedas com as suas inscrições, selos, monumentos, contratos de compra e venda, contratos de serviço, de cessão ou aluguel, mapas e plantas.

Considere-se também todo objeto que esclarece sobre a vida passada em geral, como restos humanos, ruínas de edifícios, pedaços de utensílios, os túmulos e os seus tesouros e relíquias.

Coisas imateriais como as tradições orais, os costumes e expressões linguísticas podem ser documentos de grande valor histórico. Até as anedotas e os boatos.

Munido de documentos, de provas, é que o historiador poderá corresponder à afirmação de Cícero, dita em forma de interrogação: "quem não sabe que a primeira coisa a exigir-se do historiador é que ele não tenha a coragem de mentir e que, ao contrário, tenha a coragem de falar sempre a verdade?"

Esse material que é escudo e arma, somente se encontrará através da pesquisa sobre toda espécie de documentos, ou seja, de coisas que possam esclarecer sobre o passado, com autenticidade e verdade.

CONSIDERAÇÕES SOBRE “O IDEÁRIO DA REVOLUÇÃO DE 30”

João Batista Pinheiro Cabral
(Sócio Correspondente)

A data de 24 de outubro de 1930 é um verdadeiro divisor d'águas na história de nosso país. Nesse dia, o tipo governo republicano que havia sido implantado no Brasil há quarenta e um anos, em novembro de 1889, e que ficara conhecido na história pelo nome de “República Velha” ou “Primeira República”, veio abaixo. Essa Revolução de 1930, que está indissociavelmente ligada à figura de Getúlio Dorneles Vargas, aos tenentes e aos políticos liberais, foi também o marco inicial de uma série de mudanças que a sociedade brasileira iria experimentar nas décadas seguintes. Em 1930, o Brasil estava maduro e pronto para alterações em suas lideranças políticas. A nação brasileira vinha dando, desde 1916, até mesmo antes, inequívocos sinais de que estava cansada das lideranças oligárquicas que a dirigiam. Por toda parte viam-se sinais cardinais de insatisfação com as oligarquias nos níveis Municipal, Estadual e Federal. Percebia-se ainda uma profunda insatisfação com a incapacidade do governo central em corrigir os males de uma economia agrícola baseada em um único produto o café e voltada excessivamente para exportação.

Nesse sistema oligárquico, semi-patriarcal e coronelístico que a “República Velha” herdou do Império, emergiram dois Estados principais: São Paulo e Minas Gerais. Esses Estados, como todos sabemos, dominaram, por várias décadas, a política nacional alternando-se no poder, praticando a famosa política do “café com leite”. Essa paulatina alternância no poder acabou gerando uma fricção entre a dupla São Paulo/Minas Gerais e outros Estados, especialmente com o terceiro Estado então em importância econômica e política no Brasil, o Rio Grande do Sul. Esses Estados descontentes estavam particularmente exasperados e irritados com a falta de participação mais efetiva nos desti-

nos políticos do país. Mas, não esqueçamos que havia, também, uma enorme insatisfação das populações urbanas (fenômeno novo, então) com o sistema político em vigor baseado nas oligarquias a que nos referimos há pouco, e que sentiam-se sistematicamente excluídos tanto da participação política como das benesses do Estado.

As populações urbanas, segmentos da nação que foram sempre negligenciados durante todo o período da "República Velha", tornaram-se cada vez mais agitadas na década de 20. Nas Forças Armadas havia grupos de oficiais jovens que ardentemente desejavam mudanças através de reformas profundas na sociedade brasileira. O País, vivia, pois, uma situação de instabilidade, um clima revolucionário. As possibilidades de um movimento militar tornar-se vitorioso começaram a crescer. A revolta dos "Dezoito do Forte de Copacabana", dos Cadetes de Realengo, dos Tenentes em 22 e 24 foram movimentos que progressivamente se fortaleceram. Se em 1922 os tenentes não foram muito longe nos seus esforços revolucionários, não devemos nos esquecer que em 1924 São Paulo foi dominada e mantida nas mãos dos revoltados por quase um mês.

Foi justamente nessa situação de instabilidade que o Presidente Washington Luís Pereira de Sousa tomou a politicamente temerária decisão de escolher como seu sucessor na presidência outro paulista, o Dr. Júlio Prestes. Essa resolução de Washington Luís evidentemente não agradou aos mineiros, que esperavam dentro das normas do acordo de cavalheiros do "café com leite" ocupar a presidência em 1930. Insatisfeitos com a política do Presidente Washington Luís, Minas Gerais e Paraíba resolveram, através de suas lideranças políticas, apoiar o candidato opositor, o Dr. Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul. Essa aliança ou coligação política formada por Minas, Paraíba e Rio Grande do Sul tornou-se conhecida pelo nome de Aliança Liberal e atraiu para si as simpatias das elites insatisfeitas e de todos os elementos descontentes e desejosos de reformas, não só nesses três Estados, mas em todo o País.

A campanha política foi agitadíssima e quando, em março de 1930, foi anunciado que o Dr. Júlio Prestes fora vencedor das "eleições" presidenciais, os correligionários de Getúlio Vargas imediatamente denunciaram o pleito como fraudulento e intensificaram os esforços revolucionários, que foram gradativamente se avolumando em todo território nacional, visando a deposição de Washington Luís, e impedir a posse de seu candidato "eleito". O grupo de políticos que vinha apoiando Vargas na sua luta contra o sistema simbolizado na pessoa de Washington Luís, e que era composto de políticos liberais Mineiros, Gaúchos e Nortista redobrou os seus esforços na pregação revolucionária. Essa pregação política encontrou grande ressonância nos centros urbanos, cujas populações se dedicavam à indústria, ao comércio, ao serviço público e a outras funções, que sentiam-se alijadas da vida po-

lítica nacional, e impossibilitadas de influenciar nas decisões que pudessem beneficiá-los, isto é, nas decisões que resultassem na sua inclusão entre aqueles que recebiam as benesses do Estado.

O que foi dito acima sugere que foi a combinação das energias e do descontentamento dos "Tenentes", que desejavam a moralização da coisa pública, dos políticos liberais, excluídos do sistema pelo predomínio das oligarquias coronelísticas e patriarcais da República Velha, e mais as aspirações políticas das classes urbanas, que haviam surgido e se fortalecido em decorrência do processo de industrialização, que criaram as condições para a futura ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Em meio a esse clima de ansiedade e incerteza política, um fato grave veio aumentar ainda mais as tensões existentes. Foi assassinado a 26 de julho de 1930, no Recife, o líder da Aliança Liberal na Paraíba, companheiro eleitoral de Getúlio Vargas, o Dr. João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque...

Washington Luís foi deposto a 24 de outubro, e a três de novembro de 1930 Getúlio Vargas assume a chefia do Governo, na qual permaneceria pelos próximos quinze anos. Termina assim a Primeira República, a "República Velha", e o Brasil entra num período de transformações sociais, políticas e econômicas, decorrentes da nova mentalidade de governo.

Getúlio Dorneles Vargas foi o líder que apoiado pelos vários grupos já mencionados introduziu mudanças em vários aspectos da vida deste país. Pode-se dizer que, de muitas maneiras, o país se transformou nos quinze anos imediatamente posteriores a 1930, nos quais Vargas e seus colaboradores dominaram o Brasil. Essa transformação não foi conseguida com facilidade. Mas, apesar dos complexos problemas resultantes do deslocamento pelo menos parcial, das tradicionais forças políticas, econômicas e sociais as inovações introduzidas, em grande parte, vieram para ficar. Atendendo principalmente aos anseios reformistas dos setores urbanos fortalecidos grandemente no período de industrialização, ocorrido entre as duas guerras mundiais (período de substituição de importações) e que foram reforçados pelo clamor dos intelectuais (Semana de Arte Moderna de 22), bem como dos militares mais jovens (os tenentes e capitães), Vargas lançou um programa de reformas sociais visando estender as benesses do Estado a segmentos da população brasileira que tinham até então sido sistematicamente excluídos.

Uma Revolução que foi assim realizada, não poderia deixar de ter um "ideário" que fosse uma combinação do pensamento e das idéias dos grupos que a tornaram possível, isto é, os Tenentes, os políticos liberais, e as populações urbanas, e mais as convicções pessoais de Getúlio Vargas, seu líder. Essa combinação já é visível no programa da Aliança Liberal, que incluía a anistia aos participantes das revoltas tenentistas de 22 a 24; defendia o voto secreto; a moralização das

finanças e da administração pública; a melhoria do sistema educacional e da saúde pública; a proteção aos trabalhadores urbanos; a melhoria do sistema nacional de transportes; o severo controle e fiscalização das finanças públicas; reformas do sistema tributário; proteção da indústria nacional, com a diminuição das importações, para se conseguir um equilíbrio na balança de pagamentos; o re-equipamento das Forças Armadas; e estabelecimento de projetos, inclusive de irrigação, para o desenvolvimento do Nordeste.

Uma vez instalados no poder, porém, os revolucionários não conseguiram produzir e manter intacto um ideário unificado para a Revolução. Há indícios não tênues de que não havia ideário rígido, universalmente aceito por todos os segmentos revolucionários. Sabiam o que não queriam, mas não sabiam exatamente o que queriam. Algumas das dificuldades enfrentadas pelo Governo revolucionário nos seus dois primeiros anos, especialmente, mas não só, em São Paulo, parecem resultar da falta de uma clara orientação político-ideológica-programática do Governo. O próprio Osvaldo Aranha chegou a fazer uma declaração, transcrita por Hélio Silva, no seu livro, 1931: *Os Tenentes no Poder* (p. 56), na qual afirmava o seguinte:

“Não tenho, pessoalmente, programa algum. O meu programa é o da Revolução. Aqui estou como delegado do povo. Não farei nada contra este e obedecerei aos seus ditames. Até aqui o povo obedecia aos programas dos governos; agora é o governo que vai obedecer ao povo. O povo quer o programa da Revolução e isto é o que nos compete fazer. O programa da Revolução é moralizar e poupar, sob o ponto de vista administrativo. Hei de cumprí-lo. Serei inflexível contra tudo que for supérfluo e acabaremos com os esbanjamentos”.

Desta declaração percebe-se que Aranha, um dos principais organizadores da Revolução, se esquivava de dar uma resposta objetiva ao entrevistador por não saber — ou não poder — imprimir rumos ideológicos ao Governo. Vargas, plenamente consciente de que havia falta de unidade no ideário das forças componentes da Revolução, preferiu agir como catalizador das semelhanças e neutralizador das diferenças existentes, sem com isso deixar de injetar sempre suas próprias convicções nas decisões que tinha de fazer como Chefe do Governo.

Se quisermos ter uma noção do ideário do importante segmento “tenentista”, nos primeiros anos da Revolução, devemos dar uma olhada no “Esboço do Programa Revolucionário para a Reconstrução Política e Social do Brasil”, que foi publicado pelo “Clube 3 de outubro”, amplamente reproduzido pelos principais jornais do País, e que foi lançado em meados de fevereiro de 1932. Esse Programa defendia, em linhas gerais, um regime presidencialista forte e um corpo legisla-

tivo eleito indiretamente. Analizava um grande número de idéias, ideologias e constituições européias, difíceis de serem sintetizadas, que, em geral, visavam o fortalecimento do Estado, atribuindo-lhe, inclusive, poderes para dirigir a vida econômica como forma eficiente visando induzir a modernização da economia e da sociedade brasileira. Esse programa continha também fortes indícios do anseio tenentista por um nacionalismo nativista; considerava a racionalização e a centralização econômica como sendo indispensáveis ao Brasil. Procurava também o "Programa de Reconstrução" harmonizar os fatores de produção para que nem os capitalistas e empregadores (patrões) nem os trabalhadores e operários tivessem preponderância e domínio, uns sobre os outros. É interessante observar que o referido documento chega a pugnar pela eliminação do latifúndio improdutivo, através de impostos diferenciais e, que, em alguns casos especiais, chega até a defender a desapropriação. O documento não defende a socialização dos meios de produção, mas claramente subordina a propriedade privada ao uso socialmente responsável dessa propriedade. Neste programa, como se observa, há uma notável diferença entre seu conteúdo político e seu conteúdo econômico-social. Enquanto o primeiro é restritivo, o segundo, que sofre grande influência da Organização Internacional do Trabalho, é progressista. Isto parece indicar claramente que há um cisma, uma divisão, no ideário do grupo tenentista da Revolução. Essa falta de unidade de pensamento é devidamente percebida e manipulada por Vargas. As divergências internas e o levante de São Paulo em 1932 muito contribuíram para o enfraquecimento do prestígio do "Clube 3 de outubro". De modo que quando o mesmo foi reorganizado após a campanha paulista, já não tinha mais um programa de forte conteúdo social e passou a se caracterizar como defensor de um sistema político menos aberto. E assim permaneceu até o seu desaparecimento em 1935.

Ainda sobre o ideário dos revolucionários convém notar que as duas correntes políticas que empolgavam a Europa entre 1930 e 1940, o nazi-fascismo e o comunismo, tinham seus simpatizantes entre as principais figuras revolucionárias instaladas no poder. Essas figuras, entretanto, não se definiam claramente e eram de um modo geral, cautelosos quanto as suas preferências. Assim, João Alberto, que foi interventor em São Paulo, foi bastante liberal com relação aos comunistas, chegando a permitir que eles se organizassem e fizessem comícios. Paralelamente, sem qualquer compromisso com o comunismo, João Alberto assinava manifestos favoráveis a uma solução para questão social, em termos adequados à realidade brasileira, o que provocou a reação desfavorável de certos industriais que eram avessos às responsabilidades sociais da propriedade privada.

Por outro lado, em Minas, seria a orientação para fascista e direita, que iria inspirar a famosa "Legião Mineira", fundada em 1931 por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari. A exemplo

do que ocorreu em Minas, proliferaram no país as organizações que entregavam camisas de várias tonalidades escuras e tinham o hábito de desfilar em moda dos fascistas europeus. Essa onda chegou a atingir a várias figuras revolucionárias, inclusive o próprio General Góes Monteiro que, por ter sido o chefe militar da Revolução de 1930, era um homem de prestígio e influência consideráveis nos círculos governamentais. O pouco liberalismo do General mencionado fica claro quando ele se declara favorável à idéia de estender a ditadura a fim de se consolidar um governo radicalmente nacionalista que pudesse levar a cabo a “eliminação dos quistos latifundiários e de outras excrescências mortas que, como o caráter mal formado, produzem as maiores infecções no nosso organismo”. Em outras ocasiões o General Góes, ao analisar a situação política brasileira, defende a idéia do encontro de fórmulas próprias que fortalecessem o Governo, descartando como ultrapassadas a luta de classes, a democracia liberal, o pluripartidarismo e as eleições diretas, patenteando assim sua admiração por regimes fortes e líderes autoritários.

Em meio a esses embates de idéias de revolucionários, Getúlio Vargas, desejoso de conservar o poder e de manter as estruturas básicas, com as quais estava comprometido por sua formação cultural, filosófica e política, demonstrou ser possuidor de uma fenomenal habilidade política, conseguindo impor e/ou ampliar uma política trabalhista e social que procurava, ao mesmo tempo diluir parte das exigências dos trabalhadores urbanos em suas várias categorias e ainda garantir-lhes um mínimo de segurança social e direitos trabalhistas. Com sua perspicácia e habilidade política inigualáveis, Vargas percebeu que não podia prescindir do apoio popular e dos proletários urbanos para permanecer no poder. Por isso apressou a implantação da legislação social e trabalhista que lhe propiciaria esse suporte não só nos anos cruciais de 1930 a 1934, mas até 1945 e depois, outra vez, em 1950.

Assim, o ideário da Revolução, que pode ser observado pelos rumos econômicos, sociais e políticos tomados pelo governo de Getúlio, não foi um ideário fixo, rígido. Vargas, para continuar no poder, teve que conciliar as várias tendências existentes nos segmentos que fizeram a revolução. Mas em tudo que aconteceu no Brasil entre 1930 e 1945 pode-se detectar também a marca das idéias pessoais do próprio Getúlio Vargas mesclada com as idéias maiores dos grupos que o sustentavam.

Entre 1930 e 1945, a economia e a sociedade brasileiras foram sistematicamente diversificadas e modernizadas. A força principal para efetivação dessas mudanças veio, em grande parte, das convicções pessoais de Getúlio e de sua ideologia que era firmemente nacionalista, e de sua forte crença no Corporativismo. O regime autoritário de Getúlio Vargas trouxe as classes trabalhadoras e outras classes para dentro da arena política nacional e as manteve sob a guarda e o co-

mando do Estado. Foi um Estado simbolizado por Vargas, que estabeleceu as linhas mestras da política de Previdência Social adotada ao longo dos 15 anos que vão de 1930 a 1945, especialmente depois de 1937 quando as tendências corporatistas do período (de Vargas e de muitos outros revolucionários) tornaram-se cada vez mais pronunciadas. Como resolutivo nacionalista econômico, Vargas compreendeu a inevitabilidade dos fenômenos da industrialização, da urbanização e da modernização da sociedade brasileira. Assim, ele decidiu organizar a sociedade e a vida política do país de modo que a harmonia social fosse preservada e nela pudesse emergir uma ordem estruturada “naturalmente” que garantiria a paz social e a prosperidade entre as várias classes sociais, entre os setores públicos e privados e entre os segmentos rurais e urbanos do Brasil.

Muito importante dentro desse esquema corporatista dividido por Vargas, foi o progressivo desenvolvimento dos tecnocratas federais, particularmente nos setores encarregados da implantação das políticas trabalhistas e sociais. Através da modernização, o governo de Vargas não somente procurou defender e manter os interesses dos setores tradicionalmente favorecidos com as benesses do Estado, como os interesses agrários e industriais, mas também — e isso é muito importante — pela primeira vez na história do país, procurou promover o crescimento balanceado e equilibrado da sociedade com a participação das massas e das populações urbanas que previamente tinham sido sistematicamente excluídas das atenções e das benesses do Estado (bem ao estilo do conservadorismo ilustrado inglês que dizia “in order to preseve things as they are we must promote a few changes”). Este “favoritismo” pelas classes urbanas pode ser facilmente notado pela implantação de “generosas” medidas de proteção social e trabalhistas, que estenderam a ação e o cuidado do Estado e os benefícios educacionais até às classes menos favorecidas e à baixa classe média urbana.

Durante o primeiro período de Vargas no poder, o número de brasileiros cobertos pela Previdência Social aumentou de 150.000 em 1930 para 3 milhões em 1945. Durante o mesmo período os orçamentos dos vários Institutos criados aumentou de 62 mil contos de 1930 para cerca de dois milhões e meio de cruzeiros em 1945. Um aumento semelhante se dá na educação após a criação do Ministério da Educação e Saúde, que procurou promover as oportunidades educacionais.

(Trabalho apresentado na “Semana Comemorativa da Revolução de 30”, promovida pela Câmara dos Deputados, em Brasília, de 29 a 31 de novembro de 1980)

O EXEMPLO DO INSTITUTO

Quando, em comentários anteriores, rejeitávamos, propositalmente, as justificativas da Fundação José Augusto para explicar o baixo nível das obras publicadas e a ausência de critérios definidos para a seleção dos originais, omitíamos, igualmente de forma consciente, outros dados.

Não julgamos uma tarefa muito difícil provar a desorientação da Fundação José Augusto, nos últimos tempos, em termos de eger as fontes que poderiam destinar ao Rio Grande do Norte, a partir de convênios, recursos para realizações culturais as mais diversas, principalmente a editoração.

Basta lembrar o trabalho de captação de recursos que vem sendo desenvolvido pelo presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Enélio Lima Petrovich, obtendo junto ao Conselho Federal de Cultura verbas que garantem a publicação de obras importantíssimas para o Estado.

Foi o Instituto Histórico que reeditou a "Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte", de Ferreira Nobre, já que existia somente um exemplar, a única edição feita, há quase 100 anos, num trabalho de anotação e organização do professor Manoel Rodrigues de Melo, de indiscutível valor.

Foi o mesmo Instituto que iniciou a publicação das Actas Diurnas de Cascudo, através dos Livros das Velhas Figuras, onde estão centenas e centenas de perfis humanos que povoaram a cidade, quase sempre sem obras póstumas, mas registradas magistralmente por Cascudo, num trabalho só comparável à obra de João do Rio.

O Instituto que vem publicando a Cronologia dos Capitães Mores do Rio Grande do Norte, As Visões e Abusões Nordestinas de Raimundo Nonato (o segundo volume já está no prelo), assim como já recebeu a verba para a publicação da esperadíssima História da Imprensa do Rio Grande do Norte, de Manoel Rodrigues de Melo.

E ninguém acompanha mais em Plano Editorial do que a Fundação José Augusto, pois é lá que o Instituto imprime e paga os seus livros, com recursos do Conselho Federal de Cultura.

Vicente Serejo

(Diário de Natal — 23-3-79)

A HISTÓRIA DA IMPRENSA

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, advogado Enélio Lima Petrovich, comunica que os origina's da História da Imprensa, de Manoel Rodrigues de Melo, já estão na gráfica, da Fundação José Augusto para a publicação, dentro de alguns meses.

Essa talvez represente a mais esperada de todas as notícias na área editorial, pois representa a etapa final de um trabalho que durou a vida toda e consumiu a vida inteira do professor Manoel Rodrigues de Melo, um incansável e meticoloso pesquisador das coisas do Estado.

Com quase quatrocentas páginas, a História da Imprensa do Rio Grande do Norte, será um compêndio organizado pelo sistema de verbetas e trazendo, entre outros adendos, um quadro com cerca de quatrocentos pseudônimos, todos identificados pelo autor.

Monumental pelo que representa de esforço e de serviço para a História do Rio Grande do Norte, a obra de Manoel Rodrigues de Melo, que pesquisa com a paciência de um rastejador de abelhas, pode nos revelar, em forma de painel, a visão que até então não foi possível pelos levantamentos esparsos.

Dentro do plano da obra, o volume que agora entra no prelo na verdade será o tomo dois, considerando-se o trabalho pioneiro, do desembargador Luís Fernandes com o seu **A Imprensa Periódica no Rio Grande do Norte**, constante, com atualização e notas, nos volumes da coleção da Revista do Instituto, cobrindo o período de 1832 a 1908 e que depois sofreu uma atualização até o ano 1932, por Câmara Cas-cudo.

O plano do professor Manoel Rodrigues de Melo é anotar todo o livro do desembargador Luís Fernandes, já que a sua pesquisa representa o período seguinte, até nossos dias. De tudo, ficará uma obra que a cidade e o Estado não poderão reclamar.

É que mostrará o trabalho de Manoel Rodrigues de Melo percorrendo dezenas de arquivos e de coleções e tendo, como recompensa, apenas as alegrias das constatações inesperadas, de datas e de nomes perseguidos ao longo do tempo da pesquisa, como um garimpeiro de palavras.

Vicente Serejo

(Diário de Natal 12-5-1979)

OS HERÓIS POTIGUARES DA CAMPANHA DE CANUDOS

Júlio Rosado

Neste ano em que se lança um apelo patético à Memória Nacional, é elogiável e animadora a resposta dada pelo Instituto Histórico, juntamente com o Exército e a Polícia Militar, promovendo uma justa nomenagem, hoje, no cemitério do Alecrim, em honra aos norte-riograndenses que morreram em combate na Campanha de Canudos.

A reconstituição da verdade histórica sobre a participação potiguar na Campanha de Canudos, foi durante muito tempo o grande objetivo que absorveu o espírito indagador do escritor Raimundo Nonato. Ele não aceitava a ideia reinante de que a presença do Rio Grande do Norte naquele conflito tivesse sido meramente simbólica. Persistindo na sua tese, em junho de 1977, ao visitar o cemitério do Alecrim, a sua intuição de historiador nato foi despertada para um monumento imponente, próximo ao túmulo do Padre João Maria, sem lápide e com visíveis sinais de abandono há longos anos.

Raimundo Nonato levantou, então, a hipótese de que aquela construção deveria ter sido o marco que assinalava a homenagem prestada aos heróis em causa. Persuadindo-me em seguida para que eu o ajudasse no trabalho que pretendia levar adiante para comprovar a sua assertiva. Assim, juntamente com o interessado, mantive contato com os historiadores Câmara Cascudo, Enélio Petrovich, Hélio Galvão, Tarcísio Medeiros, Marcos Maranhão, Vingt un Rosado e Manoel Rodrigues.

Depois desses entendimentos preliminares, em que minha atuação foi mais de relações públicas, a pesquisa ganhou profundidade com o apoio decidido do Coronel Eider Mendes que, com sua notória sensibilidade de reconhecido Homem Público, designou o tenente Paulo Frassatti, então relações públicas da Polícia Militar, para levantar dados nos jornais da época e nos arquivos oficiais, tendo o pesquisador, depois de exaustivo trabalho conseguido confirmar o seguinte:

A força expedicionária do Rio Grande do Norte foi representada pelo 34º Batalhão de Infantaria do Exército, que era sediado aqui em

Natal; a sua partida para Canudos deu-se no dia 29 de março de 1897; na ocasião Segundo Wanderley declamou um poema épico de sua autoria alusivo ao fato, enquanto a tropa embarcava no navio UNA; voltando o remanescente da unidade no dia 04 de janeiro de 1898 com um claro em suas fileiras de 41 combatentes que tombaram no cumprimento do dever a serviço da pátria, como relaciono a seguir: Joaquim Ferreira de Castro; Manoel Gaminiano de Souza; Francisco Cypriano Gomes da Silva; Gerônimo Fernandes Lima; Balbino Cabral de Souza, João Isidoro; Tobias Barbosa de E. Santos; Antônio Augusto Torres Galvão (este tio-avô do historiador Hélio Galvão, que também vinha pesquisando o tema e colheu muitos subsídios); José Maximiniano; Luiz José Joaquim; Euclides Celestino Baracho; Felinto de Gomes da Silva; José Arcanjo de Oliveira; José Manoel da Silva; Francisco Baracho; João Felinto de Figueiredo; Joaquim Alves Feitosa; Joaquim Emílio; José Pereira de Freitas; José Francisco de Sousa; Affonso Costa; Francisco Pereira do Valle; João Fagundes da Silva; Antônio Augusto Simonetti Barbalho; João Batista de Oliveira; Galdino José da Cruz; Hortêncio Marcolino da Silva; José Henrique de A. Guarida; Domingos Jorge da Silva; Manoel Francisco do Nascimento; José Rafael de Moura; Joaquim Antônio dos Santos; Argemiro Bezerra Jácome; João José da Costa; Paulino José de Maria; Antônio Francisco da Silva; Justiniano José da Fonseca; Anselmo Mariano; Manoel Accendino de Lima; Celso Avelino da Costa Rego; e Manoel Antônio Camilo.

Comprovada desta maneira a tese defendida pelo professor Raimundo Nonato, o Instituto Histórico promoveu no dia 29 de Março de 1978, juntamente com a Polícia Militar, um ato público no cemitério do Alecrim, diante do aludido monumento e uma sessão na Casa da Memória, de que foi orador o professor Manoel Rodrigues, também um pesquisador da matéria.

A solenidade de hoje constará de visitaçaõ das autoridades civis, militares e do povo ao citado monumento, de 09 às 11 horas da manhã, onde serão recebidos por uma guarda de honra do exército, uma apresentação de maçons e uma banda de música da polícia militar que executará números apropriados para a ocasião.

(A República — 02.11.1979)

RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA

— De 29-3-79

a 29-3-80

Caros confrades:

Cumprindo norma estatutária, estamos aqui reunidos para a apresentação do relatório das atividades do venerando Instituto Histórico e Geográfico do R'io Grande do Norte, durante o período de 29 de março de 1979 até esta data.

Assim, para melhor sistemática, passamos a aludir ao que se realizou no ano de mais um exercício desta presidência, em tópicos sucintos

SESSOES PROMOVIDAS

Durante o período acima, ocorreu a sessão de assembléia geral ordinária, em 29 de março de 1979, na qual foram apreciadas várias propostas para sócios, ocorrendo, também, a eleição da diretoria (biênio 1979-1981). Lido o relatório da presidência.

Mais 4 sessões solenes, a saber:

Em 29 de março de 1979 — pelo transcurso do 77.º aniversário do Instituto;

Em 23 de julho de 1979 — Posse do jornalista Paulo Macêdo, no quadro de sócio efetivo, e lançamento de seu livro "Memória Contemporânea";

Em 31 de outubro de 1979, igualmente, teve lugar a posse do escritor e jurista Octavio Pinto, na categoria de sócio correspondente, cuja saudação ficou a cargo do sócio efetivo Boanerges Januário Soares de Araujo;

Em 8 de março de 1980, o Instituto Histórico e Geográfico, ao lado da Academia Norte-rio-grandense de Letras, UFRN, Fundação "José Augusto" e a Federação Mariana, comemorou o cinquentenário de morte de Afonso Bezerra, tendo sido orador o eminente consórcio Nilo Pereira. Em nome da família usou da palavra o poeta Gilberto Avelino;

É, afinal, ontem, pelos 78 anos de fundação deste tradicional Ins-

tituto, realizamos uma brilhante sessão, oportunidade em que tomou posse, na categoria de sócio correspondente, o jornalista e escritor Jaime Câmara, filho desta Terra que tanto honra as tradições do Rio Grande do Norte no Estado de Goiás. Em nome do Instituto, fez a saudação protocolar o confrade Gumercindo Saraiva. Na mesma solenidade, o prof. dr. Colemar Natal e Silva proferiu erudita exposição, manifestando a alegria pela efeméride e abordando alguns aspectos da vida do homenageado, escritor Jaime Câmara.

Eis, neste particular, o número das sessões realizadas no período que hoje se encerra. Se poucas, reconhecemos, sobreleva, porém, o trabalho de gabinete, pois, no silêncio e com a ajuda e o apoio de todos os confrades, estamos, paulatinamente, organizando o acervo de livros, jornais e revistas desta "Casa da Memória Norte-rio-grandense", cujo assunto, aliás, aqui nos referimos.

CONVÊNIO ASSINADOS E AJUDAS RECEBIDAS

Evidentemente, de março de 1979 até agora, bem podemos evidenciar que não foi pequena a ajuda recebida dos poderes públicos, sobretudo federais.

Assim, o Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, consignou um auxílio de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), conforme pedido em janeiro do ano transato. Essa quantia foi liberada em agosto do mesmo ano de 1979, para pagamento de pessoal especializado no que se refere aos serviços de encadernação de livros e periódicos, inclusive antigos jornais, e para a compra de material de consumo. Já estamos elaborando a prestação de contas competente.

Mas nos alegra registrar que o Conselho Federal de Cultura, proc. CFC 048/79, neste mês de março, atendeu à nossa reivindicação, e liberou, pelo FNDE, a importância de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), para adaptação no prédio, serviços de organização da biblioteca e do documentário existente, como também para a publicação de mais uma revista — ano 1979, o V volume de "O Livro das Velhas Figuras", do mestre Cascudo, "Capitães Mores e governadores do Rio Grande do Norte, do consócio Tarcisio Medeiros, e "Titulares do Açú", do confrade Francisco Amorim. A quantia referida está em depósito na Caixa Econômica Federal, agência da Ribeira — Ordem de Pagamento n.º 9178-6.

Por outro lado, ainda através do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), e consignada para a Fundação José Augusto, temos à disposição deste Instituto, a quantia de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), que será utilizada em serviços de seleção de documentário pertencente a este Instituto, a fim de, logo em seguida, com outro auxílio, ainda este ano, procedermos à microfilmagem do material selecionado, porquanto, com essa medida, acreditamos, o tempo não acabará essa valiosa e imprescindível fonte de pesquisa.

Sem dúvida, acerca dos auxílios recebidos, estamos bastante satisfeitos e recompensados. Esforçamo-nos para que isso ocorresse e ocorreu, graças à compreensão partida do Conselho Federal de Cultura e da Secretaria de Assuntos Culturais do MEC.

LIVROS PUBLICADOS —

Na magna sessão de ontem, tivemos a alegria de lançar mais um número da Revista — vol 70, ano 1978, editada, na Imprensa Universitária, com o empenho pessoal do atual Reitor, nosso confrade, Diógenes da Cunha Lima.

Também o 2.º volume de “Visões e Abusões nordestinas”, de Raimundo Nonato da Silva, outro confrade que honra esta Casa da Memória, ontem distribuimos aos presentes. Um “guia do Instituto Histórico” mandamos elaborar, contendo o que existe neste Instituto, sala por sala, e evidenciando os objetos raros e o acervo precioso aqui guardado. Mais uma batalha vencida, evidentemente, neste setor de edição de trabalhos.

A NOSSA GRATIDÃO AO TESOUREIRO

Uma palavra de agradecimento queremos deixar aqui registrada. É ao nosso confrade ilustre Dr. Manoel Varela de Albuquerque que, na qualidade de tesoureiro deste Instituto, não tem faltado com a sua colaboração, assinando cheques, prestação de contas dos numerais recebidos, vez que, como todos sabem, o movimento financeiro é processado pelo presidente e tesoureiro.

OS VOTOS DE PESAR POR CONFRADES DESAPARECIDOS

Sim, é com profunda tristeza que registramos o falecimento de três eminentes consócios, durante o ano que passou. Referimo-nos aos sócios efetivos Manoel Moura Rabello, que faleceu a 6 de dezembro último, ao nosso querido amigo e sócio correspondente, Thadeu Villar de Lemos, em 24 de dezembro, também do ano passado, e, enfim, ao inesquecível vice-orador desta entidade, Paulo Pinheiro de Viveiros, em 12 de dezembro de 1979.

A todos esses valorosos companheiros, que tanta projeção deram a este Instituto, no plano cultural, aqui deixamos consignado o nosso pesar, na certeza de que, assim o fazendo, estamos, de qualquer forma, prestando-lhes a merecida homenagem dos que ainda ficam neste mundo de Deus.

FINALMENTE

Eis o que desejava dizer aos caros confrades. Mais uma etapa

que atravessamos, à frente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, sempre com o incentivo e o apoio de todos que o integram, valorizando as iniciativas da cultura, sobretudo no plano da história, da pesquisa.

Destacamos, de igual modo, o nosso agradecimento à imprensa escrita e falada, que tanto colabora com a divulgação do que aqui se faz pelo amor à cultura, e na preservação do patrimônio histórico do Estado e do país.

Ao governo Estadual, através da Secretaria de Educação e Cultura, que consignou um auxílio de Cr\$ 50.000,00, conforme já aludimos; ao Conselho Federal de Cultura que jamais nos tem faltado com a sua ajuda tão necessária; à Secretaria de Assuntos Culturais do MEC e ao Fundo de Desenvolvimento Nacional da Educação. A todos, enfim, inclusive a Universidade Federal do Rio Grande do Norte que pretende divulgar os nomes da terra, que projetaram o Estado além fronteiras, com a publicação de biografias de vultos de nossa História, como Rodolfo Garcia, Pedro Velho, Nestor Lima, Tobias Monteiro, Nisia Floresta, Henrique Castriciano, Ferreira Nobre, e tantos outros.

Enaltecemos, afinal de contas, a data de hoje, pois justamente hoje, há 78 anos era fundado, ao meio dia, em uma das salas do antigo Atheneu, esta casa, a mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte.

E comemoramos ontem a efeméride, com uma sessão das mais concorridas e brilhantes que contou, além de autoridades do Estado, com a presença do escritor e jornalista Jaime Câmara, novo confrade nosso, pois a sua posse fôra ontem também. Compareceu à solenidade, ainda, o prof. dr. Colemar Natal e Silva, presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, membro da Academia Goiana de Letras, que, veio acompanhado de sua digna esposa, acadêmica Genezy Castro e Silva.

Encerramos este breve relatório, manifestando a todos os ilustres confrades a gratidão desta presidência pelo estímulo que recebemos, pela orientação dada e pela unidade de propósito que existe nesta velha Casa, e sempre haverá de existir.

Natal, 29 de março de 1980.

ENÉLIO LIMA PETROVICH

(Aprovado, por unanimidade, em assembléia geral de 29-03-1980)

NECROLOGIOS

PAULO PINHEIRO DE VIVEIROS

Faleceu a 12 de dezembro de 1979, o Dr. Paulo Pinheiro de Viveiros, escritor, advogado, professor universitário, jornalista, historiador, que desfrutava de grande admiração de todos os potiguares. Deixa viúva, D. Lúcia Viveiros, e dois filhos, Augusto Carlos e Mário Sérgio de Viveiros.

Foi Diretor da antiga Faculdade de Direito, onde lecionava a cadeira de Direito Romano, professor emérito da UFRN, membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras e sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, do qual era vice-orador.

Por ocasião de seu sepultamento, em nome da Academia de Letras e do IHG-RN, transmitiu a mensagem de saudade o confrade Onofre Lopes da Silva.

Escreveu vários livros de pesquisa histórica, e como grande tribuno, proferiu incontáveis discursos.

Sobre a figura do eminente consócio, o Dr. Enélio Lima Petrovich, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, assim se expressou, emocionalmente:

“Dr. Paulo Viveiros era mestre, confrade e amigo. Dele me recordo nos tempos da velha e querida Faculdade de Direito, quando eu fazia parte da primeira turma, e as suas lições de Direito Romano fixavam na mente dos alunos, como a própria História do Direito.

Integrando o quadro de Sócios do nosso Instituto Histórico e Geográfico sua presença foi frequente e de grande prestígio. Vice-orador da tradicional entidade, jamais se recusava a interpretar os sentimentos da “Casa da Memória Norte-rio-grandense”, em sessões solenes ou mesmo nas horas tristes, como foram as suas palavras na morte do inesquecível confrade, Dr. Francisco Ivo.

Lembro-me bem, que pela última vez, da tribuna do Instituto Histórico, falou, saudando, em 20 de setembro de 1977, o novo consócio Nestor dos Santos Lima Sobrinho. Que improviso! Tenho a sua saudação gravada e sempre a ouço, com bastante emoção.

Amigo cordial e autêntico, era também o mestre Paulo Viveiros, pois irradiava a sua inteligência e a sua erudição sobre todos nós. Ao discursar, conversando ou nos ensinando, ninguém o contestava. Que grande orador!

A sua morte, portanto, deixa o Rio Grande do Norte parado, vazio, de luto. Perde o Estado um dos maiores filhos, pelo espírito fraterno, advogado brilhante, pesquisador de primeira linha, leal e humilde."

* * *

THADEU VILLAR DE LEMOS (Thaville)

Nasceu na Serra do Martins (Rio G. do Norte), no dia 9 de junho de 1901. São seus pais o rábula criminalista Honor de Souza Lemos e Maria Hermelinda Villar Lemos. Ingressou na imprensa em 1918, como redator do diário "A Imprensa", de Natal, do qual era diretor o historiador Luis da Câmara Cascudo, seu amigo de infância. Em 1932, foi redator do "Diário de Notícias" do Rio de Janeiro, de cujo jornal foi ainda diretor da sucursal de Natal. Nomeado Agente Fiscal do Imposto de Consumo, exerceu essa atividade em diversos Estações, e foi aposentado no último posto da carreira. Colaborou em mais de 100 jornais do país, tendo fundado "O Lâbaro", na cidade de Mossoró, Rio Grande do Norte. Tem 22 livros publicados, enfeixando crônicas, biografias, memórias e impressões de viagem à Europa e ao Oriente Médio. Foi agraciado pelo Papa Paulo VI com o título de Cavaleiro Comendador da Ordem de São Silvestre Papa. Pertence ao quadro de Sócios Correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e Benemérito da Arquiconfraria de São João Batista, em Niterói-RJ. No dia 28 de Junho de 1924 contraiu núpcias com Maria de Lourdes Coelho Lemos, filha do casal Artur de Oliveira Coelho.

Destaquem-se alguns livros da autoria de Thadeu Villar de Lemos:

1 — Memórias de um Fiscal de Consumo; 2 — Impostos Federais (3 volumes); 3 — Páginas de Saudade; 4 — O Coronel Cascudo; 5 — Três Prelados — outros Padres — Reminiscências da Juventude; 6 — José Borges no Brasil.

Faleceu o ilustre confrade no dia 24 de dezembro de 1979, em Niterói, onde residia há muitos anos, deixando viúva D. Maria de Lourdes Coelho Lemos.

* * *

WALTER WANDERLEY

Walter Fonséca Wanderley de Albuquerque, filho de João Wan-

derley de Albuquerque e D. Guiomar Fônsêca Wanderley de Albuquerque, nasceu em Macau-RN, a 26 de setembro de 1914. Estudou inicialmente em Mossoró e Natal. Fez o curso de contabilidade em João Pessoa, ingressando, depois, na vida da imprensa, escrevendo em quase todos os jornais de Mossoró e Natal. Destacou-se como Diretor do "jornal do Oeste", de Mossoró, e diretor de "A República"; em Natal. De 1947 a 1951, foi Deputado à Assembléia Constituinte e Legislativa do Rio Grande do Norte, exercendo a 2a. secretaria da Mesa Diretora. No Rio de Janeiro, a partir de 1953, faz cursos de Economia, Relações Públicas e Técnica de Chefia, e que lhe proporcionaram maiores credenciais ao exercício das funções de empresário de várias e importantes firmas ali.

Walter Wanderley tinha uma intensa vida literária, participando de todos os movimentos do Rio Grande do Norte, passando a residir em Belo Horizonte.

Publicou vários livros e ensaios, entre eles:

1 — Notas de viagem ao Amazonas; 2 — Bodas de ouro de meus pais (1963); 3 — Família Wanderley (Rio-1966); 4 — Macau na Poesia de Edinor Avelino (Rio-1967); 5 — As Palavras, a Amizade e o Tempo (Rio-1968); 6 — Mossoró na Poesia de Cosme Lemos (Rio-1969); 7 — O Poeta da Abolição (Rio-1969); 8 — Gente da Gente (Rio-1973).

Pelo falecimento de Walter Wanderley, que também era sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, a Academia Norte-rio-grandense de Letras prestou a significativa homenagem, com uma sessão, no dia 30 de outubro de 1980, oportunidade em que o Acadêmico e presidente do IHG-RN, Enélio Lima Petrovich, interpretou os sentimentos dos confrades.

Faleceu Walter Wanderley em 4 de setembro de 1980, deixando viúva D. Zilda Wanderley e os filhos Carlos Renan Wanderley e Maria Rejane Wanderley.

* * *

MANOEL JÁCOME DE LIMA

No sítio Várzea, município de Alexandria, nasceu, a 28 de Julho de 1888, Manoel Jácome de Lima. Foram seus pais José da Costa Lima e Maria Quitéria de Jesus, agricultores pobres e chefes de numerosa família, constituída de 12 filhos. A 23 de novembro de 1912, casou-se com Marcina Barreto, na Vila de Alexandria, de cujo matrimônio nasceram dois filhos: Francisco Jácome Barreto (já falecido) e José Jácome Barreto, casado com Avani França Barreto. Deste casamento nasceram seus netos Francisco França Jácome Barreto, Maria Avani de França Barreto, Francisco Canindé de França Barreto, Maria de Fátima França Barreto e Francisco de Sales França Barreto.

Manoel Jácome de Lima, ou simplesmente Professor Duba, foi

um dos últimos remanescentes da geração dos antigos mestres-escola, do preceptor, do desarnador de crianças e adultos na iniciação do aprendizado dos primeiros rudimentos da escrita, da leitura e das operações aritméticas (tabuada), dentro dos métodos da época.

Ingressou no magistério público estadual em 1918. Submetendo-se ao exame das disciplinas exigidas pelo programa estabelecido, obteve ótima classificação nas provas de conhecimentos gerais e primeiro lugar na prática de ensino. Nomeado, em janeiro de 1918, por ato do Governador do Estado para reger efetivamente a Escola Isolada Masculina do Grupo Escolar "Cel. Antonio Fernandes", na vila de Luiz Gomes, onde já vinha lecionando. Um ano após, foi promovido a professor de 2.^a classe, e removido para o Grupo Escolar "Almino Afonso", na cidade de Martins. Em janeiro de 1936 transferiu-se para Areia Branca, lecionando no Grupo Escolar "Conselheiro Brito Guerra". No ano de 1937, passou a ensinar em Caraúbas, e no ano seguinte, em Pau dos Ferros. Ocupou as funções de Inspetor de Ensino da 5.^a Região do Estado. Em 1952 foi nomeado para exercer a cadeira de Português do Curso Normal Regional de Pau dos Ferros. Lecionou no Grupo Escolar "Frei Miguelinho", de Natal, em 1955, acumulando a atividade de Inspetor de Ensino da zona litorânea do Estado, até a sua aposentadoria no ano de 1959. Ainda em Natal, Manoel Jácome de Lima trabalhou na Seção Militar do Departamento de Estatística do Estado e na Secretaria de Educação e Cultura.

Era sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte integrando a sua diretoria, na qualidade de 2.^o secretário. Deixa alguns trabalhos de pesquisa, publicados na Revista do IHGRN. Há, porém, um inédito, sobre o município de Martins.

Faleceu o Prof. Manoel Jácome de Lima, em Natal, a 22 de outubro de 1980, com a idade de 92 anos. Sua vida foi uma afirmação perene de trabalho eficiente e responsável pela causa do ensino, ao qual dedicou grande parte de sua admirável existência. (José Jácome Barreto).

* * *

JOÃO PEGADO DE SIQUEIRA CORTEZ

Nesta capital, a 21 de novembro de 1980, faleceu João Pegado de Siqueira Cortez, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Filho de Ezequias Pegado Cortez e Julia Ester Ferreira, nasceu João Alfredo no Engenho Mangabeira, município de Arez, a 18 de junho de 1912, onde residiam seus avós maternos e se erguia a figura ilustre e respeitada do Coronel Filipe Ferreira da Silva.

Ingressando na Escola Naval, João Alfredo foi contemporâneo de muitas das figuras mais representativas dos quadros da Marinha de Guerra nos últimos quinze anos. A molestia insidiosa que o atacou, não lhe permitiu concluir o curso iniciado sob esperançosos auspícios e voltando a Natal dirigiu por muitos anos a Comissão de Marinha Mercante.

Casou com D. Ana Anita Lara de Andrade, de quem teve uma filha, Vanda Augusta.

Sua pessoa, marcada pela excentricidade da conversa, pelo vocabulário livre e pela grafia original, era conhecida e querida por largo círculo de amizade.

Monarquista, impedido, mantinha assídua correspondência com membros da Família Imperial Brasileira. Ingressou por ato próprio nos quadros da nobreza imperial no grau de Conde de Miramonte e para sua residência construiu um castelo, ameado e resguardado dos olhares estranhos.

Romancista, deixou dois livros: “Cinzas de Coivara”, Rio de Janeiro — Pongetti — 1953, cujos lances mais destacáveis tem como pano de fundo os cenários da pequena cidade de Arez e do engenho Mangabeira. “Beco da Quarentena” — Natal — 1975, que explora a seu modo e na perspectiva de sua mente livre, a vida do meretrício em Natal (Hélio Galvão).

* * *

MANUEL DE MOURA RABELO

Nasceu em Natal, Capital do Rio Grande do Norte, no dia 22 de outubro de 1895. Era filho de João Batista Ferreira Rabelo e Maria Emília de Moura Rabelo. Poeta, pintor e memorialista. Pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e à Academia Guanabarina de Letras. Era Cidadão Carioca. Pintou um sem número de quadros, tanto em Natal como no Rio, onde residiu cerca de 44 anos. Publicou, ainda em Natal, “Célia” (poemário), em 1934, e “Memórias de um homem de fé”, no Rio, deixando inédito “Páginas de minha vida” (coletânea de poemas soltos). Participou da I EXPOSIÇÃO DE PINTURA DE NATAL, em 1933. Sentindo-se morrer, transferiu-se para Natal, declarando, ao chegar: “Vim morrer na minha terra e desejo ser sepultado no túmulo de meus pais e de meus irmãos”. Viveu 44 anos fora de seu Estado, mas jamais o esqueceu, o que prova a sua decisão de vir morrer na sua terra. O Conselho de Cultura do Estado, reconhecendo os seus grandes méritos, indicou o seu nome para uma das ruas de Natal, o que foi feito, por Decreto do Prefeito da Capital, Dr. José Agripino Maia, decreto assinado no dia 17 de setembro de 1980, no Salão Nobre da Prefeitura, ato ao qual estiveram presentes, além de dezenas de amigos, os seus inúmeros familiares, oportunidade em que discursaram o seu filho Jornalista Genival Rabelo e o Acadêmico poeta Luiz Rabelo, seu irmão.

Todo o trabalho do Professor Manuel de Moura Rabelo (foi professor quase toda a vida) revela um temperamento aberto à beleza e um exemplo de amor à terra que lhe serviu de berço.

Faleceu no dia 6 de dezembro de 1979, encontrando-se sepultado no túmulo da família, no cemitério do Alecrim.

* * *

JOÃO ALVES DE MELO

Fotógrafo, jornalista e escritor, nasceu João Alves de Melo na fazenda "Pitombeira", município de Macaíba — RN, no dia 19 de maio de 1896. Filho legítimo de Luiz Alves de Melo e Belmira Emília de Macêdo. Aos seis anos de idade foi batizado no engenho "Taborda", em São José de Mipibú, por ocasião da visita pastoral do Padre João Maria, sendo seus padrinhos o Dr. Henrique Castriciano de Souza e D. Zenóbia Ribeiro de Souza. Casado civilmente com Guiomar Ayres de Melo, na cidade de Mossoró, perante o Dr. Antonio Soares e as testemunhas Dr. Eliseu Viana e Celina Guimarães, e no religioso, que se realizou no Convento Santo Antonio, celebrado pelo missionário Frei Damião de Bolzano.

Iniciou seus estudos na cidade de São José com o prof. João Militão. Entrou, depois, no Colégio Santo Antonio, sendo seu professor Clodoaldo de Goes. Continuou seus estudos com o prof. Zuzá, em Natal. Convidado pelo Sr. João de Miranda Galvão, fotógrafo muito comentado na sociedade natalense.

Era sócio efetivo da Associação Brasileira de Imprensa, A.B.I. — Rio de Janeiro, desde 1939. Sócio fundador da Associação Northerio-grandense de Imprensa, com os companheiros João Medeiros Filho, Dioclécio Duarte, Luís da Câmara Cascudo, Otto Guerra e Aderbal de França. Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Publicou vários trabalhos de pesquisa, em revistas, como "A Cigarra" e "Bando". De sua autoria são os livros: "Natureza e História do Rio Grande do Norte" — 1.º volume, em 1969, e "Boi Calemba" (Folclore), lançado em 1976. Ainda inédito há um documentário em dois volumes sobre a segunda guerra mundial.

Faleceu João Alves de Melo em 7 de outubro de 1980, já viúvo, deixando os seguintes filhos: Léda, Bueno, Wellington, Gioconda, Frederico, Edmundo e Luiz.



Edição do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte -
Conselho Federal de Cultura - Ministério de Educação e Cultura.

PUBLICAÇÕES DO INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE

(com o auxílio do CONSELHO FEDERAL DE CULTURA)

- 1 — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Vols. LVI — LVII — LVIII — LIX — LX — LXI — LXII — LXIII — LXIV — LXV — LXVI — LXVII — LXVIII — LXIX — LXX — LXXI — LXXII — Volumes 1964 a 1980
- 2 — Presença Norte-Rio-Grandense na Alçada Pernambucana — Raimundo Nonato
- 3 — Breve Notícia sobre a Província do Rio Grande do Norte — Manoel Ferreira Nobre
(anotações de M. Rodrigues de Melo)
- 4 — Luís da Câmara Cascudo — sua vida e sua obra
- 5 — Os Arquitetos da História do Rio Grande do Norte — Enélio Lima Petrovich
- 6 — Roteiro do visitante do Instituto Histórico e Geográfico
- 7 — O Livro das Velhas Figuras — (I, II, III, IV e V) — Luís da Câmara Cascudo
- 8 — Visões e Abusões Nordestinas (I e II) — Raimundo Nonato
- 9 — Os Franceses no Rio Grande do Norte — Bernard Alléguède
- 10 — A Independência do Brasil no Rio Grande do Norte — Augusto Tavares de Lyra
- 11 — Capitães-mores e Governadores do Rio Grande do Norte — Vicente de Lemos e Tarclisio Medeiros — II Volume

PRÓXIMAS EDIÇÕES

- 1 — Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
- 2 — Guia Histórico e Turístico da Cidade do Natal — Rômulo Wanderley
- 3 — Monumentos do Rio Grande do Norte — Nestor Lima
- 4 — O Livro das Velhas Figuras (VI) — Luís da Câmara Cascudo
- 5 — História da Imprensa no Rio Grande do Norte — Manoel Rodrigues de Melo
- 6 — Titulares do Açú — Francisco Amorim
- 7 — Visita Episcopal de Dom José Pereira da Silva Barros a algumas Paróquias do Rio G. do Norte — Luiz Carlos Lins Wanderley (introdução de Nilo Pereira)